

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**O ARGUMENTO DE QUINE SOBRE A INDETERMINAÇÃO DA
TRADUÇÃO**

**ALINE DE PINHO DIAS
FORTALEZA
MARÇO DE 2003**

ALINE DE PINHO DIAS

O ARGUMENTO DA INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO

Dissertação apresentada no curso de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia contemporânea

Orientador: Tarcísio Pequeno

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza
Departamento de Filosofia
2003

Dissertação defendida e aprovada em 11 de março de 2003, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Tarcísio Haroldo Cavalcante Pequeno

Prof. Dr. Guido Imaguire

Prof. Dra. Vera Vidal

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito ao professor Tarcísio Pequeno pelo rigor com que sempre criticou meus escritos e por ter exigido uma postura de independência e responsabilidade. Ao professor Guido Imaguire, muito obrigada pelo profissionalismo com que ministrou as aulas de filosofia da linguagem e seminário de leitura e pelas valiosas observações e críticas feitas à este trabalho. Ao professor Marcelino Pequeno obrigada pelo apoio que me prestou no ingresso no mestrado e pelas aulas de lógica. Ao professor José Maria Arruda agradeço pelo grande apoio que me deu no ingresso no mestrado. Ao professor Manfredo Oliveira obrigada pela atenção dada no processo de qualificação e pelas críticas e sugestões apresentadas. Agradeço também à Eulália, Eugênia, Lúcia e Claudia Paiva por tudo que tenho aprendido nesses anos e a todos que me apoiaram nesse longo processo de elaboração da dissertação, especialmente, minha família e amigos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	----

I – CAPÍTULO: A NOÇÃO CLÁSSICA DE SIGNIFICADO

1.1 - Frege e a noção de sentido	25
1.2 - Carnap e a noção de intensão	33
1.3 - A rejeição à noção clássica de analiticidade	44

II – CAPÍTULO: A INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO

2.1 - A concepção de significado de Quine	53
2.2 - A tese da indeterminação da tradução.....	66
2.3 - A relatividade ontológica.....	72

III – CAPÍTULO: PUTNAM E A REABILITAÇÃO DO SIGNIFICADO

3.1 - Crítica à Teoria Clássica dos Significados	93
3.2 - A tese de Putnam sobre os significados	100
3.3 - A explicação da tese	105
3.4 - A crítica de Putnam a Quine	112

CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
---	-----

RESUMO

Esta dissertação mostra a crítica de Quine à noção de significado. O trabalho inicia com a exposição das teorias semânticas de Gottlob Frege e de Rudolf Carnap que, segundo Quine, são insatisfatórias no esclarecimento da noção de significado. O passo seguinte será a crítica de Quine a conceitos relacionados à noção de significado, a saber, analiticidade e sinonímia. O capítulo central será uma exposição minuciosa dos argumentos de Quine contra a noção clássica de significado, explorada na tese da indeterminação da tradução, e a crítica à noção clássica de referência. Em seguida, é exposta a tentativa de reconstrução da noção de significado feita por Hilary Putnam e sua crítica à Quine. Nas considerações finais, são apontadas algumas das consequências filosóficas mais diretas resultantes da crítica de Quine à noção de significado.

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é o argumento de Quine sobre a indeterminação da tradução. A partir do problema da indeterminação da tradução, apresentado por Quine em diversos artigos e no livro *Word and Object* (1960), pretendo mostrar a discussão contemporânea sobre a noção de significado.

À primeira vista, pode-se pensar que um tema como indeterminação da tradução não nos traria uma questão que pudéssemos considerar como tendo alguma relevância filosófica. O problema da tradução seria um problema bastante específico e que interessaria a um lingüista e não ao filósofo. No entanto, pensar dessa forma é simplificar demais um problema cuja noção central, a saber, a noção de significado, encontra-se no âmago da filosofia contemporânea.

Percorrendo a história da filosofia podemos observar que a consideração da linguagem é tão antiga quanto a própria filosofia. No entanto, é importante notar a perspectiva em que foi pensada a linguagem até a filosofia contemporânea. Analisando, por exemplo, o pensamento de Aristóteles sobre o significado das palavras em *De Interpretatione*, podemos constatar que a linguagem era tratada como um tema marginal na filosofia, ou seja, ela era um objeto de discussão filosófica em meio a muitos outros. Na concepção de Aristóteles, o significado era algo pré-existente à própria linguagem. Para ser mais preciso, o significado era entendido como uma “experiência do espírito”, uma “idéia”, um “pensamento” completamente independente da linguagem e que se constituía como representação dos objetos e fatos que ocorrem no mundo. Desse modo, a linguagem seria um elemento secundário no processo de representação do mundo, existindo apenas para expressar essas “experiências do espírito”. É apenas porque temos idéias que elaboramos palavras.

*As palavras faladas são os símbolos de experiências mentais, assim como as palavras escritas são símbolos das faladas. Assim como nem todos os homens escrevem do mesmo modo, nem todos também produzem os mesmos sons na fala. Mas as experiências mentais, que as palavras diretamente simbolizam, são as mesmas para todos, assim como são as mesmas as coisas das quais nossas experiências são as imagens.*¹

Nesta concepção semântica de Aristóteles, há dois elementos fundamentais, a saber, o pensamento e o objeto o qual ele pretende representar, sendo a linguagem colocada entre eles apenas como um elemento accidental. A linguagem se presta à comunicação das nossas experiências mentais, mas não é condição para a inteligibilidade do mundo. Assim, para Aristóteles, a filosofia era a ciência do pensamento, ou seja, a análise do pensamento como condição para compreensão da nossa inteligência do mundo.

No século XIX e XX, começou-se a observar um deslocamento da linguagem para o centro das discussões filosóficas. Este movimento pode ser visto nos trabalhos de Gotlob Frege (1848-1925), Bertrand Russell (1872-1970) e, principalmente, em Ludwig Wittgenstein (1889-1951). Wittgenstein apresenta a linguagem sob uma perspectiva nunca vista, a saber, como constituidora do pensamento. Segundo Wittgenstein, a linguagem não é apenas o veículo de uma afiguração que ocorre independentemente dela, mas a própria condição para a figuração do mundo. A linguagem é algo essencial ao pensamento porque ela possibilita a este representar o mundo. A lógica da linguagem é que é o processo mesmo de representação do mundo. Assim, não há pensamento sem linguagem. Com Wittgenstein, a linguagem desloca-se para o centro das discussões epistemológicas e passa a ser um constituinte importante do método filosófico. A análise da linguagem torna-se condição necessária para a discussão de qualquer questão filosófica. Em princípio, essa análise caracterizava-se essencialmente pelo estudo da estrutura sintático-

¹ Aristóteles. Barnes, Jonathan. *The Complete Works of Aristotle*, pg.25. trad.livre. Princeton University Press, 1995.

semântica da linguagem, ou seja, das condições a serem atendidas para a constituição do significado, para o falar com sentido. Com efeito, o problema do significado passou a ocupar um lugar privilegiado na filosofia contemporânea, um lugar que diz respeito ao próprio cerne da filosofia.

A análise lógico-lingüística, em particular, ocupou um papel tão importante, na filosofia contemporânea, que passou a ser denominada “filosofia analítica”. Dos pensadores que adotaram a postura analítica no tratamento das questões filosóficas havia um grupo denominado “Circulo de Viena”, também conhecido como “empiristas lógicos”, que levou a análise lógica da linguagem às últimas conseqüências, elaborando explicações puramente formais para algumas noções problemáticas em filosofia, pretendendo com isso ter dado conta de muitos problemas filosóficos oriundos da falta de rigor na consideração da linguagem em meio às discussões filosóficas. A distinção entre enunciados analíticos e sintéticos e a noção de significado são alguns dos problemas que o empirismo lógico, em especial Carnap, pensava ter conseguido explicar. Em *Meaning and Necessity* (1947), Carnap apresenta o seu critério para a distinção entre sentenças analíticas e sintéticas num tipo de construção denominada por ele de “descrições de estado”. Carnap, afirma que uma sentença S é analítica quando verdadeira em todas as descrições de estado. Descrições de estado representam mundos possíveis construídos a partir das regras de formação de expressões, num dado sistema lingüístico. Cada descrição de estado representa um mundo possível naquele sistema lingüístico. Em *Meaning and Necessity*, Carnap também elabora um critério para sinonímia de expressões lingüísticas, segundo o qual, duas expressões são sinônimas quando podem ser reduzidas, através das regras semânticas, a uma identidade.

Apesar dos esforços empreendidos por Carnap e do rigor com que tratou o problema da analiticidade e do significado, não demorou muito para se constatar que sua pretensão de ter resolvido os problemas relativos à essas noções estava, de um certo modo, equivocada. O equívoco não diz respeito

propriamente ao trabalho formal de Carnap, mas à sua pressuposição de que verter a noção de significado numa linguagem formal é o suficiente para explicá-la.

Quine, filósofo empirista que freqüentava alguns encontros do Circulo de Viena e aluno de Carnap, alega em seus escritos que uma explicação satisfatória para essas noções não havia sido, de fato, elaborada, ou melhor, essas questões em sua essência sequer tinham sido tocadas. Quine faz essa crítica mostrando que as noções supostas nas definições de analiticidade até então apresentadas, mesmo na formulação lógico-formal produzida pelo empirismo lógico, são obscuras e também necessitam de uma explicação. Noções como a de significado, necessidade, possibilidade, sinonímia, regras semânticas carecem de explicação tanto quanto a noção de analiticidade. A crítica à noção de significado foi o ponto de partida de Quine para a derrubada de suposições firmemente aceitas pelos empiristas lógicos, entre elas a distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos.

O objetivo desta dissertação é apresentar a discussão contemporânea sobre a noção de significado na filosofia analítica e, em especial, num momento importante e bastante polêmico marcado pela crítica de Quine à essa noção. Assim, o trabalho terá como fio condutor o argumento central de Quine contra a noção clássica de significado, conhecido como o argumento da indeterminação da tradução.

No argumento da indeterminação da tradução, Quine idealiza uma situação chamada por ele de “tradução radical”. No experimento da tradução radical um lingüista chega em uma tribo indígena completamente desconhecida, ou seja, sobre a qual ele não tem qualquer informação disponível, nem sobre a cultura do povo nem a ajuda de intérpretes, e se lança na difícil tarefa de traduzir a linguagem desse povo para a sua própria linguagem. O objetivo final do lingüista é construir um manual de tradução da língua indígena para o português que possibilite ao lingüista uma efetiva comunicação com todos os falantes da linguagem indígena. Os únicos recursos de que o lingüista pode

dispor, neste caso, são os estímulos que afetam seus receptores sensíveis e o comportamento verbal do nativo. Como o lingüista constrói então o seu manual de tradução? Devido à escassez de dados de que dispõe, o lingüista traduz as expressões indígenas por tentativa e hipoteticamente, apelando para as manifestações de assentimento e dissentimento dos nativos e para situações observáveis concomitantes com determinada elocução verbal. Por exemplo: passa um coelho e o nativo aponta em sua direção proferindo a frase “gavagai” enquanto que o lingüista anota a sentença “*coelho*” ou “*eis um coelho*” “*coisa branca*” “*coisa ligeira*” como tentativas provisórias de tradução, ainda sujeitas a comparações com outros casos. Em seguida, o lingüista tentará confirmar a sua tradução inquirindo os nativos acerca da expressão em questão em várias situações e obtendo o respectivo veredicto através de suas manifestações de assentimento e dissentimento em cada caso. O par ordenado das diversas situações que para uma determinada expressão provocam o assentimento e dissentimento dos nativos é chamado por Quine de “stimulus meaning” dessa expressão. Devido às características específicas do “stimulus meaning”, a parcela da linguagem que poderá ser traduzida dessa forma é a classe de frases denominadas por Quine de “frases de observação”, ou seja, frases ocasionais cujo valor de verdade é completamente determinado pelas circunstâncias observáveis e que são inicialmente traduzidas como um todo. Ao longo da argumentação, Quine mostra as limitações técnicas da noção de Stimulus Meaning. Estas limitações dizem respeito à impossibilidade em se formular todas as hipóteses de tradução e em se fazer todas as observações possíveis. A solução é a adoção de um conjunto de hipóteses analíticas que estabeleça correlações semânticas hipotéticas entre expressões da linguagem do nativo e do lingüista, de modo que o lingüista obtenha um léxico e uma gramática para a linguagem nativa, a partir da tradução hipotética de termos da linguagem nativa para a linguagem do lingüista. Apesar de hipotética, esta correlação não poderá ser totalmente arbitrária e deverá obedecer à algumas restrições, a saber, a compatibilidade das hipóteses analíticas com a primeira

fase de tradução via “stimulus meaning”, de modo que as hipóteses estejam de acordo com as disposições verbais dos nativos; a maximização do acordo entre as crenças dos nativos e as do lingüista a fim de evitar situações de absurdo e contra-senso. Segundo Quine, este processo de tradução permite que dois lingüistas construam manuais de tradução incompatíveis entre si, e, no entanto, compatíveis com a totalidade das disposições verbais dos nativos, não havendo um critério do qual possamos nos valer para decidir por um único manual. Esta é a chamada “tese da indeterminação da tradução”.

Para um maior esclarecimento do problema que é alvo das críticas de Quine, inicio esta dissertação passando em revisão a noção clássica de significado defendida pelos filósofos analíticos Frege e Carnap, além de outras noções estreitamente ligadas à noção de significado, a saber, analiticidade e sinonímia. Essa revisão será apresentada no primeiro capítulo intitulado “A noção clássica de significado”. Segundo a noção clássica, o sentido de uma expressão lingüística é algo objetivo, intersubjetivo e independente do sujeito. Assim, uma seqüência de sinais ou sons pertencentes a uma dada linguagem, expressam um sentido determinado que poderá ser captado igualmente por todos os falantes dessa linguagem, assim como pelos falantes de outras linguagens, uma vez efetuado o processo de tradução. Uma tradução é a passagem de uma expressão pertencente a uma linguagem L, para uma outra expressão pertencente a uma linguagem L1, que tenha o mesmo sentido. Entre os filósofos analíticos, Frege e Carnap podem ser destacados por apresentarem sistematicamente esta noção clássica de sentido. No artigo *Sentido e referência* (1852), Frege propõe a sua teoria semântica como uma forma de esclarecer o problema da relação de identidade de expressões lingüísticas. Nessa teoria, Frege faz a distinção entre signo, sentido e referência e apresenta as principais características da noção de sentido. Embora estas distinções estabelecidas por Frege tenham sido significativas para o desenvolvimento da análise semântica da linguagem, ele frustrou todos aqueles que buscaram em sua teoria semântica um critério de identificação

dos sentidos. A questão que se coloca frente a essa teoria clássica é: que critério podemos utilizar para determinar o sentido de uma expressão? Que critério é utilizado quando se afirma que duas expressões têm o mesmo sentido? Dando continuidade à teoria semântica de Frege, mas com pretensões um pouco diferentes deste, a saber, com a intenção de apresentar uma teoria formalizada dos sentidos, Carnap, em *Meaning and Necessity*, desenvolve a teoria das intensões tendo como seu aspecto central a exposição de um critério de identificação de expressões com o mesmo sentido. Segundo o critério de Carnap, duas expressões têm o mesmo sentido se forem definidas, num dado sistema semântico, como equivalentes, ou seja, como verdadeiras em todos os mundos possíveis. Apesar do rigor e da clareza com que constrói sua teoria semântica, Quine mostra que Carnap não poderia receber o mérito de ter dado uma explicação satisfatória à noção de sentido. Segundo Quine, apresentar uma teoria formalizada dos significados, tal como Carnap o fez, não resolve a questão filosófica sobre que critério nos autorizaria a apresentação de uma dada definição num sistema linguístico. E esta é a questão filosófica que Carnap deveria ter se empenhado em resolver.

Apresentado o problema, no segundo capítulo, intitulado “Tradução e indeterminação”, exponho a única noção de significado que, segundo Quine, seria pensável, a sua concepção empírica de significado, e as consequências desta noção - as teses da indeterminação da tradução e da relatividade ontológica. Quine faz questão de se declarar empirista e como tal não vê como conceber numa teoria sobre a noção de significado que não seja produto da experiência. A tese da indeterminação da tradução vem para destruir a concepção clássica de linguagem e sentido caracterizada pela idéia de que, a cada expressão significativa de uma linguagem, deixando a parte as expressões ambíguas, há um sentido determinado correspondente que é condição necessária para a compreensão entre os falantes das diversas linguagens e para a tradutibilidade de expressões de uma linguagem para outra. Esta suposição equivale, segundo Quine, ao mito de um museu mental

no qual as palavras são apenas legendas das obras exibidas e mudar de linguagem é mudar de legenda. Segundo esta suposição, os significados são entidades abstratas que estão determinadas em nossas mentes.

Quine, no entanto, supõe em sua teoria do significado exatamente o oposto e através do exemplo da tradução radical, mostra o equívoco da concepção clássica de linguagem e significado. Segundo Quine, os significados não têm como estar necessariamente e para sempre estabelecidos em nossas mentes. Mesmo assim, Quine demonstra ser possível fazer traduções e supor compreensibilidade entre os falantes embora não de forma determinada e precisa. A razão desta indeterminação é justificada pelo caráter social da linguagem que, segundo Quine, só pode ser apreendida com base na observação do comportamento dos outros falantes em situações publicamente reconhecíveis, ou seja, a base da linguagem é empírica e como tal tem suas limitações. Essas limitações dizem respeito ao fato de que a investigação empírica é insuficiente para a determinação do sentido de uma expressão lingüística, determinação esta, que jamais poderá ser traçada de forma absoluta.

Partindo da posição de que as noções de linguagem e significado são empíricas, ou seja, que o único caminho disponível para a constituição das noções de linguagem e significado é empírico, Quine formula sua noção empírica de significado denominada *stimulus meaning*. No entanto, da exploração detalhada desse método de obtenção do significado, que pressupõe a observação do comportamento dos falantes, Quine conclui que ele é ineficaz quanto à apresentação de um critério forte e seguro de determinação do significado de expressões. Isto ocorre porque mesmo se pudéssemos fazer todas as observações possíveis, passadas, presentes e futuras, ainda assim, essas observações não seriam suficientes para a determinação do significado e nem mesmo seria suficiente para determinar a referência.

A tese da relatividade ontológica é apenas um corolário da indeterminação da tradução. Do mesmo modo como na situação da tradução radical as frases são indeterminadas quanto ao seu sentido, os termos são indeterminados quanto à sua referência. Referência, segundo Quine, não é a coisa no mundo, não é o fato no mundo. Ela é uma construção teórica e, como tal, está nos mecanismos pelos quais nós pretendemos representar os fatos.

Insisti em defesa da filosofia comportamental da linguagem, a de Dewey, em que a inescrutabilidade da referência não é a inescrutabilidade de um fato; não há fato algum nesse domínio.²

No artigo *Falando de Objetos*, Quine ocupa-se com o problema de como adquirimos o mecanismo de referência. Ele faz a distinção entre termos que não possuem referência dividida (termos de massa) e termos que têm referência dividida, sendo esses últimos os de maior interesse para Quine e os mais difíceis de se explicar. As dificuldades que se apresentam quando tentamos dominar esses termos de referência dividida são usadas por Quine para nos fazer perceber a indeterminação da referência. Assim, Quine deixa claro que não apenas a noção de sentido é problemática e difícil de ser elucidada mas também a noção de referência.

Referência, extensão, têm sido a coisa firme: significado, intensão, a coisa infirme. Entretanto, a indeterminação de tradução com que nos defrontamos agora se entrecruza de modo semelhante com a extensão e intensão. Os termos coelho, parte não destacada de coelho e fase de coelho, diferem não apenas em significados; eles são verdadeiros de coisas diferentes. A própria referência se mostra comportamentalmente inescrutável.³

² Quine, Willard.V.O. *A relatividade Ontológica*, Os Pensadores, pg.144.

³ Quine, Willard.V.O. *A relatividade Ontológica*, Os Pensadores, pg.138.

No processo de tentativa em dominar os termos de referência dividida, ser ostensivo não basta porque a referência é inescrutável. Um exemplo muito claro de que os nossos mecanismos de inteligibilidade do mundo e não fatos no mundo constituem a referência, é apresentado por Quine na Segunda parte do artigo *Falando de Objetos*, onde ele volta-se para a situação da criança aprendendo sua língua materna. Nesta situação, Quine nos faz ver que a criança adquire o mecanismo de individuação na medida em que aprende sua língua materna. Isto mostra que a simples ostensão não é suficiente para habilitá-la a individuar os termos. As limitações da ostensão, na tentativa de determinação da referência, se deve ao fato de que são as nossas hipóteses sobre os objetos do mundo que constituem a referência e não os próprios objetos no mundo.

Assim, para tornar a referência um pouco mais “escrutável” não há outra alternativa a não ser recorrer a um mecanismo de tradução por tentativa, no qual, o aprendiz da linguagem estabelece hipóteses de tradução e observa a compatibilidade de suas hipóteses com o que está sendo observado. No entanto, uma vez decidido pela escolha de uma dada hipótese, este falante nunca poderá ter certeza absoluta de que sua escolha corresponde exatamente ao que o falante – professor pretendia se referir no processo de ostensão. Isto ocorre tanto no caso do lingüista, na situação da tradução radical, como na situação da criança aprendendo sua língua materna. Esta é a razão pela qual Quine afirma que a indeterminação começa em casa. Com efeito, essa inescrutabilidade da referência dá margem à possibilidade de traduções alternativas, sendo ambas, perfeitamente compatíveis com as observações.

Com essa tese, Quine dá uma nova perspectiva ao problema da referência, a saber, a referência deixa de ser tratada como uma relação biunívoca entre um dado termo e o suposto objeto a que se refere, para ser tratada como uma relação entre um corpo teórico como um todo (uma linguagem) e um corpo de observações compatíveis com ele. Assim, dado que podemos ter a

possibilidade de confeccionar dois distintos manuais de tradução, incompatíveis entre si, mas compatíveis com as observações, podemos constatar que a ontologia é sempre relativa a uma teoria, a uma linguagem.

*Nossa aceitação de uma ontologia é, creio eu, semelhante em princípio a nossa aceitação de uma teoria científica, digamos, de um sistema de física: adotamos, ao menos na medida em que somos razoáveis, o esquema conceitual mais simples no qual os fragmentos desordenados da experiência bruta podem ser acomodados e organizados. Nossa ontologia fica determinada uma vez fixado o esquema conceitual global destinada a acomodar a ciência no sentido mais amplo; e as considerações que determinam uma construção razoável de qualquer parte desse esquema conceitual, por exemplo, da parte física ou da biológica, não são diferentes em espécie das considerações que determinam uma construção razoável do todo. Tanto quanto a adoção de qualquer sistema de teoria científica pode ser dita uma questão de linguagem, o mesmo – mas não mais – pode ser dito da adoção de uma ontologia.*⁴

O argumento de Quine contra a noção de significado, condensado no livro *Word and Object*, é um dos argumentos filosóficos contemporâneos mais polêmicos e que com frequência tem sofrido ataques. No entanto, a tese de Quine não recebeu apenas críticas. Podemos destacar também uma postura receptiva ao trabalho de Quine embora com algumas restrições. No seio da filosofia analítica um dos confrontos com Quine mais interessantes é o de Hilary Putnam que tenta, embora assimilando a crítica de Quine, fazer uma reconstrução da noção de significado e defender a sua utilidade dentro da filosofia. Esta é a razão pela qual, no terceiro capítulo, apresento a tese de Putnam como exemplar da discussão pós-quineana sobre a noção de significado.

Putnam, diferentemente de Quine, tenta ainda salvar a noção de significado, embora apresente uma noção fraca de significado, segundo a qual não há

⁴ Quine, Willard.V.º From a Logical Point of View, pg.16.

distinção entre os meios, os instrumentos de que dispomos para determinação da extensão e a própria determinação da extensão. Classicamente, a noção de sentido ou intensão determina a extensão de um dado termo, uma vez que ela nos fornece os critérios para que algo entre na extensão de um termo. Mas nem sempre isto significa que teremos disponíveis métodos para determinar operacionalmente a extensão de um termo. No entanto, em oposição à noção clássica de significado Putnam alega que a intensão não tem o poder de determinar, sem incorrer em erros, a extensão de um dado termo, uma vez que esta distinção entre a intensão e os procedimentos para determinar a extensão do termo, não existe, ou seja, a caracterização de um dado termo e os procedimentos de determinação da sua extensão estão intrincados e ambos são procedimentos empíricos. Ambos fazem parte do progresso científico, dos progressos no conhecimento humano. Do mesmo modo como Putnam mantém a noção de significado, ele também não vê razões para abandonar a noção de analiticidade. No entanto, assim como sua noção de significado, analítico para Putnam é um conceito fraco.

Por fim, nas considerações finais, apresento os aspectos que considero mais relevantes na discussão apresentada por Quine e suas conseqüências filosóficas mais diretas.

I – A NOÇÃO CLÁSSICA DE SIGNIFICADO

Classicamente a tradução é entendida como o processo de troca de uma expressão pertencente a uma linguagem L para uma outra expressão de uma linguagem L1. O critério de troca é a sinonímia das expressões, ou seja, que elas tenham o mesmo sentido/significado. Assim, traduzir, por exemplo, uma palavra da língua inglesa para a língua portuguesa consiste em encontrar uma equivalência de sentidos/significados entre os referidos objetos de tradução. Dois signos lingüísticos têm o mesmo sentido/significado quando eles expressam o mesmo conteúdo. Tudo parece perfeito e uma tradução aparenta ser um processo determinado e não problemático até o momento no qual se lança a questão sobre o que se pretende dizer ao afirmar que dois signos expressam o mesmo conteúdo. O que é exatamente esse conteúdo? O que é, afinal, o significado de uma expressão? Qual o estatuto ontológico disso que, classicamente, chama-se de significado? Qual o critério de identificação de expressões com o mesmo significado?

1.1 – FREGE E A NOÇÃO DE SENTIDO

O primeiro filósofo analítico a apresentar de forma sistemática a noção de significado/sentido foi Gottlob Frege (1848-1925), no artigo “Sentido e Referência” (1892). A argumentação de Frege é muito clara e, de um certo modo, bastante convincente, o que pode nos levar a crer na possibilidade de encontrar uma resposta para tais questões em sua teoria semântica, pois em “Sentido e Referência” a noção de significado parece não ser problemática e estar muito bem explicada.

Em sua obra, Frege faz uma crítica à concepção semântica ingênua na qual se tem a idéia de que as expressões da linguagem representam diretamente os objetos no mundo. Nesta crítica ele apresenta a noção de sentido. De acordo com Frege, se pressupomos a semântica comum, ao analisar a

afirmação verdadeira “*a estrela da manhã é a estrela da tarde*” inferimos que esta sentença só pode estar se referindo ou à linguagem ou diretamente ao mundo. Ou seja, a relação de igualdade está sendo estabelecida ou entre os signos da linguagem ou entre os objetos no mundo. Ora, mas se nesta sentença é estabelecida uma relação entre os termos da linguagem, então, a sentença é claramente falsa porque a expressão “*a estrela da tarde*” é completamente distinta da expressão “*a estrela da manhã*”. Se, por outro lado, pensamos que a relação estabelecida é entre as coisas do mundo, ou seja, aquilo a que as expressões se referem, e se a sentença em questão é verdadeira, então deveria ser evidente que a sentença “*a estrela da manhã é a estrela da tarde*” não poderia diferir da sentença “*a estrela da manhã é a estrela da manhã*”. No entanto, podemos notar claramente que estas duas expressões afirmam coisas diferentes. A primeira, é uma afirmação a posteriori que nos traz novas informações, enquanto, no segundo caso, trata-se de uma afirmação trivial que sustenta-se a priori.

Uma terceira alternativa seria supor que a expressão “*estrela da manhã é a estrela da tarde*” afirma não uma relação entre signos e muito menos uma relação entre os objetos no mundo, mas sim, a relação entre os signos e os objetos no mundo – entre signos que denotam um mesmo objeto no mundo. Assim, ela diria que o signo “*estrela da manhã*” denota um objeto no mundo, o planeta vênus, e o signo “*estrela da tarde*” denota o mesmo objeto – o planeta vênus. Neste caso, Frege argumenta que, se assim o fosse, essa expressão seria uma afirmação de pura convenção lingüística e não uma informação com pretensões de expressar algum conhecimento sobre o mundo. A relação entre os signos se manteria apenas na medida em que denominassem ou designassem alguma coisa, uma escolha que é feita arbitrariamente. No entanto, uma sentença na qual é dado um valor de verdade, semelhantemente a expressão em questão, não pode ser algo que apresenta uma simples convenção, ou seja, ela deve pretender fazer afirmações sobre o mundo. Portanto, esta terceira hipótese também não é satisfatória.

A solução de Frege para estas dificuldades é a postulação de uma esfera intermediária, entre o signo e aquilo por ele designado, chamada de sentido. O sentido é o modo de apresentação do objeto. Assim, ele cria uma teoria semântica composta de três esferas: o signo (os elementos da linguagem), o sentido (intensão, conteúdo) e a referência (as coisas mesmas).

Além do sentido dos nomes próprios, Frege postula a existência, em sentenças assertivas completas, daquilo que ele chama de “pensamento”, mais tarde denominado por Bertrand Russell (1872-1970) de “proposição”. O Pensamento seria o sentido das sentenças. A respeito das sentenças, Frege também apresenta um outro problema, gerado pela semântica dualista, ao mesmo tempo em que justifica a existência do “Pensamento”.

O novo problema em questão diz respeito a uma dificuldade encontrada na aplicação do princípio de Leibniz (1646-1716) de substituição *salva veritate*. O referido princípio é resultado do esforço de Leibniz em apresentar um critério para determinação da identidade. Em sua formulação, Leibniz dá a condição para a identidade em termos das propriedades que os indivíduos possuem:

- a) Identidade dos indiscerníveis - se x tem todas as propriedades de y e, vice-versa, então, x é uma e a mesma coisa que y.
- b) Indiscernibilidade dos idênticos – se x e y são a mesma coisa, então todas as propriedades de x são propriedades de y, e vice versa.

Note que Leibniz se reporta à propriedades extensionais e não intencionais, ou seja, x é uma e a mesma coisa que y, se e somente se, tudo que é verdadeiro de x é verdadeiro de y e vice-versa. O critério utilizado por Leibniz é o que se chama em lógica de “equivalência lógica”. Leibniz apresenta um critério lógico de identidade. A vantagem deste critério é que, uma vez que coisas individuais são conhecidas por meio de suas propriedades extensionais e não através de sua essência individual, a determinação da identidade parece ser algo mais acessível.

Com efeito, retornando à análise semântica de Frege a partir deste princípio, se substituirmos em uma sentença uma expressão a qual representa um objeto

no mundo por outra expressão que representa o mesmo objeto, então o valor de verdade da sentença deverá permanecer o mesmo. No entanto, Frege percebe situações nas quais este princípio parece não se aplicar. Ou seja, se substituirmos uma palavra da sentença por outra que tenha a mesma referência, mas sentido diferente, o pensamento da sentença muda e, consequentemente, seu valor de verdade. Por exemplo: *“Pedro não acha que Aristóteles é o discípulo de Platão”*. Se substituirmos a expressão *“discípulo de Platão”* pela expressão com a mesma referência *“Aristóteles”*, temos a sentença *“Pedro não acha que Aristóteles é Aristóteles”*. Note que estas duas sentenças dizem coisas distintas e o valor de verdade da sentença mudou no momento da substituição das expressões.

O objetivo de Frege com este exemplo é mostrar que as sentenças também expressam um sentido e têm uma referência. A substituição das expressões mudou o valor de verdade da sentença porque a sentença está se referindo a um Pensamento (sentido) e não, diretamente, a algo no mundo.

É através da mediação do sentido que determinamos o valor de verdade das sentenças assertivas. É possível encontrar sentenças com um sentido mas nenhuma referência. Mas a busca da verdade nos dirige do sentido para a referência. Em alguns casos a referência de um termo é algo no mundo, mediado pelo sentido, enquanto, em outros, a referência de um termo é o próprio sentido.

Frege adota uma semântica composta de três esferas – signo, sentido, e referência – e, além disso, admite a existência de representações mentais ou entidades mentais que caracterizam-se como algo completamente subjetivo, psicológico. A representação é uma imagem interna, impregnada de emoções e lembranças de impressões sensíveis passadas. Uma representação de um dado indivíduo pertence ao conteúdo de sua consciência. Quando dois indivíduos representam a mesma coisa, por exemplo, um coelho, ainda assim, cada um tem sua própria representação. Desse modo, uma comparação entre elas seria impossível, pois não podemos colocá-las juntas em uma mesma

consciência. As representações não interessam a Frege exatamente porque não podem ser comparadas e assim não possuem relevância para o discurso científico. Frege menciona as representações com o intuito apenas de apresentar claramente uma distinção entre o objetivo (o sentido) e o subjetivo (as representações mentais).

Um pintor, um cavaleiro e um zoólogo provavelmente associarão representações muito diferentes ao nome “Bucephalus”. A representação, por tal razão, difere essencialmente do sentido de um sinal, o qual pode ser a propriedade comum de muitos, e portanto, não é uma parte ou modo da mente individual; pois dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração para outra.⁵

Uma vez apresentada a noção de sentido, podemos observar que a relação entre signo, sentido, e referência se dá de forma complexa. No caso ideal, ou seja, em uma expressão lingüística bem formulada (aqui Frege refere-se à linguagem lógica por ele criada na “*Conceitografia*” – “*Begriffsschrift*” de 1879), esta, possui apenas um sentido determinado. No entanto, observamos na linguagem natural que nem sempre ocorre esta relação de um para um – um signo para um sentido. As relações entre signo e sentido, bem como, entre sentido e referência, se dão de várias formas. Na relação entre signo e sentido temos casos como:

- (a) diferentes signos expressando o mesmo sentido. Por exemplo: “cão” e “dog”; “cão” e “cachorro”.
- (b) um mesmo signo apresentando diferentes sentidos - é o que se chama de ambigüidade da linguagem natural. Por exemplo: a expressão “manga” que pode ter sentidos como: fruta, a manga da camisa.

Do mesmo modo, na relação do sentido com a referência encontramos formas lingüísticas como:

⁵ Frege, Gotlob, “*Sentido e referência*”, pg.65, em “*Lógica e filosofia da linguagem*”.

- (a) um sentido para várias referências. Por exemplo: “integrante do Pink Floyd”
- (b) um sentido e uma única referência. Por exemplo: “pai de Walter Scott”
- (c) um sentido e nenhuma referência. Por exemplo: “o cavalo alado”

Os argumentos de Frege para justificar a sua noção de sentido parecem bastante razoáveis, no entanto, ao tentar caracterizar o sentido de expressões, Frege já não deixa claro como podemos identificá-lo. Ele afirma, sim, que o sentido é objetivo, intersubjetivo e independente do sujeito. Isto significa que diferentes falantes de uma linguagem têm acesso ao sentido de uma expressão, daí o caráter da objetividade e da intersubjetividade. Segundo Frege, o sentido das expressões lingüísticas não é algo que necessita de um portador ao qual tenha que pertencer como conteúdo de consciência e, portanto, não pertence nem ao nosso mundo interior (aí seria representação) nem ao mundo empírico – o mundo das coisas perceptíveis. É nessa idéia que se daria um critério objetivo de tradução. Frege afirma ainda que um mesmo objeto tem diferentes modos de apresentação ou diferentes sentidos. Por exemplo, as expressões “estrela da tarde” e “estrela da manhã” têm a mesma referência, o planeta Vênus, mas apresentam sentidos diferentes.

Alguns intérpretes de Frege consideram aquilo que ele chamava de sentido algo semelhante às entidades abstratas ou platônicas. Ao falar em entidades platônicas, esses filósofos referem-se a uma interpretação da doutrina das idéias de Platão, segundo a qual, ele supunha um universo de entidades abstratas, ou seja, entidades não materiais, objetivas, eternas e imutáveis – o mundo das idéias (essências). Segundo esta interpretação, as idéias são arquétipos das coisas sensíveis, modelos da realidade. Os objetos do mundo visível são formados segundo esses protótipos. Assim, independentemente do nosso conhecimento, do nosso pensar, essas idéias existem de forma objetiva. Ou seja, através da consciência nós podemos reconhecê-las, mas elas não nascem de uma determinação por parte da nossa consciência. Segundo essa interpretação, o mundo dos objetos sensíveis é determinado pelo mundo das idéias imutáveis. Ou seja, ele é uma imitação do mundo propriamente existente

das idéias. Portanto, as idéias platônicas são entidades pertencentes a um mundo pronto e acabado, que determina a realidade sensível, sendo, portanto, universais e imutáveis. Estas são as características que fazem das entidades platônicas algo igualmente compartilhável por todos, ou seja, compreensível da mesma forma por todos:

O termo 'Platonismo', como é usado aqui, foi estabelecido – segundo o que conheço – por Paul Bernays em 1934. Em um artigo intitulado 'Sur le platonisme dans les mathématiques', Bernays alega que um Platonista 'postula a existência de um mundo de idéias o qual contém todos os objetos e relações da matemática' (Bernays 1978:68). É a postulação da existência de objetos lógicos como números que nos convida a considerar Frege como um Platonista. No entanto, o Platonismo de Frege não é restrito a números; como Tyler Burge salientou corretamente, Frege era igualmente um Platonista no que diz respeito a valores de verdade, funções e conteúdos do pensamento (cf. Burge 1992:349) ⁶

Assim, dizer que o sentido de Frege é algo semelhante às entidades platônicas é afirmar uma semelhança com o idealismo objetivo de Platão. A semelhança entre ambos, o sentido de Frege e as idéias platônicas, é que ambos são objetivos, intersubjetivos, e independentes do sujeito. O que há de distinto é que Frege, ao falar em sentidos, não preocupava-se em dar uma explicação sobre como surgem esses sentidos, mas sim, exclusivamente, em apresentar sua teoria semântica com o intuito de fundamentar a aritmética, ou seja, em falar da relação entre números, de como o sentido aparece no estudo de expressões numéricas. Quanto a Platão, sua pretensão era elaborar uma teoria metafísica sobre as idéias, segundo a qual, o mundo corpóreo está subordinado ao mundo das idéias, tanto ética como ontologicamente.

Embora essa interpretação do sentido de Frege possa parecer plausível não se pode afirmar, com certeza, que Frege concordaria com ela, pelo menos não

⁶ Wolfgang, Carl; “Frege – A Platonist or a Neo-Kantian?”, pg.3, in: edited by Albert Newen, Ulrich Nortmann, Rainer Stuhlmann-Laeisz; “Building on Frege”, Stanford/ California, 2001;

com base no artigo “Sentido e Referência”. Afinal, no referido artigo não temos mais evidências além da explicação de que os sentidos são objetivos, intersubjetivos e independente da consciência, que possam justificar uma interpretação do sentido de Frege como algo dotado deste status ontológico. Ou seja, dizer que o sentido de Frege tem todas estas características, semelhantemente à noção de entidades platônicas, não significa dizer que eles têm o mesmo status ontológico. No entanto, se aceitamos que o sentido de Frege é algo semelhante às idéias Platônicas sua explicação sobre o que sejam os sentidos parece ser bastante plausível. Além disso, partir dessa concepção de sentido nos faz compreender porque Frege não se ocupou em apresentar critérios para a identificação dos sentidos. Afinal, uma vez que todos compreendem o sentido das expressões igualmente, não haveria problemas com relação à tradução de expressões de uma linguagem para outra e, portanto, o processo de tradução não seria algo problemático.

Mas nem todos os intérpretes de Frege concordam com a afirmação de que o sentido de Frege é algo semelhante às idéias platônicas. Muitos filósofos contemporâneos afirmam claramente que Frege não pode ser considerado um platonista:

Chamá-lo um Platonista é colocá-lo no contexto de uma concepção sistemática de filosofia a qual toma metafísica ou ontologia como seu ponto de partida. Mas tal concepção não pode ser encontrada em Frege. Não quero sugerir, com a negação de que ele é um Platonista, que ele é um idealista. As alternativas normalmente favoritas “Platonismo versus idealismo” ou “realismo versus anti-realismo”, não se conformam a Frege, porque ele não envolveu-se nesse tipo de discurso filosófico abstrato, mas, ao contrário, comprometeu-se em esclarecer o que ele considerou ser a condição necessária de clareza em discussões filosóficas referentes a lógica.⁷

⁷Wolfgang, Carl; “Frege – A Platonist or a Neo-Kantian?”, pg.17, in: edited by Albert Newen, Ulrich Nortmann, Rainer Stuhlmann-Laeisz; “Building on Frege”, Stanford/ California, 2001.

Até o momento vimos que não é possível encontrar uma explicação para a noção de significado na teoria semântica de Frege. Ora, dado que não sabemos, exatamente, qual o status ontológico do sentido de Frege, e que ele não apresentou um critério para identificá-lo, voltamos ao problema da tradução e à sua questão crucial: Como saber se dois signos diferentes expressam o mesmo sentido? Talvez uma solução seja recorrer à semântica de Carnap desenvolvida em “Meaning and Necessity” (1947). Nesta obra Carnap apresenta uma concepção de semântica que distingue radicalmente conceitos lógicos e não lógicos, bem como, verdades lógicas e factuais. Com estes conceitos, Carnap constrói seu método de análise semântica dos significados – o método da intensão e extensão.

1.2 – CARNAP E A NOÇÃO DE INTENSÃO

Assim como Frege, Carnap admite uma semântica constituída de três níveis, ou seja, o nível dos signos e dois outros níveis bastante distintos e precisamente definidos que chamará de “intensão” e “extensão”. A intensão seria algo semelhante ao que Frege chama de sentido e a extensão assemelha-se à referência de Frege. Dizemos que elas se assemelham porque a intensão, assim como o sentido, é entendida como uma dimensão intermediária entre o signo e a denotação; e a extensão, assim como a referência, é aquilo ao qual o signo se refere. No entanto, eles se diferenciam na medida em que são conceitos de natureza distinta. Frege não deixa totalmente clara a natureza do par de conceitos sentido e referência, enquanto Carnap faz questão de definir o par intensão e extensão como conceitos lógicos e claramente definidos num sistema semântico.

A resposta de Carnap para a pergunta sobre o critério de identificação dos sentidos ou intensões é que “ter a mesma intensão” significa ser definido num dado sistema lingüístico como sendo equivalente. Isto significa que duas expressões com a mesma intensão, são definidas num sistema, como

possuindo a mesma extensão ou o mesmo valor de verdade (sendo verdadeiras para as mesmas coisas) em todos os mundos possíveis. A noção de intensão, portanto, está relacionada à equivalência lógica de expressões, ou seja, Carnap apresenta um critério extensional (mesmo valor de verdade em todos os mundos possíveis) de identificação de expressões com a mesma intensão.

Essa é a razão pela qual Carnap, em *Meaning and Necessity*, parte do conceito de verdade lógica para definir equivalência lógica de expressões, ou melhor, de designadores⁸ e, em seguida, apresentar expressões com a mesma intensão como expressões que são logicamente equivalentes.

Ele parte dos conceitos de descrição de estado (mundos possíveis construídos a partir das regras de formação de expressões) e aquilo que ele chamará de “range” (conjunto de descrições verdadeiras segundo as regras semânticas), para definir verdade lógica (analiticidade) em um dado sistema lingüístico. Uma descrição de estado num sistema S1, segundo Carnap, é “*uma classe de sentenças em S1 a qual contém, para toda sentença atômica, ou ela mesma ou sua negação, mas não ambas, e não outras sentenças*”⁹. Segundo Carnap, o objetivo de uma descrição de estado, em S1, é “*dar uma completa descrição de um possível estado do universo de indivíduos com relação a todas as propriedades e relações expressas pelos predicados do sistema lingüístico*”.¹⁰ Uma descrição de estado, segundo Carnap, tem que ser completa, não pode ter sentenças atômicas contraditórias e não possui sentenças moleculares. Cada descrição de estado representa um mundo possível em S1. O conjunto de mundos possíveis para os quais uma dada sentença atômica *p* é verdadeira é chamado de “range de *p*”.

Para uma melhor compreensão do que acaba de ser dito, vamos supor uma linguagem L composta das constantes individuais a, b, c e dos predicados H,

⁸ Quando Carnap fala em designadores está se referindo a: sentenças declarativas, predicados (expressões predicativas compostas, expressões predicativas simples ou constantes, expressões para funções) e expressões individuais (constantes individuais, descrições individuais).

⁹ Carnap, Rudolf, “Meaning and necessity”, tradução livre, pg.9, segunda edição, The University of Chicago Press, Chicago, 1988.

¹⁰ Idem, pg.9.

M, A, B. A partir dela, podemos apresentar algumas descrições de estado como, por exemplo:

- a) descrição 1: {aH, aM, aA, aB, bH, bM, bA, bB, cH, cM, cA, cB}
- b) descrição 2: {~aH, aM, aA, aB, bH, bM, bA, bB, cH, cM, cA, cB}
- c) descrição 3: {~aH, ~aM, aA, aB, bH, bM, bA, bB, cH, cM, cA, cB}

Dessa forma poderíamos seguir em frente e apresentar uma descrição completa de estados de coisas em L, formulando todas as combinações possíveis, com suas sentenças positivas e negativas – tudo o que é o caso e o que não é o caso.

Assim, determinar o “range” da sentença “ $aH \wedge aB$ ”, por exemplo, no sistema L, significa apontar para aquelas descrições de estado para as quais essa sentença é verdadeira. No caso que acabamos de formular, podemos apontar para a descrição 1 como um elemento do “range” da sentença acima citada.

Segundo Carnap, uma verdade lógica é algo que só pode ser dado dentro de um sistema semântico, seja ele qual for, a partir de sua linguagem, ou seja, das regras de designação e regras semânticas (rules of ranges) estabelecidas no sistema. Além disso, ele também pressupõe, na definição de verdade lógica, a noção de Leibniz de que uma verdade necessária é uma verdade em todos os mundos possíveis. Uma vez que as descrições de estado de Carnap representam algo semelhante aos mundos possíveis de Leibniz, então, uma sentença é logicamente necessária (verdade lógica) se ela é verdadeira para todas as descrições de estado ou em todos os mundos possíveis.

Assim, se temos no sistema lingüístico L, além das constantes individuais a, b, c, e os predicados H, M, A, a regra semântica $H =_{df} \sim M$, então, a sentença $\forall x (Hx \rightarrow \sim Mx)$ é uma verdade lógica/analítica, uma vez que foi dada, por definição, a partir da regra estabelecida na linguagem. Destarte, esta sentença é verdadeira em todos os mundos descritíveis de L ou em todas as descrições de estado de L.. Por outro lado, se na linguagem L não fosse estabelecida tal regra, esta sentença, se verdadeira, seria uma verdade material e não analítica.

Em suma, conceitos puramente lógicos são definidos, dentro de um dado sistema lingüístico, através das regras de designação e regras semânticas do sistema – é dessa forma que Carnap apresenta os conceitos de verdade lógica, falsidade lógica e equivalência. Os conceitos que estiverem fora das regras de um certo sistema lingüístico serão os conceitos não lógicos ou materiais. A relação de equivalência entre sentenças logicamente verdadeiras ou logicamente falsas - a equivalência lógica - tem como critério as regras definidas num dado sistema. Este é, também, o critério utilizado por Carnap para identificar a intensão de designadores – quando dois designadores têm a mesma intensão. Ou seja, dois designadores terão a mesma intensão, num dado sistema, se forem definidos no sistema como sendo equivalentes. Portanto, a noção de igualdade de intensão, no sistema de Carnap, é um conceito puramente arbitrário. Lembre-se que Carnap aplica esse critério de identificação do sentido, ou melhor, de expressões com o mesmo sentido, não apenas para sentenças, mas também para expressões individuais e predicados.

Classicamente o conectivo de equivalência¹¹ é usado entre sentenças, mas Carnap estende seu uso, no sistema por ele criado, para designadores de qualquer tipo. Ou seja, não apenas sentenças mas expressões individuais e predicados. No entanto, a conexão só pode ser feita entre designadores do mesmo “type”. Para isso Carnap determina regras em seu sistema. De acordo com suas regras, a expressão “ $P \equiv Q$ ” significa o mesmo que a expressão “ $(x)(Px \equiv Qx)$ ”; e a expressão “ $a \equiv b$ ” é usada no lugar do costumeiro “ $a = b$ ”, como uma sentença de identidade que afirma que a é o mesmo indivíduo que b.

¹¹ Na lógica formal o conectivo de dupla implicação também pode ser chamado de equivalência. No entanto, quando se afirma que um bicondicional é o mesmo que equivalência, estamos dizendo que ele é válido logicamente, ou seja, sua validade é garantida pela função sintática dos símbolos que ocorrem na equivalência. Por exemplo: $p \leftrightarrow p$. Assim, fala-se em equivalência, comumente, quando um bicondicional é logicamente válido. Carnap, no entanto, fala em “equivalência”, no sentido de equivalência material e em “equivalência lógica”, no sentido de equivalência definida num sistema.

Assim, em linhas gerais, a relação entre a equivalência de designadores e a noção de intensão e extensão se dá da seguinte forma: se dois designadores (sentenças, expressões individuais, predicados) são equivalentes dizemos que eles têm a mesma extensão. Se dois designadores são logicamente equivalentes, então, eles têm a mesma intensão (proposição, propriedade, conceito individual) e também a mesma extensão. Os exemplos abaixo mostram como se dá este critério de comparação das intensões com relação a predicados, sentenças e expressões individuais, respectivamente:

Exemplo 1 - Se temos um sistema lingüístico L1, no qual foram estabelecidos os predicados H (homem), RA (animal racional), e IB (bípede implume). Foi definido, ainda, que todo humano é animal racional. Então, podemos dizer que os predicados H e RA são logicamente equivalentes. Isto significa que eles têm a mesma intensão. Consequentemente, também possuem a mesma extensão.

Agora vamos assumir o fato biológico de que todos os humanos são bípedes implumes e vice-versa, ou seja, todos os bípedes implumes são seres humanos. Assim, a sentença que afirma que o predicado homem é materialmente equivalente ao predicado bípede implume (“(x) [H(x) \equiv (IB)(x)]”) ¹², no sistema lingüístico L1, é uma verdade factual e não uma verdade lógica, porque a verdade não foi determinada, exclusivamente, pelas regras semânticas do sistema. Portanto, estes predicados são materialmente equivalentes.

Exemplo 2 - vamos supor que na linguagem L, que utilizamos para definir verdade lógica, além da definição de que $H =_{df} \sim M$, seja definido também que c é H. Desse modo as sentenças “ c é H” e “ c é não M” são logicamente equivalentes e, portanto, possuem a mesma intensão. Uma vez que duas sentenças possuem a mesma intensão, necessariamente, elas terão também a mesma extensão. Ou seja, a igualdade de intensão determina a igualdade de

¹² Na notação lógica apresentada por Carnap, para o sistema S1, o símbolo de conjunção é representado por (•) e o bicondicional (se e somente se) é representado por (\equiv).

extensão. No entanto, o caso contrário nem sempre ocorre – duas sentenças com a mesma extensão possuírem a mesma intensão. Voltando à linguagem L , vamos supor que temos o seguinte fato: a é M , b é M , c é H . Neste caso, as sentenças “ a é M ” e “ c é H ” possuem a mesma extensão, ou seja, ambas tem o mesmo valor de verdade – são verdadeiras. No entanto, a intensão dessas duas sentenças é diferente – eles dizem coisas distintas, ou seja, expressam diferentes proposições.

Dizemos que duas sentenças materialmente equivalentes possuem a mesma extensão, mas isso não implica, necessariamente, que elas terão também a mesma intensão. Ou seja, sentenças com a mesma extensão são materialmente equivalentes, mas não, logicamente equivalentes.

Exemplo 3 - Vamos supor que, num sistema L_2 , seja definido as constantes individuais “Pelé”(p) e “Edson Arantes do Nascimento” (ean) e, ainda, que “p” e “ean” são idênticos, ou seja os termos expressam um mesmo conceito individual. Assim, essas duas expressões “Pelé” e “Edson Arantes do Nascimento” são logicamente equivalentes, ou seja, possuem a mesma intensão. Elas possuem também a mesma extensão uma vez que denotam o mesmo indivíduo no mundo.

Portanto, a resposta de Carnap à questão sobre como sabemos se duas expressões têm a mesma intensão, será a observação das regras semânticas de um dado Sistema Lingüístico L . Note que Carnap não define o conceito de intensão, mas apresenta um critério para que possamos saber quando duas expressões possuem a mesma intensão.

Neste momento, lembrando nossa preocupação inicial que é a tradução, uma questão que se apresenta é sobre o que Carnap diria acerca do critério de permutabilidade de expressões. É natural inferirmos, a partir do que vimos até o momento, que o critério de permutabilidade de expressões será a equivalência lógica entre elas, ou seja, uma expressão ocorrendo dentro de uma sentença é dita permutável com uma outra expressão, logicamente equivalente a ela, se o valor de verdade da sentença permanece inalterado

quando a primeira é trocada pela segunda. Esta resposta está muito próxima, de fato, do que Carnap diria, excetuando o extremo cuidado de Carnap em especificar os contextos nos quais essas expressões ocorrem.

Carnap diria que se a sentença ocorre num contexto extensional, basta que as expressões sejam equivalentes, ou seja, que tenham o mesmo valor de verdade, para que a permuta entre elas mantenha o valor de verdade da sentença inalterado. Um exemplo típico de expressões ou contextos extensionais são as expressões que apresentam os conectivos lógicos. Note que em qualquer sistema lingüístico o uso dos conectivos lógicos já foi definido e, portanto, a forma lógica das expressões formuladas com esses conectivos já está estabelecida, não interessando, assim, o significado/intensão de suas expressões componentes - interessa apenas o seu valor de verdade. Os conectivos lógicos são funções de verdade que determinam a estrutura lógica de qualquer sentença formulada com eles. Assim, se num sistema SE temos uma expressão extensional do tipo “ $a \vee b$ ”, isto significa que se trocamos os termos “ a ” e “ b ” por quaisquer outros termos equivalentes, ou seja, com o mesmo valor de verdade, não importando a sua intensão, o valor de verdade da expressão inteira permanece inalterado. Essa é a razão pela qual essas expressões são extensionais. Se supomos um sistema S, no qual as expressões individuais “ s ” e “ $(\exists x)(Axw)$ ” são equivalentes, ou seja, são verdadeiras para o mesmo indivíduo; e os predicados “ H ” (humano) e “ BI ” (bípede implume) são também equivalentes (possuem a mesma extensão), então, a sentença “ Hs ”, verdadeira em S, permanece verdadeira se trocamos os predicados “ H ” por “ BI ” e, semelhantemente, se trocamos as expressões individuais “ s ” por “ $(\exists x)(Axw)$ ”. Portanto, a expressão “ Hs ” é extensional com relação a “ H ” e a “ s ”, porque se as permutamos por expressões equivalentes o valor de verdade permanece inalterado. Este também é um exemplo de contexto extensional.

Por outro lado, se a sentença ocorre num contexto intensional é necessário que as expressões sejam logicamente equivalentes, ou seja, que estejam

definidas no sistema como equivalentes, para que a permuta entre elas mantenha o valor de verdade da sentença inalterado. Os contextos intensionais mais característicos são aqueles nos quais aparecem sentenças formadas com signos modais (necessidade, possibilidade, impossibilidade, contingência). Estas sentenças não são extensionais com relação a seus componentes porque as modalidades não são funções de verdade. Dessa forma, se temos um sistema não extensional S_{ne} , formado por conectivos lógicos e também signos modais, haverá casos em que encontraremos expressões verdadeiras e expressões logicamente verdadeiras, que, embora tenham o mesmo valor de verdade, o verdadeiro, não são intercambiáveis. Isto ocorre porque a permuta de uma expressão logicamente verdadeira por uma expressão materialmente verdadeira, numa expressão composta por um signo modal de necessidade, por exemplo, torna a referida expressão falsa. Por exemplo: suponha um sistema S_{ne} composto pelos signos de Se (O sistema extensional anteriormente apresentado, incluindo os conectivos lógicos) e, ainda, o signo de necessidade lógica "N". Neste sistema a expressão "Hs" é factualmente verdadeira e a expressão " $Hs \vee \sim(Hs)$ " é logicamente verdadeira. Note que as duas expressões "Hs" e " $Hs \vee \sim(Hs)$ " são equivalentes, ou seja, têm o mesmo valor de verdade – ambas são verdadeiras. No entanto, se inserimos cada uma delas na expressão " $N(\dots)$ ", teremos, como resultado, diferentes valores de verdade para a mesma expressão. Note que $N[Hs \vee \sim(Hs)]$ é logicamente verdadeiro e $N(Hs)$ é falso porque "Hs" não é logicamente verdadeiro. Assim, "Hs" e " $Hs \vee \sim Hs$ ", que são materialmente equivalentes, não são intercambiáveis dentro de $N(Hs)$, uma vez que não são logicamente equivalentes. Desse modo, o critério de intercambialidade de expressões em contextos intensionais é a equivalência lógica de expressões.

Há ainda, segundo Carnap, contextos especiais que não são nem intensionais nem extensionais – são os contextos nos quais ocorrem sentenças compostas de verbos que expressam atitudes proposicionais como, por exemplo, acreditar, pensar, achar, dizer, e outros semelhantes. Nesses

contextos, o princípio de permutabilidade de expressões de Carnap - a equivalência lógica de expressões - parece não funcionar. Assim, se temos a sentença “Pedro pensa que p”, e substituímos a sentença subordinada “p” por uma outra, mesmo sendo logicamente equivalente a ela, o valor de verdade da sentença inteira pode alterar-se. Por exemplo, vamos supor um sistema no qual a expressão “homem” é definida como animal racional. Assim, as expressões “homem” e “animal racional” são logicamente equivalentes. Seja a sentença “Pedro pensa que Sócrates é homem” uma sentença pertencente a esse sistema. Se permutamos a sentença subordinada “Sócrates é homem” por uma outra, logicamente equivalente a ela, “Sócrates é um animal racional”, mudamos o valor de verdade da sentença “Pedro pensa que p”. Afinal, esta sentença refere-se ao pensamento expresso pela frase “Sócrates é homem”, diria Frege, e sua verdade depende exclusivamente da verdade da primeira sentença elementar “Pedro pensa” e não da verdade da sentença subordinada “Sócrates é homem”. Ou seja, o que interessa para se estabelecer o valor de verdade da sentença complexa “Pedro pensa que Sócrates é homem” é que Pedro, de fato, pense que Sócrates é homem. Se Pedro pensa, de fato, que Sócrates é homem mas não pensa que Sócrates é um animal racional, então, mesmo sendo logicamente equivalentes, estas expressões não podem ser permutadas. Note que o fato de Pedro não pensar que Sócrates é um animal racional, ou seja, Pedro não assentiria à sentença “Sócrates é um animal racional”, se lhe fosse perguntado, não significa que Pedro comete o erro de assentir à sua negação, mas apenas que Pedro não está habilitado a assentir à referida sentença. Em resumo, nesse contexto, embora as expressões “homem” e “animal racional” tenham a mesma intensão e, portanto, a mesma extensão (mesmo valor de verdade - o verdadeiro), a troca de uma pela outra altera a sentença – sua intensão e seu valor de verdade.

Carnap não considera esse contexto específico como um caso que fere seu princípio de permutabilidade de expressões, mas apenas como uma situação particular para a qual o critério de troca de expressões deverá ser um pouco

mais forte que a simples equivalência lógica de expressões. Ou seja, além da equivalência lógica, além de possuírem a mesma intensão, é preciso que as expressões sejam entendidas da mesma forma. Para isso, é necessário que elas sejam isomórficas. Dizer que duas sentenças são isomórficas ou que têm a mesma estrutura intensional, significa dizer que elas devem não apenas ser logicamente equivalentes, como um todo, mas que devem ser constituídas da mesma forma, a partir de partes logicamente equivalentes. Carnap chama esse tipo de sentenças isomórficas de “sinônimas”. Como exemplo de sentenças isomórficas temos sentenças como “ $2+5$ ” e “II mais V”, onde temos o mesmo número de elementos, e expressões, numéricas e funções aritméticas, definidas numa linguagem como logicamente equivalentes, ou seja, é definido que “+” e “mais” são expressões para a função soma, e portanto, são L-equivalentes; e “2” e “5” são logicamente equivalentes às expressões “II” e “V”. Ou seja, elas têm o mesmo número de elementos e suas partes componentes são logicamente equivalentes – têm a mesma intensão. Um exemplo de duas expressões que, embora sejam logicamente equivalentes, ou seja, tenham a mesma intensão, não são isomórficas, são as sentenças “ $\sim(a \wedge b)$ ” e “ $\sim a \vee \sim b$ ”. Portanto, nem sempre duas sentenças com a mesma intensão podem ser chamadas de sinônimas.

Note que, apesar de Carnap especificar os contextos, o critério de permutabilidade de sentenças é sempre o mesmo - a equivalência de expressões - o que muda, no entanto, é o grau de força desse critério, ou seja, equivalência material é um critério bem mais fraco que equivalência lógica, assim como equivalência lógica é um critério um pouco mais fraco que a equivalência lógica associada ao isomorfismo.

Depois de todas estas explicações sobre o critério de Carnap de identificação da igualdade de intensões e da permutabilidade de expressões numa sentença, podemos dizer que, para Carnap, tudo o que importa na determinação daquilo que Frege chamou de sentido são as definições dadas dentro de um certo sistema lingüístico. Carnap preocupa-se em falar de

igualdade de intensões ou identificação de expressões com a mesma intensão, apenas dentro de um sistema lingüístico específico. Esse tratamento dado por Carnap à noção de intensão é parte do seu notório formalismo na análise dos constructos teóricos. Carnap preocupava-se com a formalização da linguagem científica, ou seja, pretendia apresentar uma estrutura básica na qual os conceitos de uma teoria, qualquer que seja, estejam clara e precisamente definidos e as inferências feitas a partir desses conceitos se apresentem formalmente corretas, dentro de uma teoria completamente formalizada – dentro de um sistema lingüístico. Nesse contexto, a análise de Carnap é perfeita e o próprio Quine admite que não teria qualquer crítica a fazer, do ponto de vista formal.

Recorremos à noção de intensão, apresentada por Carnap, na tentativa de esclarecer a noção de significado e de resolver um problema específico que é o problema da tradução. Mas a dificuldade em encontrar um critério de tradução das expressões de uma linguagem para outra não é um problema formal, e sim, empírico, um problema científico enfrentado pelos lingüistas. Quine, no entanto, ocupa-se com essa questão por acreditar que a problematização dessa dificuldade, que é dada no plano empírico, tem conseqüências filosóficas relevantes. Neste momento, ao recorrer a Carnap, percebe-se que a noção de intensão apresentada por Carnap não poderá ajudar Quine a encontrar um critério de sinonímia de expressões, pelo menos, não no sentido em que Quine tem buscado, que diz respeito à pergunta sobre as bases das definições dadas num sistema lingüístico. Afinal, que critério nos autorizaria a definir numa linguagem L, por exemplo, que “solteiro” é sinônimo de “não casado”? Esta pergunta revela a real preocupação de Quine.

1.3 – A REJEIÇÃO À NOÇÃO CLÁSSICA DE ANALITICIDADE

O conceito de analiticidade foi primeiramente apresentado por Leibniz (1646-1716) através da distinção entre verdades de fato e verdades da razão.

Segundo Leibniz, todas as verdades necessárias são analíticas. Uma proposição é analítica quando sua razão pode ser encontrada por análise, ou seja, resolvendo-a em proposições ou verdades mais simples até chegarmos às proposições ou verdades primeiras. Tanto as verdades da razão como as verdades de fato são necessárias e, portanto, analíticas. No entanto, elas se diferenciam no que diz respeito ao processo de análise. Chegamos às verdades da razão por um processo finito de análise. Quanto às proposições contingentes ou verdades de fato, os homens só podem descobri-las através da investigação empírica - a análise necessária para exibí-las é uma análise infinita que apenas Deus pode realizar. Assim, do ponto de vista de Deus elas são analíticas.

Além de Leibniz, Kant, a seu modo, foi também um grande defensor da distinção analítico/sintético. Partindo da relação de implicação entre sujeito e predicado, Kant afirma que analítico é o juízo que limita-se a esclarecer um conceito e analisar-lhe o conteúdo, sem apelo à qualquer elemento novo. Neles, o predicado é extraído do sujeito por simples análise.

*Por exemplo, quando digo: todos os corpos são extensos, este é um juízo analítico. Com efeito, não preciso sair do conceito que ligo à palavra corpo, para encontrar unida a ele a extensão; preciso apenas decompor o referido conceito isto é: tomar consciência da multiplicidade (de elementos) que sempre penso com ele, para nele encontrar tal predicado.*¹³

Parte da crítica de Quine à noção clássica de significado apresentada em “Os dois dogmas do empirismo” (1951), é direcionada à noção de analiticidade. Mais especificamente, a qualquer tentativa em reconhecer a construção das intensões de Carnap, ou seja, a noção de analiticidade definida em “*Meaning and Necessity*” (a equivalência lógica de expressões) como uma explicação satisfatória para a analiticidade em geral. Trata-se não de uma crítica ao

¹³ Kant, Immanuel. “Crítica da razão Pura”, pg.43, 2 edição, tradução Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

trabalho formal de Carnap, e sim, de uma demonstração de que, em outras bases, a saber, no contexto empírico e não num sistema formal, como Carnap apresentou, ainda não foi encontrado um critério satisfatório para explicar a analiticidade. Ou melhor, nem mesmo num sistema formal podemos encontrar uma explicação para a analiticidade em geral:

*As regras semânticas determinando os enunciados analíticos de uma linguagem artificial são de interesse apenas na medida em que já compreendemos a noção de analiticidade: não nos ajudam a obter esta compreensão.*¹⁴

Em princípio quero esclarecer que Quine, ao falar em analiticidade, tinha em mente dois tipos de enunciados analíticos. O primeiro deles, chamado de “*enunciados de primeira classe*”, são as verdades lógicas/ tautologias, ou seja, enunciados que são verdadeiros em função da forma lógica, independentemente de qualquer interpretação que possa ser dada a seus termos extra lógicos componentes. Por exemplo: “*ou Maria foi ao cinema ou não foi ao cinema*”, “*Nenhum casado é não casado*”, “*Nenhum homem que não casou é casado*”, “ $p \vee \sim p$ ”. Esse tipo de enunciado analítico, Quine aceita como claro e bem definido, não tendo qualquer objeção ao seu uso. No entanto, há um segundo tipo de enunciado, aclamado como analítico por uma boa parte da comunidade filosófica, que Quine rejeitará – ele o chamará de “*enunciados analíticos de segunda classe*”. Estes enunciados caracterizam-se como enunciados que podem ser transformados em verdade lógica por meio da substituição dos sinônimos, ou seja, são verdadeiros em função do significado. Por exemplo: “*Nenhum solteiro é casado*”. Se substituirmos “*solteiro*” por “*homem que não casou*”, transformamos este enunciado na verdade lógica “*Nenhum homem que não casou é casado*”. É essa segunda classe de enunciados analíticos que será alvo das críticas de Quine.

¹⁴ Quine, W.V.º “*Os dois dogmas do empirismo*”, pg.242.

Voltando a Carnap e sua noção de intensão, a observação de Quine é que sua explicação da analiticidade não passa de uma definição de verdade lógica, ou seja, aqueles enunciados de primeira classe acima apresentados. Carnap apenas criou uma semântica formal na tentativa de conseguir uma linguagem clara em relação a sua intensão e extensão. Ou seja, ele apresentou um critério de sinonímia de expressões lingüísticas em teorias formalizadas. Por conseguinte, dentro da semântica de Carnap parece haver, sim, uma solução para a possibilidade de distinção entre expressões analiticamente verdadeiras, ou melhor, verdadeiras em função do significado, ou seja "*que atribuam a seu sujeito não mais do que o já conceitualmente contido no sujeito*"¹⁵, e sinteticamente verdadeiras, ou seja, verdadeiras em função dos fatos. O que possibilita esta distinção é a sua definição de intensão e extensão. Segundo Carnap, se temos um sistema lingüístico L, no qual temos, por exemplo, os predicados C (casado) e S (solteiro), as constantes individuais a, b, c, a variável x, e temos como regra semântica do sistema que $C =_{df} \sim S$, então, por definição, as expressões "casado" e "não solteiro" têm a mesma intensão. Assim, a sentença " $Ca \rightarrow \sim Sa$ " é uma verdade analítica, ou seja, uma verdade em função dos significados e não uma verdade material/factual. Em L, essa sentença será verdadeira em todas as descrições de estado ou em todos os mundos possíveis. Portanto, para Carnap o que é analítico é determinado quando definimos as regras semânticas de um sistema lingüístico. Desse modo, teremos analítico em L, analítico em L1, analítico em L2, de acordo com as regras semânticas estabelecidas em cada sistema. Para ser ainda mais preciso, Carnap não apresenta uma explicação da analiticidade, e sim, do que sejam as expressões "lógico em L1", "lógico em L2" etc. Ele não apresentou, no sistema criado em "*Meaning and Necessity*", os dois tipos de verdade, a saber, verdade lógica e verdade analítica, mas apenas as verdades lógicas.

¹⁵ Quine, W.V.O, "Os dois dogmas do empirismo", pg231, Os pensadores, 2 ed, Abril Cultural, São Paulo, 1980.

No entanto, Quine está ocupado em encontrar uma explicação para os enunciados analíticos de segunda classe, ou seja, ele deseja a explicação para um sentido geral da palavra “analiticidade”, aquele sentido no qual filósofos como Kant¹⁶ empregaram esta palavra. Talvez assim Quine tenha êxito em encontrar um critério para que possamos afirmar que duas expressões têm o mesmo significado e com isso possamos resolver o problema da tradução. Desse modo, sua referência a Carnap é menos uma crítica e mais uma advertência à qualquer um que pretenda encontrar uma explicação para o conceito geral de analiticidade na noção de intensão elaborada por Carnap.

*Não quero com isso sugerir que Carnap esteja de algum modo iludido a este respeito. Sua linguagem-modelo simplificada, como suas descrições de estado, visa primariamente não ao problema geral da analiticidade, mas a outro propósito: à clarificação da probabilidade e da indução. Nosso problema, entretanto, é a analiticidade e aqui a maior dificuldade encontra-se não na primeira classe de enunciados analíticos, as verdades lógicas, mas antes na segunda classe, que depende da noção de sinonímia.*¹⁷

Na verdade, Quine não teria como fazer uma crítica direta nem a Frege nem a Carnap uma vez que, Frege, não teve a pretensão de apresentar argumentos para a identificação dos significados e muito menos apresentou um esclarecimento da expressão “ter o mesmo significado”; e Carnap constrói a sua teoria das intensões com pretensões bastante específicas, a saber, mostrar como se constrói um sistema lingüístico completamente formalizado, sem ter com isso qualquer intenção de falar algo acerca do problema colocado por Quine – as bases da noção de significado.

Lembre-se que Quine procura uma explicação da analiticidade com a intenção de fundamentar a noção de significado. Ele entende que é um erro identificar o significado de expressões lingüísticas com sua extensão e disso infere que o estudo do significado e o estudo da referência de expressões

¹⁶ Segundo Quine, Kant concebia um enunciado analítico como aquele que “é verdadeiro em virtude de significados e independente de fatos”. Ver, “Dois Dogmas do Empirismo”, pg.231.

lingüísticas devem estar completamente separados. Esta é a razão pela qual Quine parte da noção de analiticidade para tentar conseguir uma explicação para a noção de significado, uma vez que, esta, constituiria um primeiro objeto da teoria dos significados.

O primeiro passo na análise da noção de analiticidade é mostrar os aspectos problemáticos dessa noção. Um enunciado é analítico quando os enunciados de segunda classe reduzem-se aos de primeira classe (verdades lógicas) por meio de definições. Segundo Quine, esta noção é extremamente problemática. A questão que se apresenta neste momento é: com que base podemos escrever, em uma dada teoria formalizada, em um dado sistema semântico, que, por exemplo, solteiro é sinônimo de não casado? Qual o fundamento das definições dadas em um sistema semântico?

Partindo desta questão, Quine faz um estudo das definições tanto formais quanto empíricas. Ora, as definições empíricas, como as definições dadas em um dicionário, por exemplo, pressupõem uma relação de sinonímia que, assim como a analiticidade, carece de explicação. O lexicógrafo é um cientista empírico que registra supostas relações de sinonímia implícitas no uso das expressões de uma linguagem. No entanto, ele não apresenta uma explicação para essa noção de sinonímia pressuposta no uso. O que ele faz é um mero registro. Assim, as definições empíricas não podem ser o fundamento da analiticidade uma vez que também não apresentam um fundamento claro e preciso.

Se recorremos a um tipo especial de definição, chamado por Carnap de “explicação”, também não conseguimos grandes avanços uma vez que elas também pressupõem algum tipo de relação de sinonímia anterior. Essas definições caracterizam-se por não pretenderem apenas parafrasear o *definiendum*, ou seja, a expressão a ser definida, em termos de um sinônimo direto. Nelas, aperfeiçoa-se o *definiendum* refinando ou ampliando seu significado. As explicações são uma espécie de aperfeiçoamento do

¹⁷ Quine, W.V.O, “Os dois dogmas do empirismo”, pg.233.

significado. Um exemplo claro de *explicação* podemos encontrar no artigo “*The meaning of 'meaning'*” (1975) de Putnam, a respeito da expressão “água”. Esta expressão poderia ser definida, na idade média, como aquela substância que encontrávamos nos lagos, nos rios, no mar, e que caía das nuvens ao chover. Modernamente, com o desenvolvimento científico, mais especificamente da química, ela passou a ser definida como H_2O – “Água é H_2O ”. No entanto, mesmo não relatando uma sinonímia pré-existente entre *definiendum* e *definiens*, essas definições ainda baseiam-se em outras sinonímias pré-existentes, a saber, aquilo que nós chamamos de água é uma substância constituída de óxido de hidrogênio que é uma fórmula química composta de dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio. E assim seguem as relações de sinonímia.

Além dessas definições que acabamos de apresentar, temos apenas as definições formais ou explícitas que não pressupõem sinonímia anterior, ao contrário, geram sinonímia. Neste caso a sinonímia é criada por definição, ou seja, “*o definiendum torna-se sinônimo do definiens simplesmente porque foi criado expressamente com tal propósito*”¹⁸. Perceba que elas caracterizam-se por sua convencionalidade ou arbitrariedade, ou seja, são próprias de uma teoria formalizada e, como tal, são meras tautologias (não afirmam nada sobre o mundo). As definições explícitas são as que Carnap apresenta em “*Meaning and Necessity*”.

Assim, Quine conclui que as definições não podem ser tomadas como um critério de analiticidade de expressões, pois dependem sempre do estabelecimento de sinonímias anteriores, e estas, também necessitam de uma explicação. Dessa forma, Quine segue um novo caminho em busca do esclarecimento da analiticidade, a saber, um exame mais detalhado da sinonímia. Mais especificamente, Quine analisa a afirmação de que a

¹⁸ Quine, W.V. “Os dois dogmas do empirismo”, pg.235.

sinonímia de duas formas lingüísticas consiste na sua permutabilidade *salva veritate*¹⁹, em todos os contextos.

Primeiramente vamos esclarecer que tipo de sinonímia Quine procura elucidar. Ele fala em “*sinonímia cognitiva*”. É evidente que se conseguíssemos explicar precisamente em que consiste este tipo de sinonímia o problema da analiticidade estaria resolvido. Aliás, o próprio Quine quando tenta nos dar uma idéia do que ele se refere ao falar nesse tipo de sinonímia deixa claro que não terá condições de apresentá-la claramente. No entanto, ele nos dá uma pista do que seja isso:

*não se trata aqui de sinonímia no sentido da completa identidade nas associações psicológicas ou da qualidade poética; não existem verdadeiramente duas expressões sinônimas neste sentido. Apenas nos interessa o que pode ser chamado sinonímia cognitiva. O que vem a ser isso exatamente não poderá ser esclarecido antes de obtermos uma resposta positiva para a questão que ora consideramos: mas sabemos algo a respeito a partir da necessidade que dela se fez sentir, em conexão com a analiticidade, no §1. O que ali se fazia necessário era apenas um tipo de sinonímia tal que qualquer enunciado analítico pudesse se transformar numa verdade lógica pela substituição de sinônimos por sinônimos.*²⁰

Portanto, a sinonímia cognitiva é algo capaz de transformar um enunciado analítico de segunda classe em um enunciado analítico de primeira classe – verdade lógica.

A primeira observação feita por Quine é que é preciso estar atento aos casos nos quais estamos tratando de uma única e indivisível palavra, um bloco de significado ou unidade de significado. Ele afirma que não é possível aplicar o princípio de substituição *salva veritate* a ocorrências fragmentárias em um termo que é, ele mesmo, uma unidade de significado, um sintagma. Por exemplo: “*Bachelor of arts*” ou “*Bachelor’s buttons*”; ou ainda na citação,

¹⁹ Esta expressão foi usada por Leibniz e quer dizer: “sem mudança do valor de verdade”.

²⁰ Quine, W.V.º “*Os dois dogmas do empirismo*”, pg.237.

“‘bachelor’ has less than ten letters”. Feita esta observação, Quine segue sua análise da sinonímia acompanhado da questão sobre se conseguimos aplicar o princípio de substituição *salva veritate*, em todo e qualquer contexto, excetuando no interior de palavras. Em outras palavras, a pergunta é: este critério de permutabilidade *salva veritate* é uma condição suficiente de sinonímia cognitiva? Se conseguimos uma resposta positiva a esta questão teremos, então, um critério para a sinonímia de expressões, e assim, uma explicação para a analiticidade.

No entanto, logo de início, Quine constata que a permutabilidade *salva veritate* não é garantida em contextos extensionais. Uma linguagem extensional, como já vimos na explicação anterior de Carnap, é aquela na qual a substituição, numa certa sentença S, de uma dada expressão por outra com o mesmo valor de verdade, nunca altera o valor de verdade de S. No entanto, isto não garante a sinonímia cognitiva das expressões, uma vez que, a substituição de uma expressão pela outra, embora não alterando o valor de verdade da sentença, não assegura que elas sejam expressões verdadeiras da mesma coisa, ou seja, verdadeiras preferencialmente em função dos significados, que é o que Quine espera (sinonímia cognitiva), e não em questões de fatos. Assim, contextos extensionais não garantem a sinonímia cognitiva.

Seguindo adiante e analisando os contextos intensionais, em princípio, parece que conseguimos assegurar a sinonímia cognitiva, mas só aparentemente. Contextos intensionais são contextos lingüísticos que possuem advérbios modais como: necessidade, possibilidade, impossibilidade, contingência. Vejamos, então, utilizando os exemplos do próprio Quine, como ele analisa este tipo de linguagem e a que conclusões chega.

Suponha que temos os predicados S (solteiro) e $\neg C$ (não casado). A questão que se coloca é se o enunciado (1) $\forall x (Sx \leftrightarrow \neg Cx)$ é um enunciado analítico. Especificando ainda mais a questão e restringindo ao contexto intensional, o que Quine deseja saber é se podemos fazer a passagem de um enunciado do

tipo (2) $\Diamond \forall x (Sx \leftrightarrow Sx)$ (a tautologia “Necessariamente todos e apenas os solteiros são solteiros”) para um enunciado do tipo (3) $\Diamond \forall x (Sx \leftrightarrow \neg Cx)$ (“Necessariamente todos e apenas os solteiros são homens que não casaram”). Ou seja, se os predicados S e $\neg C$ são sinônimos, e o enunciado (2) é válido necessariamente, então, deveríamos concluir que o enunciado (3) também deverá ser válido necessariamente. No entanto, o advérbio “necessariamente” produz uma verdade quando e somente quando aplicado a um enunciado analítico. Portanto, o enunciado (3) $\Diamond \forall x (Sx \leftrightarrow \neg Cx)$ só poderá ser verdadeiro se (1) $\forall x (Sx \leftrightarrow \neg Cx)$ for analítico. Ora, mas é justamente isso que estávamos tentando provar com todos esses passos até aqui seguidos. Assim, podemos concluir que os casos em que o princípio que fundamentaria a noção de sinonímia é suficiente, os contextos intensionais, são justamente aqueles contextos que pressupõem a analiticidade. Portanto, notamos que a noção de sinonímia pressupõe a analiticidade e vice-versa.

Alguém poderia afirmar que a analiticidade pode ser explicada recorrendo ao conceito de necessidade. No entanto, para entender este conceito é preciso ter claro o conceito de sinonímia de expressões, ou seja, saber qual o critério de sinonímia cognitiva de expressões que, por outro lado, não pode ser elucidado sem a noção de analiticidade, uma vez que, o critério adequado para que se possa afirmar, com certeza, que duas expressões são sinônimas é a permutabilidade “salva analiticidade”. Ou seja, que a permuta de uma expressão “E” por uma outra expressão sinônima “E1”, numa dada sentença, mantivesse a sentença verdadeira em qualquer mundo possível. Mas, então, ressurgue a questão: O que é exatamente essa analiticidade? Daí Quine conclui que a noção de sinonímia não pode ser um bom critério de esclarecimento para analiticidade.

O problema sobre o fundamento da analiticidade parece girar em círculo. Perceba que uma tentativa de explicar a analiticidade foi recorrer às definições. Mas as definições precisam da noção de sinonímia para serem fundamentadas e, a sinonímia, por sua vez, necessita da noção de analiticidade para ser

explicada. Assim, Quine conclui que a afirmação da existência de enunciados analíticos não possui qualquer fundamento. Se a noção de analiticidade não tem um fundamento, então, uma fronteira clara entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos não tem como ser traçada, afinal, não temos um critério para dizer, com precisão, que um enunciado é analítico. Portanto, até que se prove o contrário, esta distinção entre analítico e sintético, tão difundida no empirismo lógico, não passa de um dogma dos empiristas que é aceito, para surpresa de todos, sem qualquer base empírica.

Após toda essa análise, Quine abandona por completo a noção de analiticidade e a teoria dos significados exposta por Carnap em "*Meaning and Necessity*", onde apresentava um critério de identificação do significado em teorias formalizadas, e segue na tentativa de construir um critério empírico de significação para as expressões lingüísticas. Apesar disso, Quine não abandona totalmente as idéias de Carnap, aproveitando traços da postura empirista difundida em "Testabilidade e Significado", para a construção de sua concepção de significado. Mais especificamente, Quine adota, a seu modo, a noção de que a significação de uma frase depende apenas daquilo que é suscetível de contar como prova de sua verdade. Em sua teoria do significado, Quine apresenta o estímulo como único critério de significação de que dispomos. No entanto, a tese da indeterminação da tradução, que é resultado desta concepção de significado, é uma prova de que a teoria verificacionista dos significados também tem sérios problemas, em especial, a idéia de verificação. Vejamos, então, de que forma Quine desenvolve esta idéia.

II - A INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO

2.1 – A CONCEPÇÃO DE SIGNIFICADO DE QUINE

A grosso modo podemos dizer que uma teoria semântica ingênua se ocuparia em estudar a relação entre os signos lingüísticos e aquilo a que eles se referem, ou seja, os significados dos signos lingüísticos seriam a própria

referência. Frege rompe com esta noção ingênua de semântica, apresentando uma dimensão intermediária entre os signos e a referência, chamada de sentido. Com isso Frege deixa claro que sentido e referência são dimensões bem distintas. Neste aspecto, Quine concorda com Frege ao afirmar que a semântica deveria ser dividida em duas partes: teoria do significado e teoria da referência. Ao fazer esta distinção, Quine apresenta os conceitos que caberiam a cada uma dessas teorias: à teoria do significado cabe a análise dos conceitos de sinonímia (a identidade de significado), significação (a posse do significado), analiticidade (verdade em virtude do significado), enquanto que, à teoria da referência pertencem os conceitos de nomeação, verdade, denotação, e extensão.

No entanto, ao analisar os conceitos pertencentes à teoria dos significados, Quine percebe que Frege apenas apresentou argumentos para a existência dos significados, mas não se empenhou em fornecer um critério para identificá-los e muito menos nos deu explicações sobre a natureza destes conceitos e em que bases são fundamentados. As razões pelas quais Frege não apresentou este critério não nos cabe discutir aqui pois o que nos interessa, e essa é a preocupação de Quine, é encontrar um caminho que nos mostre como poderemos identificar estes significados, e não ocupar-nos em uma crítica dirigida a Frege. Quine sabe que Carnap percebeu esta lacuna em Frege e tentou apresentar um critério preciso para isso. No entanto, o objetivo de Carnap, bem como o resultado de seu trabalho, não é nada mais que um critério formal de estipulação dos significados.

Sob esta análise, Quine constata que a teoria dos significados está em péssimo estado, afinal, simplesmente apresentar argumentos para a existência dos significados, como o fez Frege, não é um procedimento que nos ajude a saber, exatamente, o que são os significados e como podemos dizer que duas expressões têm o mesmo significado, que é o que importa para a tradução. Do mesmo modo, apresentar um critério de identificação dos significados apenas dentro de um sistema formal também não nos faz progredir no esclarecimento

dos significados e, muito menos, com relação ao problema da tradução. Assim, até o momento, nenhuma explicação precisa foi apresentada acerca daqueles conceitos fundamentais pertencentes à teoria do significado. Como vimos anteriormente, as noções de analiticidade e sinonímia não possuem qualquer fundamento.

Resta ainda investigar o terceiro conceito pertencente à teoria semântica que é a noção de significação – a relação de um termo com o seu significado/intensão. Como podemos dizer, por exemplo, que a expressão “gato”, é uma expressão significativa no português? O que alguém poderia querer dizer ao afirmar que uma dada expressão tem significado? Como resposta a esta questão, Quine parte de uma situação concreta, ou seja, de um problema científico específico – o problema do lingüista na situação da tradução radical.

Um primeiro esclarecimento apresentado por Quine é que o conceito de significado é um conceito relativo à linguagem, ou seja, quando falamos em significados estamos nos referindo a significados de expressões lingüísticas. Uma expressão para Quine é qualquer seqüência de fonemas ou de letras e espaços. Por exemplo, Quine diria que “gato” é uma expressão assim como “gote” e “cat”. Segundo Quine, nós vemos aquela ocorrência de letras e espaços (sinais gráficos) se apresentarem várias vezes, assim como ouvimos aquela seqüência de sons ocorrerem diversas vezes. *“Sabemos que dois sons contam como ocorrências do mesmo fonema se a substituição de um pelo outro não tem nenhum efeito na prontidão de um falante em assentir a cada seqüência de sons”*²¹. O importante aqui é saber que Quine entende por expressão qualquer seqüência de fonemas e letras destituída de significado. Ele não pretende aqui utilizar a concepção difundida pelos lingüistas de que palavra é uma combinação de fonemas e letras incluindo seu significado. A preocupação de Quine em estipular uma terminologia específica, a saber, a

²¹ Quine, W.V.O, “*Use and its place in meaning*”, pg.45, trad.livre, in: “*Theories and things*” Harvard University press, Cambridge, Massachusetts and London, England, 1981.

sua noção particular de expressão, é apenas um expediente por ele utilizado para expor sua teoria de significação empírica, afinal, Quine não pode pressupor logo de início a noção de significado no conceito de expressão, uma vez que é justamente esta noção o que ele está tentando compreender.

Os significados são significados de expressões, assim é melhor começar por explicar o meu uso da expressão "expressão". Uma expressão, para mim, é uma seqüência de fonemas; se preferirmos pensar em termos de escrita, uma seqüência de letras e espaços. Algumas expressões são frases. Algumas são palavras. Deste modo quando eu falo de frase, ou de uma palavra, eu estou a referir-me de novo à pura seqüência de fonemas e nada mais. Devo sublinhar isto porque há um amplo uso aceite por muitos que lhe é contrário. A palavra ou a frase são muitas vezes pensadas de outra maneira: como uma combinação qualquer de uma seqüência de fonemas e de um significado. Os homônimos são por conseguinte tratados como palavras distintas. Este uso é muitas vezes conveniente no estudo da linguagem, e no seu lugar próprio eu não tenho qualquer intenção de disputar. Contudo, não pode ser aqui admitido, porque o nosso propósito é isolar e clarificar a noção de sentido. (pg.44)²²

Em resumo, para Quine, são as expressões que poderão ter significado, se é que isso, de fato, existe. No entanto, em princípio, expressões lingüísticas são pensadas como algo destituído de significado. Uma vez que Quine não sabe o que poderiam ser os significados de expressões lingüísticas, ele suspende momentaneamente essa noção, pressupondo somente a existência dos signos lingüísticos e do mundo das coisas observáveis.

Sobre os signos, Quine acabou de esclarecer ao expor o que ele entende por expressão. No que diz respeito ao mundo das coisas observáveis, Quine será bastante cuidadoso na sua explicação, não ousando utilizar expressões como “dados sensíveis” ou “dados da percepção” e adotando a expressão “estímulo” para se referir a esta dimensão, expressão esta, de clara inspiração behaviorista. A questão é que termos como “dados sensíveis”, “dados da

²² Idem, pg.44.

percepção“, não são muito claros e carregam consigo muitas interpretações distintas. Já a palavra "estímulo" é entendida por Quine como um termo um pouco mais límpido. Um estímulo é qualquer coisa capaz de excitar um receptor, ou seja, provocar uma resposta, uma reação, num dado organismo. Veja citação abaixo onde Quine, no início do artigo "Empirical Content" (1981), apresenta o estímulo como o critério de significação empírica.

*O ensaio precedente preocupou-se com o significado empírico de assumir objetos. Este preocupa-se, ainda que mais abstratamente, com o significado empírico enquanto tal: com a relação entre a teoria científica e a sua evidência sensível. Como antes, a minha posição é naturalista. Por evidência sensível quero dizer a estimulação dos receptores sensíveis. Aceito a nossa preponderante teoria física e com ela a fisiologia dos meus receptores, e depois prossigo especulando acerca do modo como este **input** sensível suporta a mesma teoria física de que parti. Não reivindico com isto que estou a provar a teoria física, portanto não há círculo vicioso.*²³

Portanto, uma vez que, em princípio, ao olhar para o mundo tudo o que temos são estímulos, ou seja, as estimulações de nossos receptores sensíveis, estes, são para Quine o ponto de partida de que dispomos para especular sobre o que possam ser os significados. A partir deles e do behaviorismo verbal de falantes, Quine tenta apresentar uma concepção empírica de significado. Segundo esta concepção, o único critério que dispomos para dizer que duas diferentes frases F1 e F2, proferidas por distintos falantes de duas linguagens L1 e L2, têm o mesmo significado, é a comparação das disposições que um falante da linguagem L1, e um falante da linguagem L2, têm, em determinadas situações observáveis (ou estímulos) muito parecidas, de assentir a uma frase F1 ou uma frase F2, que pertencem a sistemas lingüísticos diferentes.

²³ Quine, W.V.O, "Empirical Content", tradução livre, pg.24, in: "Theories and Things", Harvard university Press, Cambridge, Massachusetts and London, England, 1981.

Ao falar em estímulos Quine refere-se a todo e qualquer tipo de estímulo, seja tátil, olfativo, auditivo, visual. Um indivíduo é afetado por um dado estímulo que é algo anterior à sua própria percepção. O estímulo nem é a percepção sensorial do indivíduo nem é o objeto físico no mundo, mas é algo que se apresenta entre ambos. O que podemos dizer é que as coisas no mundo dão origem ao estímulo, provocam um estímulo nos indivíduos. A percepção seria já uma interpretação dos estímulos ou a construção do significado deles. Poderíamos, por exemplo, chegar numa tribo indígena completamente desconhecida e observar que, ao passar um coelho, o nativo profere a expressão “gavagai”. Quine nos diria, então, que o que provoca o proferimento dessa expressão pelo nativo são as estimulações provocadas pelo coelho e não o coelho propriamente dito. Se esta mesma situação ocorresse frente a um indivíduo cego, ou seja, um indivíduo inapto a receber aquele tipo de estímulo, a saber, o estímulo visual, não haveria, neste caso, o proferimento da sentença “gavagai”. Quine nos diz ainda que uma estimulação visual, por exemplo, é o “*padrão de irradiações cromáticas do olho*”²⁴, e assim, ainda que o coelho permaneça o mesmo, a estimulação poderá variar, com relação ao seu poder em provocar o assentimento do nativo a “gavagai”, caso haja variações no ângulo de visão do nativo, na luz, ou no contraste de cores etc. Quine não se interessa em fazer um estudo detalhado e profundo da estrutura da mente e sua relação com os estímulos porque seu objetivo é buscar um critério de significação para expressões lingüísticas e, neste caso, tudo o que precisamos, segundo Quine, é analisar o comportamento verbal dos falantes, ou seja, suas disposições para assentir ou não a uma dada expressão proferida diante de um dado estímulo.

Essa postura behaviorista de Quine é consequência de sua concepção de linguagem, segundo a qual, não há outro meio de se adquirir uma linguagem a não ser pelo seu uso. “*A linguagem é uma habilidade social que todos nós adquirimos exclusivamente com base na evidência do comportamento*

²⁴ Quine, W.V.O; “Word and Object”,pg31, tradução livre,1960.

*manifesto das outras pessoas em circunstâncias publicamente reconhecíveis*²⁵. Assim, um lingüista, num processo de tradução radical, ou seja, na tradução de expressões de uma língua totalmente desconhecida para a sua própria língua, não teria outra alternativa, segundo Quine, a não ser o behaviorismo:

*Críticos têm afirmado que a tese é uma conseqüência do meu behaviorismo. Alguns disseram que ela é um **reductio ad absurdum** do meu behaviorismo. Eu discordo com este segundo ponto, mas eu concordo com o primeiro. Eu defendo posteriormente que a abordagem behaviorista é obrigatória. Em psicologia pode-se ou não ser behaviorista, mas em lingüística não se tem outra escolha. Cada um de nós aprende nossa língua observando o comportamento verbal de outras pessoas e sendo nosso vacilante comportamento verbal observado e reforçado ou corrigido pelos outros.*²⁶

A concepção empírica de significado de uma sentença S, apresentada por Quine, o *stimulus meaning*, é dada com relação a um falante, em um momento estabelecido e é definida como um par ordenado composto do conjunto de todos os estímulos que provocariam o assentimento do falante a esta sentença S e o conjunto de todos os estímulos que provocariam o não assentimento do falante a S. As estimulações que não contam como significação estimulativa afirmativa nem como significação estimulativa negativa, são aquelas que poderiam inibir um veredicto acerca da referida sentença, seja por indecisão, no caso de uma percepção insuficiente, seja pela não compreensão do estímulo pelo sujeito. O *stimulus meaning* de uma sentença S, para um dado falante, é uma síntese das suas disposições verbais para assentir ou não assentir à sentença em resposta a uma presente estimulação. O que ativa as disposições de um falante para assentir ou não a uma dada sentença são os estímulos.

²⁵ Quine, W.V.O, “A relatividade ontológica”, pg.95, em: “Filosofia e Linguagem”, org.João Sàágua, Ed.Asa, 1995.

²⁶ Quine, W.V.O, “Pursuit of Truth”, tradução livre,pg,37, Harvard University Press, Cambridge, Massachusets and London, England, revised edition,1992.

Um aspecto curioso na noção de *stimulus meaning* é que, segundo Quine, o que há de comum entre um falante F1 e um falante F2, ao observar um coelho C1, não é a percepção, mas sim, o estímulo. A percepção de F1 e F2 será diferente e, portanto, não interessa a Quine. No entanto, uma indagação que podemos fazer a Quine, neste momento, é sobre como podemos saber se o estímulo é o mesmo. A resposta de Quine será a seguinte: o que F1 e F2 viram ontem, o que F1 e F2 vêem hoje, e o que cada um deles verá amanhã, ao estar diante de um dado estímulo, é algo como uma mesma ocorrência – Quine afirma que é uma repetível forma eventual, surgindo e desaparecendo, várias vezes. Alguém poderá neste momento indagar sobre qual o critério utilizado por Quine para saber que é a mesma ocorrência. No entanto, eu diria que a expressão “mesma” aqui é usada num sentido fraco e que Quine refere-se à semelhança, ou seja, a graus de aproximação e não identidade.

Um estímulo seria algo como um conjunto vago de coisas cuja estrutura interna não somos capazes de distinguir claramente mas que, a nível pragmático, operacional, é algo reconhecível. Esse reconhecimento operacional é, de certa forma, algo socialmente controlável, uma vez que aprendemos a assentir a uma sentença diante de um dado estímulo, observando o comportamento dos falantes e sendo incentivados ou desencorajados pelos outros falantes. Assim, após inúmeras repetições da sentença “gavagai”, por exemplo, diante de inúmeras ocorrências estimulatórias, positivas e negativas, o falante consegue formar um esboço do que seria o *stimulus meaning* daquela sentença.

Quine deixa claro que o *stimulus meaning* de uma sentença é dado para um falante porque diante de um estímulo para o qual um falante F1 profere a sentença “coelho”, um falante F2 pode proferir a sentença “lebre”. Também afirma que é num tempo determinado porque o falante F1, por exemplo, pode, num dado momento, passar a proferir a sentença “lebre” diante daquele estímulo para o qual, anteriormente, estava disposto a dizer “coelho”.

Tudo isso nos faz perceber que o significado empírico de uma sentença, segundo Quine, pode mudar de um falante para outro, pode ser reformulado num dado instante, e, portanto, não carrega consigo uma determinação definitiva. Esta é a razão pela qual Quine não se ocupa em refinar a noção de *stimulus meaning*, uma vez que ele percebe que este critério de significação empírica, que é tudo o que temos, não pode ser construído com uma precisão absoluta, o que não significa que traduções são impossíveis, mas apenas que são indeterminadas. Ao formular o conceito de *stimulus meaning* Quine já tem conhecimento das suas limitações e, logo em seguida, apresenta as dificuldades provenientes deste conceito. O grande problema da noção de *stimulus meaning* é que não podemos determinar, por meio de investigações empíricas e muito menos a priori, todas as instâncias positivas e negativas que compõe o *stimulus meaning* de uma dada sentença, ou seja, não conseguimos saber e prever todos os casos em que se irá assentir e todos os casos em que se irá dissentir a uma dada sentença diante de um estímulo. Isto ocorre porque o número de hipóteses é infinito e nunca conseguiremos fazer todas as perguntas e todas as observações.

Segundo esta concepção empírica de significado, apresentada por Quine, a linguagem é construída a partir de estímulos. Com base nisso, podemos inferir que nem todas as frases parecem apresentar a mesma relação com o mundo, ou seja, parece haver uma parte da linguagem que possui um contato mais próximo com o mundo. Diríamos, então, que essas frases são aquelas que provocam uma reação nos falantes, seja no sentido de assentir ou a não assentir à frase, sempre na presença dos estímulos, ou, melhor ainda, podemos dizer que são as primeiras frases que aprendemos ao adquirir uma linguagem. Quine, de fato, concorda com a afirmação de que existem frases mais diretamente ligadas à estimulação sensível e até se ocupa em expor uma tipologia de frases, no entanto, isto não significa que Quine defende a existência de frases puramente empíricas. Para Quine todas as frases são construções teóricas, no entanto, elas podem apresentar graus maiores e

menores de construção teórica. Esta informação é relevante porque nos fará entender o argumento de Quine sobre as dificuldades em apreender a relação entre os estímulos que recebemos e o comportamento verbal do nativo, no caso de uma tradução radical, ou seja, em encontrar um critério de identificação dos estímulos.

Quine divide nosso discurso sobre o mundo em dois níveis de enunciados, a saber, frases de ocasião e frases permanentes. Elas se diferenciam basicamente com relação à permanência ou não do valor de verdade. Frases ocasionais são aquelas cujo valor de verdade depende do contexto, ou seja, muda de acordo com a ocasião em que ocorrem – isso acontece porque estas são as frases que possuem um vínculo imediato com os estímulos. Normalmente estas frases são formadas por termos indexicais como, por exemplo, “aquele”, “aquilo”, “ele”, “este”, “eu”, ou seja, termos cuja referência só poderá ser identificada em uma situação concreta, dentro de um contexto específico. Frases permanentes são aquelas cujo valor de verdade permanece o mesmo independentemente do contexto em que ocorrem. Por exemplo: a frase “*todos os gatos são pretos*” ($\forall x (Gx \rightarrow Px)$) é falsa independente do contexto em que ocorre, portanto, é permanente. Outros exemplos de frases permanentes seriam: “ $2+2=4$ ”, “Ronaldinho é brasileiro”. Já a frase “*está chovendo*”, pode ser verdadeira em um contexto e em outro não, assim, ela é ocasional. Uma outra distinção entre uma frase ocasional e uma frase permanente é que, no segundo caso, um indivíduo poderá repetir o assentimento ou não assentimento a uma frase permanente sem ter recebido um estímulo atual, enquanto que, às frases ocasionais, o indivíduo só poderá assentir ou dissentir ao estar diante de uma estimulação que corresponda ao conteúdo da frase.

As frases que mais interessam a Quine no momento em que está construindo seu critério de significação empírica, o *stimulus meaning*, são as frases observacionais, que consistem em um tipo especial de frases

ocasionais. Segundo Quine, o que qualifica uma frase como sendo observacional é que

*o falante dará assentimento de modo consistente, quando os seus receptores sensíveis forem estimulados de certas formas e, dissentimento de modo consistente, quando forem estimulados de certas outras formas. Se a interrogação acerca da frase produzir o assentimento de um dado falante numa ocasião, produzirá também assentimento noutra ocasião em que o mesmo conjunto total de receptores for acionado; e de igual modo no caso do não assentimento.*²⁷

Ao apresentar esta definição, Quine faz questão de esclarecer que não é possível que o mesmo conjunto exato de todos os receptores sensíveis seja acionado duas vezes. Ou seja, não é possível que um falante que profere a frase “*Isto é um cisne*” ao estar diante de um estímulo S no qual tenham sido irradiadas em sua visão um feixe F de cores e ondas S de sons, por exemplo, receba exatamente o mesmo feixe F de cores e ondas S de sons, em uma outra ocasião na qual profere a mesma sentença. O que ocorrerá são aproximações e quanto mais aproximados forem os conjuntos de receptores sensíveis acionados no proferimento de uma dada frase, mais provável será o assentimento ou não a esta frase. O objetivo de Quine é mostrar que estas frases têm um elevado grau de proximidade com a estimulação sensível. Para ser mais cuidadoso ainda, Quine afirma que estas frases devem ser pensadas em termos de graus de observacionalidade, ou seja, como frases com um grau de observacionalidade maior. Isto significa que frases como “*Está chovendo*”, “*Está frio*”, “*Isto é um coelho*”, “*Isto é um cisne*”, “*Este cristal é azul*”, são menos suscetíveis a confusões, mal entendidos, ou dificuldades de apreensão que outras frases, uma vez que os fatores que poderão contribuir para isso são mais reduzidos que no caso de frases com um grau teórico maior, e, portanto,

²⁷ Quine, W.V.O, “*Empirical Content*”, pg.25, in: “*Theories and Things*”, tradução livre, Harvard university Press, Cambridge, Massachusetts and London, 1981.

com menor grau de observacionalidade, como, por exemplo, “*Este homem é solteiro*”. Neste caso, é preciso que o falante não só seja afetado pelo estímulo, mas que também saiba o que significa dizer que um homem é solteiro, e tenha também informações adicionais sobre o estado civil do referido homem, para que possa assentir ou não à frase. Quine não nega que frases como “*Isto é branco*” também sejam carregadas de teoria, no entanto, em um grau um pouco mais reduzido que qualquer outro tipo de sentença.

As sentenças observacionais já carregam teoria pela seguinte razão: vamos supor que um indivíduo *A*, que está aprendendo a falar, observa que, ao chover, um falante *B* aponta para a chuva e diz “*Está chovendo*”. Na verdade, esta afirmação já é bastante teórica. Afinal, para que o falante *A* compreenda esta frase é preciso que ele já saiba o que é chuva. Portanto, para compreender esta frase o falante já deve ter passado por um processo anterior de formulação teórica. A rigor, tudo o que se poderia dizer ao observar a chuva, ou melhor, ao ser afetado por aquele estímulo visual, é que “*Alguma coisa está caindo lá de cima*”. Se o falante, por outro lado, já sabe o que é água, poderá afirmar que “*Está caindo água*”. No entanto, para chegar à afirmação “*Está chovendo*” é preciso que um falante tenha observado não só diversas ocorrências da água caindo, mas ainda uma conexão lógica entre elas. A grosso modo, podemos dizer que, com essas observações e conexões lógicas, poderia-se formular a tese de que sempre que formam-se nuvens escuras no céu cai água dessas nuvens e a esse fenômeno damos o nome de chuva. Note o quanto de teoria já existe nesta simples frase observacional “*Está chovendo*”. Portanto, esta frase, embora apresente um grau de observacionalidade, já é um constructo teórico:

... e é começar com um bom avanço reconhecer que as frases observacionais estão impregnadas de teoria (theory-laden). Isto significa que os termos embutidos na sentença de observação são recorrentes nas formulações de uma teoria. O que qualifica uma frase como sendo observacional não é a ausência de tais termos, mas apenas que a sentença, tomada como um todo não dividido, comanda o assentimento

*de modo consistente ou o dissentimento de modo consistente quando a mesma estimulação sensível global se repete. O que liga a frase observacional à teoria, por outro lado, é o partilhar dos termos embutidos.*²⁸

Frases permanentes do tipo “a água ferve a cem graus” ou “todo homem é mortal” designam relações que não mudam, que podem ser proferidas sem a presença de um estímulo e que apresentam uma carga teórica muito grande. Essas características fazem com que o grau de divergência entre os falantes diante de tais sentenças seja elevado demais, não havendo, assim, como observar regularidades e estabelecer uma classe de reações positivas e negativas, frente ao proferimento de uma dada frase. Esta é a razão pela qual Quine não se ocupa com este tipo de sentença e, ao apresentar seu critério de significação empírica, analisa as frases observacionais. No entanto, mesmo as frases observacionais podem gerar dúvidas, incertezas e indecisões, porque a observacionalidade dessas sentenças não tem limites tão claros a ponto de cessar qualquer dúvida a respeito:

*A observacionalidade é vaga nos seus limites. Há gradações em uma prontidão individual para assentir. O que uma vez passou como sendo uma sentença de observação, dita “isto é um cisne”, pode, para surpresa do próprio sujeito falante, deixá-lo indeciso quando ele se depara com uma espécime negra. Ele poderá ter que recorrer à convenção para estabelecer seu uso. Nós devemos agora e novamente lembrar a nós próprios da desordem do comportamento humano, mas por enquanto nós encorajamos perspicuidade imaginando os limites.*²⁹

As sentenças de observação interessam a Quine na medida em que elas nos ajudam a reconhecer em que, testemunhas de uma mesma situação observável, concordam. Assim, o que importa para a definição de sentença de observação é a concordância intersubjetiva. Não interessa para Quine as

²⁸ Quine, W.V.O, “*Empirical Content*”, pg.25, in: “*Theories and Things*”, tradução livre, Harvard university Press, Cambridge, Massachusetts and London, England, 1981.

sensações de cada falante nem as diferentes visões que cada um possa ter da situação externa. O que interessa é no que eles concordam. Uma sentença observacional é relativa a uma comunidade lingüística, ou seja, ela é uma sentença de ocasião a qual os membros de uma comunidade concordam completamente em proferi-la ao testemunhar a ocasião. Para saber se um determinado falante pertence a uma dada comunidade lingüística basta observar sua fluência verbal. Se uma dada sentença é considerada observacional para um cientista e não é considerada observacional para um leigo isto significa apenas que, nesta determinada comunidade lingüística, a saber, a comunidade que fala uma dada linguagem científica, técnica, o leigo não é um falante fluente. Assim, o critério do que conta como sentença observacional é comportamental não havendo apelo à dados sensíveis ou qualquer outro tipo de conceitos polêmicos.

As dificuldades geradas numa tentativa de tradução, mesmo pressupondo a noção de *stimulus meaning* que, segundo Quine, é o único critério manifesto de significação de que dispomos, são apresentadas por meio da situação hipotética de um processo de tradução radical. A conclusão desta análise será a sua tese da indeterminação da tradução.

2.2 – A TESE DA INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO

No experimento da tradução radical um lingüista chega em uma tribo indígena completamente desconhecida, ou seja, sobre a qual ele não tem qualquer informação disponível, nem sobre a cultura do povo nem a ajuda de intérpretes, e se lança na difícil tarefa de traduzir a linguagem desse povo para a sua própria linguagem. Os únicos recursos de que o lingüista pode dispor, neste caso, são os estímulos que afetam seus receptores sensíveis e o comportamento verbal do nativo. Assim, os primeiros proferimentos a serem

²⁹ Quine, W.V.O, "*Pursuit of Truth*", tradução livre, pg3, Revised Editino, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, London England, 1992.

traduzidos e que o lingüista poderia fazê-lo com mais segurança são os referentes a acontecimentos atuais, visíveis tanto para o lingüista quanto para o nativo. Ou seja, são as frases observacionais. Por exemplo: passa um coelho e o nativo aponta em sua direção proferindo a frase “gavagai” enquanto que o lingüista anota a sentença “*coelho*” ou “*eis um coelho*” “*coisa branca*” “*coisa ligeira*” como tentativas provisórias de tradução, ainda sujeitas a comparações com outros casos.

O processo de eliminação das hipóteses de tradução se daria da seguinte forma: o lingüista deve proferir a sentença “gavagai” em diversas situações-estímulo que lhe parecem adequadas e, de acordo com a aprovação ou não aprovação, ou simplesmente a inibição do nativo, ele vai eliminando hipóteses até chegar à tradução mais provável. No entanto, já nesse processo inicial emerge uma primeira dificuldade da tarefa de tradução radical, que é a identificação do que seja a recusa e a aprovação do nativo. Como identificar estes sinais? Novamente, a única alternativa que resta ao lingüista é a elaboração, teste, e eliminação de hipóteses, relativas ao sim e o não do nativo, a partir de observações. Após repetir em diversas situações distintas a sentença “gavagai?” e, observando o comportamento verbal do nativo respondendo com as expressões, “*evet*” e “*yok*”, por exemplo, suponhamos que o lingüista deduza que tais expressões correspondam ao “sim” e ao “não” do lingüista. No entanto, para saber qual expressão corresponde ao sim e qual corresponde ao não, o lingüista terá que submetê-las a novos testes. Por exemplo: ele poderia apontar para uma determinada planta na frente do nativo que irá proferir a sentença “S”. A partir daí, o lingüista proferirá esta sentença “S” repetidas vezes, apontando para a planta. Suponhamos que a resposta do nativo a esses testes tenha sido a sentença “*evet*”, enquanto que, em outros testes nos quais o lingüista apontava para uma outra planta de diferente espécie, porém repetindo a frase “S”, o nativo tenha respondido “*yok*”. Consequentemente, o lingüista poderá concluir que “*evet*” corresponde ao que ele usa por “sim” e “*yok*” ao seu “não”. Este exemplo que acabamos de

apresentar é uma supersimplificação do que seria o trabalho do lingüista nesse processo de lançamento de hipóteses e teste das mesmas. Na verdade, o lingüista não poderia concluir que “evet” corresponde ao seu “sim” e “yok” corresponde ao seu “não” tão rapidamente assim, ou seja, ele teria que repetir esse procedimento que acabamos de apresentar em inúmeras outras situações.

Até o momento, apenas podemos concluir que, do estudo das frases proferidas pelo nativo, em situações visivelmente observáveis, o lingüista não pode obter nada mais que conjecturas acerca das frases do nativo, e terá que decidir sobre a tradução destas frases apenas pelo trabalho de repetição de casos e eliminação de hipóteses - o que ele faz é acumular evidência indutiva que irá auxiliá-lo na escolha da hipótese mais adequada. Porém, não há teste algum que possa garantir a exata correspondência das frases do nativo com a hipótese escolhida pelo lingüista.

Supondo que o problema do sim e do não do nativo tenha sido resolvido, um novo obstáculo que deverá ser vencido pelo lingüista é a presença de informações adicionais que estão completamente fora do puro âmbito dos estímulos e que induzem o nativo a proferir determinadas sentenças – *intrusive information*. Elas funcionariam como um reforço à atual estimulação provocadora da frase “gavagai”. Um bom exemplo é o caso em que o nativo, apenas por meio da observação não muito clara de algo passando entre as plantas, profere a sentença “gavagai”, apenas com base em informações anteriores, não conhecidas pelo lingüista, de que há coelhos naquela região. Sem essa informação anterior e, de posse apenas da observação obscura de algo passando rapidamente entre as plantas, o lingüista não seria capaz de proferir a sentença “coelho” e, portanto, não seria capaz de estabelecer uma correspondência aproximada de *stimulus meaning* entre a frase do nativo e a sua. Outro bom exemplo, que agora pode-se aplicar não apenas a um nativo em particular, mas a toda a comunidade de nativos, seria o caso em que toda a comunidade tem conhecimento de que numa determinada região existe a

chamada “*mosca do coelho*”, reconhecível, portanto, pelos nativos mas não pelo lingüista. Neste caso, os nativos, ao reconhecerem a mosca às voltas de um animal mal percebido, imediatamente reconhecem tal animal como um coelho. Assim, irradiações oculares combinando péssimos reflexos de coelhos com bons reflexos de “moscas do coelho” pertenceriam à significação estimulativa de “gavagai” para os nativos dessa comunidade, mas não à significação estimulativa de “*coelho*” para o lingüista.

Em resumo, o que Quine quer mostrar é que a definição de *stimulus meaning*, tal como foi dada, não preenche os requisitos que seriam necessários para que se tenha uma definição precisa de significado – definir o *stimulus meaning* de uma dada sentença como algo exato, preciso e idêntico para todos os falantes (objetividade, intersubjetividade, independência do sujeito). Na verdade, o que Quine nos mostra é que não é possível definir o *stimulus meaning* que provocaria o assentimento a uma determinada sentença como, por exemplo, “gavagai”, com total clareza, simplesmente a partir dos puros estímulos. Mesmo que isso fosse possível, a presença de informações adicionais torna uma delimitação clara e determinada, impossível. Embora o lingüista possa, em alguns casos, se utilizar de artifícios para eliminar estas informações adicionais, tornando o *stimulus meaning* menos pessoal e mais estável e social, ainda restam informações socialmente compartilhadas que não poderão ser eliminadas. Por exemplo, no caso da observação recente de coelhos nas imediações, o lingüista poderá eliminar esta informação variando os falantes, porque, neste caso, trata-se de uma informação adicional pessoal, ou seja, outros falantes poderão não tê-la. Mas este procedimento não surtirá efeito no caso apresentado logo em seguida, da “mosca do coelho”, uma vez que a informação é compartilhada por todos.

Apesar de todas as dificuldades, Quine argumenta que o *stimulus meaning* é o que o lingüista tem de mais objetivo no processo de tradução radical. O que ele pode fazer, ao tentar traduzir os proferimentos verbais dos nativos para sua própria língua, é observar as disposições pelas quais o nativo assentirá ou não

a uma dada sentença, frente a um certo estímulo - essas disposições são aquilo que o lingüista terá que examinar. Como não resta outra alternativa ao lingüista, Quine não se ocupa em revisar a noção de *stimulus meaning*, e sim, em revisar nossa idéia do que o lingüista faz com o *stimulus meaning* (a significação dada pelo estímulo) – o lingüista não traduz por identidade de *stimulus meaning*, mas por aproximação máxima de *stimulus meaning*, mesmo nas sentenças de mais alto grau de observacionalidade como “gavagai” e “coelho”. Assim, não pode haver a decisão acerca de uma tradução perfeita, no sentido da exata correspondência dos termos de uma linguagem L1 para uma linguagem L2, uma vez que, tudo o que um lingüista poderá fazer, no processo de tradução, é encontrar aproximações de *stimulus meaning* e ele nunca terá como saber se sua tradução está correta ou não, ou seja, se o que ele escolheu como a melhor hipótese de tradução é exatamente o que o nativo escolheria. É neste sentido que Quine argumenta que as traduções são indeterminadas. Quine usa a palavra “*indeterminação*”, para falar das traduções, no sentido de algo que não pode ser decidido, estabelecido, certo, claramente definido³⁰. Aqui chegamos à sua tese da indeterminação da tradução:

é possível um lingüista confeccionar dois manuais de tradução, por exemplo, do inglês para uma língua indígena, de diferentes modos, de maneira que ambos sejam compatíveis com a totalidade das disposições de fala³¹ dos indígenas mas, no entanto, incompatíveis uns com os outros, ou seja, estruturalmente distintos.³²

³⁰ Quine usa a palavra “indeterminação” no mesmo sentido em que a usamos ao falar de um “sistema de equações indeterminado”. Um sistema de equações é possível ou compatível se ele admite pelo menos uma solução. Um sistema de equações possível, no entanto, pode admitir uma única solução - aí dizemos que ele é determinado -, ou pode admitir infinitas soluções – neste caso dizemos que ele é indeterminado. Neste último caso, o sistema possui mais incógnitas que equações, o que significa que terá várias soluções. No caso da tradução, Quine argumenta que, na tentativa de tradução radical, o lingüista terá muito mais hipóteses (incógnitas) do que equações (observações). Isto não significa que, se ele fizesse todas as observações possíveis, chegaria, então, o dia em que seria capaz de decidir pela tradução “correta”, mas sim, que as observações não são capazes de ajudá-lo a decidir por uma única tradução.

³¹ Disposições de fala significa a disponibilidade dos indivíduos, de uma dada comunidade lingüística, em proferir uma determinada sentença diante de um certo estímulo. A totalidade das disposições de fala são todas as situações-estímulo e seus respectivos proferimentos verbais.

³² Podemos encontrar grande parte desta tese em: Quine, W.V.O, “Word and Object”, pg.27.

Portanto, as traduções são indeterminadas porque, uma vez confeccionados os dois manuais, não é possível decidir sobre qual seria o verdadeiro. Conforme vimos anteriormente, o único critério que o lingüista tem disponível para a tradução das frases dos nativos é a observação do comportamento verbal deles frente a certas situações observáveis. No entanto, Quine conclui que este expediente permite ao lingüista elaborar mais de um manual de tradução, porque aquilo que se chamaria de “significado lingüístico” (a idéia que as expressões lingüísticas apresentam, mostram) não pode ser *determinado* apenas pela observação do comportamento dos falantes nativos. Assim, Quine constata que o lingüista, no processo de tradução radical, não dispondo de critérios rigorosos para estabelecer uma relação de sinonímia (semelhança de significado) entre suas expressões e as do nativo, se vê obrigado a extrapolar os dados de observação, através do estabelecimento de hipóteses analíticas.³³ O que o lingüista faz, ao estabelecer hipóteses de tradução, é supor que a linguagem indígena não é muito diferente da sua, impondo assim a sua linguagem. Desse modo, ele estabelece hipóteses, testas, e tem que decidir sobre a mais aproximada, já que, o teste das hipóteses não fornece qualquer certeza quanto à tradução exata.

A conclusão é que, diante da falta de critérios em estabelecer a equivalência dos termos de sua linguagem com os da linguagem indígena, fica impossível decidir entre dois distintos manuais de tradução, confeccionados por dois lingüistas diferentes, que pesquisaram a mesma tribo indígena. Ou seja, não há como saber qual o manual de tradução que poderíamos chamar de “o verdadeiro manual”.

³³ Quine chama de “hipóteses analíticas” ao procedimento indutivo utilizado pelo lingüista de equacionar as sentenças observacionais do nativo com as sentenças da sua língua, através do estabelecimento de diversas hipóteses de tradução, testando-as, e eliminando as menos prováveis.

O argumento central da tese de Quine é que, mesmo que o lingüista tivesse todas as experiências do mundo, todas as evidências indutivas, ainda assim, não seria capaz de determinar um único significado para palavras e sentenças, porque haveria diversas possibilidades de tradução que satisfariam essas evidências indutivas e ele não dispõe de outro critério, além dessas evidências, para decidir sobre uma única tradução. O procedimento indutivo não ajuda o lingüista a decidir sobre uma única e definitiva tradução. Ou seja, não se trata de uma subdeterminação por insuficiência da base empírica, de forma que uma grande quantidade de investigações possa eliminar as hipóteses de tradução até que se chegue a uma única tradução, mas sim, de uma inescrutabilidade da própria referência.

2.3 – A RELATIVIDADE ONTOLÓGICA

Primeiramente quero chamar a atenção do leitor para o fato de que Quine não faz distinção entre o problema da referência e a relatividade ontológica. Preocupo-me em fazer este esclarecimento porque alguns comentadores da obra de Quine costumam apresentar separadamente esses dois problemas. No entanto, o próprio Quine não reconhece tal distinção e afirma isso textualmente em “Pursuit of Truth”: *Gentis leitores viram uma distinção técnica entre minhas frases ‘inescrutabilidade da referência’ e ‘relatividade ontológica’ a qual nunca foi clara em minha própria mente.*³⁴

Para que se compreenda o problema da referência vamos voltar à situação da tradução radical. Supondo que o lingüista considera a expressão “gavagai” como uma sentença, ou seja, como algo do tipo “isto é um coelho”, ele está pensando essa expressão como uma unidade significativa completa que apresenta um valor de verdade. Assim, ao proferir a frase diante de um dado estímulo, no caso um estímulo provocado pela presença de um coelho, tudo o que lingüista poderá captar, observando a resposta do nativo, é o veredicto

³⁴ Quine, W.V.º “Pursuit of Truth”, pg.51.

dado pelo nativo, a saber, o sim. Ou seja, a única relevante constatação que pode ser feita pelo lingüista é que a frase “gavagai” é verdadeira sempre na presença de um coelho. No entanto, isso não significa dizer que “gavagai” e “coelho” são frases verdadeiras da mesma coisa, ou seja, que os seus termos constituintes têm a mesma extensão ou a mesma referência. Aqui Quine parece argumentar que não é possível determinar qualquer critério de significação, se é que isso possa existir, e nem mesmo a referência, por meio do *stimulus meaning*. A pergunta que se coloca neste momento é: Afinal, ao confirmar que “gavagai” é uma frase verdadeira na presença de coelhos o nativo quer dizer, exatamente, o quê? Do que ele está falando? A que ele se refere? Estas questões permanecem não respondidas. Note que o *stimulus meaning* da frase “gavagai” ou de “coelho” continua sendo o mesmo, aquelas irradiações cromáticas que afetam o olho do nativo e do lingüista, independentemente, se eles pensam as respectivas frases como se referindo a coelhos, partes não destacadas de um coelho, ou estados de coelho.

Mesmo que o lingüista pensasse na possibilidade de traduzir a expressão “gavagai” por “coelho”, uma vez que constate que ambas são verdadeiras sempre na presença de um coelho, acabaria deparando-se com outros tipos de dificuldades ocasionadas pela indeterminação da referência – a comparação dos termos da linguagem nativa com os da sua linguagem. O problema é que a tentativa de descobrir se as frases “gavagai” e “coelho” são verdadeiras da mesma coisa ou se seus termos constituintes se referem a mesma coisa, só pode ser realizada por ostensão, ou seja, apontando repetidamente para o coelho, na presença de estimulações consideradas adequadas, e proferindo a expressão “gavagai” para que o nativo dê o seu assentimento ou dissentimento. Acontece que este ato não é suficiente para determinar a referência. Apontar para o coelho não ajudaria o lingüista a decidir se o nativo está se referindo a coelhos, ou a partes não destacadas de coelhos, ou a estados de coelhos, porque, uma vez que apontamos para o coelho, estamos apontando, ao mesmo tempo, para cada uma dessas coisas.

*Se tomamos a porção dispersa total do mundo espaço-temporal que é constituída de coelhos e aquela que é constituída de partes não destacadas de coelhos e aquela que é constituída de fases de coelhos, obtêm-se, cada uma das três vezes, a mesma porção dispersa do mundo. A única diferença está em como ela é repartida. E como reparti-la é o que a ostensão ou o simples condicionamento, ainda que persistentemente repetido, não podem ensinar*³⁵

A inescrutabilidade da referência ou, como Quine prefere dizer, a indeterminação da referência, é a nossa dificuldade em saber de forma absoluta, ou seja, total e completamente, sem qualquer dúvida ou incerteza, a que os outros falantes estão se referindo quando proferem uma dada sentença, mesmo que se trate de uma sentença com alto grau de observacionalidade como “gavagai”.

Podemos dizer que na língua portuguesa observamos a presença de duas grandes divisões nos seus termos: termos de massa e termos de referência dividida. Quero deixar claro que aqui já estou impondo os padrões da nossa língua, mas momentaneamente não vejo como esclarecer, mais uma vez, o problema da referência senão a partir daquilo que conhecemos. O que pretendo deixar claro, ao falar dessa divisão, é que a preocupação de Quine, quando lança o problema da indeterminação da referência, não é com os casos simples de ostensão, ou melhor, com os termos chamados “termos de massa”, e sim, com os termos de referência dividida.

A grosso modo podemos dizer que termos de massa são termos que pretendem denotar uma porção de alguma coisa dispersa no espaço e no tempo, algo amorfo, descontínuo e espalhado pelo mundo. Estes termos se referem “cumulativamente” e não dividem, ou não dividem muito, sua referência. Por exemplo: “água”, “vermelho”, “leite”, “móbia”.

³⁵ Quine, W.V.N. “A relatividade Ontológica”, pg.136, “Os pensadores”.

Quine supõe que uma criança, no início do processo de aprendizagem da sua língua materna, trata todo e qualquer termo da linguagem apenas como ocorrências empíricas, ou seja, ela percebe “mamãe”, que para nós é um termo de referência dividida, e “água”, termo de massa, como sendo coisas do mesmo tipo, a saber, uma ocorrência, um evento, que aparece e desaparece. Todos eles são termos de observação, aprendidos ostensivamente. Aprendê-los significa saber quando assentir ou dissentir a eles quando tomados como uma sentença de ocasião. Segundo Quine, mesmo supondo que a criança aprendeu a usar corretamente termos como “mamãe”, “leite”, “água”, não podemos afirmar que ela compreende “mamãe” como termo de referência dividida e “água” como termo de massa. É a aprendizagem dos termos de referência dividida, como veremos mais adiante, que nos fará supor a existência dessa distinção entre os termos.

Nós, em nossa maturidade, acabamos por considerar a mãe da criança como um corpo integral que, numa órbita fechada irregular, vem visitar a criança de tempos em tempos; e a considerar o vermelho de um modo radicalmente diferente, a saber, como disperso ao redor. Água, para nós, é um pouco como vermelho, mas não inteiramente; coisas podem ser vermelhas, mas somente material é água. Mas a mãe, vermelho e água são todos de um só tipo para a criança: cada um é somente uma história de encontro esporádico, uma porção dispersa do que ocorre. Seu primeiro aprendizado das três palavras é, de modo uniforme, uma questão de aprender quanto do que ocorre em redor dela conta como a mãe, ou como vermelho, ou como água. Não equivale à criança dizer, no primeiro caso “Oi! mamãe de novo”, no segundo caso “Oi! outra coisa vermelha” e no terceiro caso “Oi! Mais água”. Eles estão todos em pé de igualdade: Oi! Mais mamãe, mais vermelho, mais água.³⁶

Os termos de massa são facilmente aprendidos pelo processo de indução porque não exigem mais do que a ostensão e o proferimento da expressão no momento em que apontamos, para que alguém possa aprendê-los. É claro que, em certos casos, podemos precisar apontar muitas vezes, em distintas

³⁶ Quine, W.V.O, “*Falando de objetos*”, pg.120, “Os pensadores”.

situações, para que o aprendedor “adquirir”.³⁷ o uso do termo, mas a questão fundamental é que não será necessário utilizar nenhum recurso extra como, por exemplo, o recurso lingüístico. Por outro lado, se um indivíduo tenta aprender um termo de referência dividida, já não é possível fazê-lo com êxito sem apelar aos recursos de individuação. Termos de referência dividida ou individuativos são termos cujo objeto de referência não é algo disperso no espaço e no tempo, ou seja, o objeto de referência é um todo compacto. O uso desses termos aponta para os seres ou entes que existem no mundo. Eles são chamados assim porque sua referência poderá ser dividida de inúmeras maneiras, ou seja, as formas de se referir a um objeto denotado por um termo desse tipo podem ser bastante variadas. Os termos individuativos correspondem aos nossos termos gerais e termos singulares. Por exemplo: “coelho”, “mamãe”, “maçã” etc.

*Somos propensos a falar e pensar de objetos. Os objetos físicos são o exemplo óbvio quando nos dispomos a exemplificar, mas há também todos os objetos abstratos, ou assim se pretende que haja: os estados e qualidades, números, atributos, classes. Persistimos em partir de algum modo a realidade numa multiplicidade de objetos identificáveis e discrimináveis, a que se referirão termos singulares e gerais.*³⁸

Segundo Quine, o que poderá nos ajudar a fixar a referência dos termos individuativos são os recursos de individuação ou termos individuadores de uma linguagem, que, no português, correspondem a um conjunto de partículas e construções gramaticais tais como, “este”, “isto”, “outro”, “o mesmo que”, o “é” de identidade, terminações plurais, pronomes e numerais, que

³⁷ Devo chamar a atenção para o fato de que Quine não usaria a expressão “adquirir o uso de um termo”, uma vez que ela parece querer dizer que o falante capta o uso de um termo de uma vez por todas e não há mais o que pensar ou reformular. Na verdade, o que o falante faz é aprender uma disposição para proferir determinada frase na presença de um certo estímulo, uma disposição que é mutável e sempre sujeita a reformulações. Por não encontrar uma palavra que pudesse expressar esta idéia acabei por utilizar a palavra “adquirir”, mas tomo o cuidado de inserir esta nota.

³⁸ Quine, W.V.O, “*Falando de Objetos*”, pg117.

desempenham a função de identificar, individualizar, distinguir, particularizar. São os termos individuadores que determinam a referência. O problema da determinação da referência diz respeito a estes termos.

Note que a distinção entre termos de massa e termos de referência dividida só poderá ser feita quando aprendemos os termos individuadores, e nunca por simples ostensão, isto porque começamos a ter o padrão de comportamento verbal que diferencia, individua, as coisas do mundo logo que os recursos de nossa língua materna vão sendo aprendidos. Quine argumenta que nossa dificuldade em imaginar de que outra forma podemos falar senão de objetos, não ocorre porque esse padrão seja “*um traço invariável da natureza humana*”, mas sim, porque, uma vez que aprendemos esse padrão, acabamos por nos limitar a adaptar qualquer padrão alheio ao nosso próprio, ou seja, não estamos dispostos a pensar e falar de outra forma – esse padrão faz parte das disposições de fala que aprendemos socialmente com os outros falantes.

Retornando à tradução radical, e uma vez que já temos conhecimento do que caracteriza os termos individuativos, percebemos que o lingüista, no processo de tradução radical, passa por enormes dificuldades ao tentar traduzir os termos individuativos, uma vez que a ostensão não pode lhe dar qualquer pista acerca da referência desses termos. Mas não sejamos tão pessimistas. Talvez haja uma luz no fim do túnel. Note que dissemos anteriormente que a referência dos termos individuativos poderá ser fixada caso o falante “domine” o aparato de individuação da linguagem. Por exemplo, vamos supor o caso no qual o nativo fala de “coelho” como um coelho único ao dizer “gavagai”. Neste caso, o lingüista poderia perguntar ao nativo algo do tipo: este gavagai é o mesmo que aquele gavagai? Uma vez que o nativo responda “sim”, o lingüista poderá inferir que o nativo refere-se a coelho. Dessa forma ele também determinaria a referência de “gavagai”. Portanto se o lingüista for persistente e paciente o suficiente para traduzir o aparato de individuação do nativo ele poderá resolver o problema.

No entanto, Quine diria: “errado”. Segundo Quine, mesmo traduzindo os termos individuadores do nativo não será possível ao lingüista fixar a referência porque esta tradução não poderá ser feita de forma absoluta. O aparato de individuação, assim como todos os outros elementos da linguagem nativa, também estão sujeitos à indeterminação da tradução. Isto significa que o processo de tradução desses termos não pode ser outro a não ser através do lançamento e eliminação de hipóteses, sendo que, nesse processo, não há como o lingüista não impor de algum modo o seu próprio padrão lingüístico, afinal, ele terá que ter algum ponto de partida, que será, é claro, o seu padrão lingüístico. Imaginar algo absolutamente distinto do seu padrão lingüístico seria como criar um mundo completamente arbitrário, bem mais arbitrário do que se pode imaginar que seja o fato dele precisar impor o seu padrão à linguagem do nativo. Pode ser que o modo de falar de objetos na linguagem nativa seja, de fato, algo completamente distinto do lingüista, mas o lingüista jamais poderá saber porque o recurso de que ele dispõe para isso é a ostensão e, como já vimos, ela tem suas limitações. A ostensão não pode nos dar essas diferenças.

Para que se tenha maior clareza acerca do que possa ser uma tal indeterminação vamos pensar em um exemplo que possa nos mostrá-la. Suponha, então, a situação em que um lingüista, ao produzir o manual de tradução M1, tenta decidir se a expressão “gavagai” refere-se a partes não destacadas de um coelho ou a coelho. Suponha ainda que o lingüista entende a partícula de individuação, correspondente no português ao nosso “é o mesmo que”, como “identidade numérica”³⁹, enquanto que, para o nativo esta partícula é entendida como “pertencer ao mesmo conjunto de partes não destacadas”. Veja, então, o que acontece quando o lingüista tenta decidir sobre a que o nativo se refere ao dizer “gavagai”: o lingüista aponta para a cabeça do coelho e pergunta ao nativo se esse gavagai, correspondente à seta 1, é o mesmo gavagai que aquele, correspondente à seta 2, agora apontando para o corpo do coelho. O nativo, então, responde que sim. Logo, o lingüista

conclui que o nativo, ao falar “gavagai” está falando de coelho enquanto objeto. No entanto, é possível que o nativo entenda a expressão “é o mesmo que” como “pertencendo ao mesmo conjunto de partes não destacadas”. Assim, quando ele responde que sim está, na verdade, dizendo que a cabeça e o corpo pertencem ao mesmo conjunto de partes não destacadas de um coelho. Ou seja, o nativo entende “gavagai” como partes não destacadas de coelho, ao contrário do que o lingüista havia pensado.



Perceba que o sim ou o não do nativo não ajudam o lingüista nem a decidir sobre qual a melhor tradução para a expressão nativa “gavagai”, nem a compreender sobre o que o nativo está falando ao proferir uma expressão que corresponderia à expressão “é o mesmo que” do lingüista.

Um outro exemplo, apresentado pelo próprio Quine, acerca dos ajustes compensatórios que podem ser feitos nos termos individuadores, numa linguagem L e em uma outra linguagem L1, é o caso dos “classificadores”, no japonês, que podem ser explicados de duas formas distintas: uma é mais próxima do uso dos falantes desta língua, a outra está mais próxima do nosso uso no português. No modo japonês, as partículas classificadoras juntam-se a numerais formando numerais compostos de um certo tipo. Por exemplo: vamos pegar o numeral para 9: se a ele é aplicado um classificador tipo “X”, temos como resultado um tipo de 9 próprio para contar animais (X9), se associamos um classificador tipo “Y”, obtemos um 9 próprio para contar coisas como lápis, pauzinhos (Y9). Note que aqui o classificador é parte constituinte do numeral.

³⁹ Identidade numérica significa dizer que uma coisa é ela mesma.

Uma outra forma de tratar esses classificadores é vê-los como parte constituinte do termo. Neste caso, por exemplo, o classificador “y” seria um classificador próprio de termos de massa como “madeira”. Assim, se aplicamos o primeiro classificador “Y” e o numeral 9 ao termo “madeira” temos algo equivalente a “9 troncos de madeira”. Do mesmo modo, aplicamos o classificador “X”, a termos de massa como “gado” e, portanto, se aplicamos “x” e o numeral 9 ao termos de massa “gado” obtemos algo do tipo “9 cabeças de gado”.

Assim, a sentença japonesa equivalente a “nove bois” pode se apresentar de duas formas distintas:

- a) 9 (numeral neutro), Classificador da espécie animal (X), expressão que corresponda de alguma forma à expressão “boi”.
- b) 9 (numeral neutro), classificador (X) que se aplica ao termo de massa, termo de massa “gado”.

O que podemos constatar nesse exemplo é que a terceira expressão é tratada de forma distinta em cada um dos casos, no entanto, o resultado final é o mesmo, devido aos ajustes compensatórios que são feitos nos classificadores. No primeiro caso ela é tratada como um *termo individuador* (boi- verdadeiro de cada bovino); no segundo caso ela é tratada como um *termo de massa* (gado). Ora o classificador modifica o numeral, ora individua o termo de massa. O que podemos observar é que, em ambos os casos, os ajustes compensatórios fazem com que as duas sentenças sejam compatíveis com os dados observados. No entanto, a ostensão não nos ajuda a decidir se o *terceiro termo japonês* é um termo verdadeiro de cada boi, ou se é um termo de massa que deve ser associado a um classificador para ser verdadeiro de cada boi. Ou seja, mais uma vez a ostensão não nos ajuda a fixar a referência do terceiro termo.

Em resumo, o critério que guia um lingüista nas suas escolhas, seja dos termos individuadores, seja de coelho como tradução de “gavagai”, e não

partes não destacadas ou fases de coelho, é simplesmente a sua própria imposição e nada mais. Isso fica claro nas palavras de Quine.

*A máxima implícita que guiaria sua escolha de **coelho** e escolhas similares para outras palavras nativas é que um objeto duradouro e relativamente homogêneo, movendo-se como um todo contra um pano de fundo contrastante, é uma referência provável para uma expressão curta. Se ele viesse a tornar-se consciente dessa máxima, poderia celebrá-la como um dos universais lingüísticos, ou traços de todas as linguagens e não teria nenhuma dificuldade em assinalar sua plausibilidade psicológica. Mas ele estaria errado: a máxima é sua própria imposição, no sentido de fixar o que é objetivamente indeterminado. É uma imposição muito judiciosa e eu não recomendaria nenhuma outra. **Mas eu estou marcando um ponto filosófico.***⁴⁰

Quine vai ainda mais longe e afirma que, na verdade, não seria necessário recorrer ao caso hipotético da tradução radical para chegar a essa conclusão, bastaria que nós observássemos bem de perto a nossa própria língua materna. Segundo Quine, “a tradução radical começa em casa”⁴¹. O nosso uso da palavra “verde” é um bom exemplo da indeterminação da referência dentro da própria linguagem materna. Ora usamos tal palavra como termo geral concreto, por exemplo, ao dizer “a grama é verde”. Neste caso, “verde” é um termo geral concreto porque denota todas aquelas coisas verdes no mundo, inclusive a grama. No entanto, podemos usar a palavra “verde” também como um termo singular abstrato. Por exemplo, quando dizemos que verde é uma cor. Perceba que são dois usos distintos da palavra “verde” que implicam diferentes referências, as quais, não podem ser mostradas pela simples ostensão porque o ato de apontar para ensinar a palavra “verde”, seja como termo geral concreto, seja como termo singular abstrato, é o mesmo. Por exemplo: a mãe aponta para a grama e diz “a grama é verde”, ao mesmo tempo, uma outra mãe pode estar apontando para a grama e dizendo: “isto é verde” e “verde é

⁴⁰ Quine, W.V.O, “*Relatividade Ontológica*”, pg.137. “Os pensadores”.

⁴¹ Quine, W.V. “*A relatividade ontológica*”, pg.144.

uma cor". A questão, mais uma vez, é: O que poderá dizer à criança que está aprendendo a falar, que esse ato da mãe de apontar para a grama e proferir uma frase que contém o termo "verde", em cada caso, tem uma referência diferente? Alguém poderá responder que a criança compreenderá facilmente logo que aprenda os artigos, o "é" de identidade, em fim, as partículas de individuação. Acontece, Quine dirá, que a situação da criança, ao tentar aprender os termos individuidores de sua linguagem, não é de nenhum modo mais privilegiada que a do lingüista ao tentar traduzir estas partículas da língua do nativo para sua língua. Portanto, mesmo aprendendo os termos individuidores de sua própria linguagem, a criança também não consegue fixar, de forma absoluta, a referência desses termos. Dizer que a criança aprende os termos individuidores não é dizer que os domina de forma absoluta, simplesmente, porque, um tal domínio, segundo Quine, nunca poderá existir.

*A inescrutabilidade da referência se dá em profundidade e ela persiste numa forma sutil, mesmo se aceitamos a identidade e o resto do aparato de individuação como fixados e estabelecidos; mesmo, em verdade, se abandonamos a tradução radical e pensamos apenas no português.*⁴²

A indeterminação da referência ocorre mesmo em nossa língua materna, porque, nela, a referência de qualquer termo também não pode ser fixada de forma absoluta. Embora a criança aprenda a falar sua língua materna, ela aprende através da observação do comportamento verbal dos falantes em situações visivelmente observáveis. Acontece que esta observação é tão insuficiente quanto à observação do lingüista radical e, portanto, sempre haverá zonas de indeterminação. Cada termo da nossa linguagem materna também está sujeito à indeterminação. O uso dos termos de qualquer linguagem, seja do português, do inglês, da linguagem nativa, apresentam certas dificuldades referenciais inevitáveis como, vagueza, ambigüidade,

⁴² Quine, W.V.ºN. "A relatividade ontológica", pg.141.

obscuridade referencial, e que não podem ser resolvidas de forma absoluta, ou seja, a solução de tais problemas é sempre uma questão de escolha e ajustes necessários para que o sistema lingüístico como um todo seja coerente – não há um critério absoluto que determine exatamente e para sempre a referência de um termo. Numa mesma língua, um termo poderá ter muitas referências e será preciso que, a cada vez, o falante, nos casos mais complicados, repense a sua referência.

Em linhas gerais, a explicação de Quine para uma tal indeterminação da referência, é que a determinação da referência ou a determinação do que existe, das entidades sobre as quais nos referimos em um discurso, não pode ser dada de forma absoluta, mas somente com relação a uma certa teoria/sistema lingüístico. A relatividade ontológica ou indeterminação da referência é uma aplicação da teoria lógica chamada “Teoria dos Modelos”. Uma teoria é um constructo lingüístico no qual temos termos lógicos e extra-lógicos. Os termos extra-lógicos, termos designativos e predicados, delimitam o escopo da teoria, ou seja, sobre o que pretende-se falar e que propriedades interessam. Além disso, temos as regras de formação de expressões (sintaxe), a partir das quais podemos determinar todas as frases formuláveis nessa linguagem (sentenças atômicas e compostas) e as regras semânticas. Uma teoria se apresenta no momento em que determinamos, no conjunto de frases formuláveis numa dada linguagem, aquelas que são verdadeiras e as que são falsas dentro deste sistema lingüístico. Isto é feito a partir das regras semânticas do sistema. Ao estabelecer as regras semânticas estamos dando uma interpretação dos termos extra-lógicos. Encontrar um modelo para uma teoria significa fazer uma interpretação de seus termos na qual os axiomas da teoria sejam verdadeiros. Assim, uma mesma estrutura de teoria poderá ter vários modelos. Ou seja, para cada modelo lógico construível (teoria/sistema lingüístico) poderá haver uma infinidade de interpretações correspondentes.

Fazer uma tradução, segundo Quine, não é encontrar uma expressão sinônima, e sim, fazer uma redução, ou seja, interpretar os objetos de uma teoria numa outra teoria. Não podemos estabelecer a sinonímia de expressões, ou seja, determinar uma expressão na linguagem L que possua a exata correspondência com uma outra expressão numa linguagem L1, no sentido de possuírem a mesma referência. O que podemos fazer é passar de uma teoria para outra. Ao fazer esta redução não significa que determinamos a referência de forma absoluta, mas apenas que “determinamos” a referência com relação a um sistema lingüístico. Não se trata apenas de uma mudança de signos de uma teoria T para os signos de uma teoria T1, com o mesmo significado. Trata-se de uma mudança de ontologia. Dizer a que se refere a expressão “coelho” no sistema do nativo não é dizer o que é o coelho mesmo, e sim, dizer como interpretar a expressão “coelho”, pertencente à teoria do nativo, na teoria do lingüista.

“A tese relativista a que chegamos é esta, para repetir: não faz nenhum sentido dizer o que são os objetos de uma teoria, para além de dizer como interpretar ou reinterpretar essa teoria numa outra”⁴³

No entanto, mesmo dentro de um sistema lingüístico não podemos determinar de forma absoluta a referência. Se perguntamos, na teoria dos números naturais, o que são números não podemos responder a esta questão dentro desta teoria - a solução é recorrer a uma outra teoria. Isto não significa que os objetos de uma teoria nunca podem ser explicados ou que traduções não podem ser realizadas, mas que os objetos de uma teoria só poderão ser explicados com relação a uma outra teoria. No entanto, se ao falar em explicação dos objetos de um teoria, entende-se a palavra “explicação” como algo absoluto, independente de um sistema de coordenadas, então, podemos dizer que, neste sentido, os objetos de uma teoria jamais poderão ser

⁴³ Quine, W.V.º “A relatividade Ontológica”, pg.146.

explicados. Em resumo, segundo Quine, teorias nunca são plenamente interpretadas, ou seja, não há um sistema absoluto/claro (o que fazemos é uma troca de obscuros por obscuros) de comparação de ontologias.

Ora, mas se, por definição, uma teoria é um conjunto de sentenças estruturadas logicamente, ou seja, que inclui todas as suas próprias conseqüências lógicas (conjunto fechado à dedução), então, todas as expressões contidas na teoria têm referências estabelecidas, fixas. Como pode não haver sentido falar sobre o que são os objetos de uma teoria? A teoria dos números naturais de Peano, por exemplo, é um conjunto de sentenças geradas pelo número zero e a função sucessor. Assim, todas as sentenças geradas por esses dois elementos como, por exemplo, as sentenças “1 é um número natural” e “2 é um número natural”, são conseqüência lógica da função indutiva estabelecida. Assim, os valores dessas variáveis já está fixado. Então, como não faz sentido dizer o que são os números na teoria de Peano?

A resposta de Quine, no entanto, é que nenhuma teoria é plenamente interpretada no sentido de dizer o que são os seus objetos, no caso de Peano, os números, de forma absoluta. Elas são interpretadas em um sentido relativo, a saber, com relação à própria teoria que subjaz à nossa linguagem. Assim, os números, por exemplo, são determinados apenas com relação aos termos da teoria doméstica e não com respeito à toda e qualquer teoria. Portanto, esses objetos de teorias podem ser questionados – eles não satisfazem todo e qualquer axioma mas apenas os axiomas de uma teoria específica.

Segundo Quine, o problema da relatividade ontológica não é uma questão de atribuição universal, ou seja, que os universais são sem sentido. Quando se afirma que uma ontologia só pode ser determinada significativamente com relação a uma teoria de fundo não se pressupõe que esta teoria de fundo tenha um universo mais amplo (algo como uma metalinguagem) e por essa razão pode explicar a teoria anterior. No caso que apresentamos acerca da interpretação de Russell da teoria dos números podemos comprovar esta afirmação – a teoria dos conjuntos não é mais ampla que a aritmética. Ela é

apenas uma outra referência, outro ponto de partida. O que torna sem sentido as questões acerca da determinação de uma ontologia de forma absoluta não é a universalidade mas a circularidade. O problema, segundo Quine, é que podemos tentar dizer o que é um F recorrendo à ostensão. No entanto, a ostensão tem seus limites. Assim, temos que recorrer à linguagem por meio de um outro termo lingüístico G: “Um F é um G”. Com efeito, esta resposta tem um sentido relativo, a saber, um sentido relativo à aceitação não crítica de G.

A grosso modo podemos dizer que a relatividade ontológica pode ser apresentada da seguinte forma: suponhamos uma teoria T (ou sistema lingüístico), com uma linguagem L, formada por símbolos lógicos e extra-lógicos (constantes individuais e predicados); e regras de formação de expressões. Temos ainda nesta teoria as regras semânticas a partir das quais interpretamos os termos extra-lógicos da teoria e estabelecemos que sentenças formuláveis em T são verdadeiras. Se suspendemos a interpretação dos termos não lógicos, ficamos apenas com a forma de teoria. Cada nova interpretação desta forma da teoria, na qual ela permanece verdadeira, é chamada de um modelo seu. O argumento de Quine é que não é possível saber qual desses modelos um indivíduo, no caso por ele descrito, o nativo, têm em mente, apenas a partir da forma de teoria. As referências dos nomes e predicados só poderiam ser apreendidas por ostensão ou por paráfrases utilizando um vocabulário familiar – no caso, a linguagem materna do lingüista. Conforme já apresentado, a ostensão se mostra como um recurso completamente inábil na determinação da referência, restando apenas a paráfrase como último recurso disponível. Por meio dela, determinamos a referência com relação a uma linguagem, por exemplo, com relação à linguagem do lingüista L1 e a referência dos termos desta linguagem L1 só poderá ser esclarecida com relação a uma outra linguagem L2. Esta é a relatividade ontológica.

Assim como na teoria dos modelos, para cada modelo lógico construível, temos infinitas interpretações que satisfazem seus axiomas, na linguagem

comum e, mais especificamente, quando pensamos a relação linguagem e mundo, também ocorre algo semelhante. O lingüista, no processo de tradução radical, está elaborando um sistema lingüístico, com termos lógicos e extra-lógicos, regras de formação de expressões e regras semânticas. Nesta construção, ele poderá apresentar uma interpretação para os termos do sistema, lógicos e extra-lógicos, de modo que sejam perfeitamente compatíveis com os proferimentos verbais do nativo e não há como estabelecer um critério, exceto em relação à sua própria linguagem, que pudesse lhe dizer, com certeza, que sua tradução está correta. Neste aspecto, não haveria razão para o lingüista perguntar ao nativo se a expressão “gavagai” refere-se, de fato, a coelhos ou partes de coelhos. Diante de uma tal pergunta o nativo replicaria perguntando: “em que sentido de coelhos e partes de coelhos?”, “o que você quer dizer ao falar 'coelhos' e 'partes de coelhos' ?” Isto não significa que estamos num regresso infinito, mas apenas que precisamos aceitar o sistema de coordenadas estabelecido pelo lingüista, ou seja, seu manual de tradução, como um sistema razoável de tradução, até que se prove o contrário – que seja apresentado alguma incoerência no sistema, alguma incompatibilidade com as observações.

III - PUTNAM E REABILITAÇÃO DO SIGNIFICADO

Embora Quine tenha apresentado fortes argumentos contra a noção clássica de significado, de modo que nenhum filósofo tenha conseguido formular uma crítica a ele no sentido de restabelecer a noção clássica, há um aspecto da tese de Quine que é bastante criticado: o completo abandono da noção clássica de significado/intensão.

Segundo Quine, os significados ou intensões só teriam razão de existir, como conceitos utilizados em afirmações filosóficas, se, de fato, fossem conceitos analíticos. Ou seja, se conseguimos explicar aquelas afirmações verdadeiras em função dos significados. Mas, uma vez provado que a noção de significado/intensão não tem outro fundamento, a não ser empírico, então,

não há razão para permanecermos com ela. Assim, a noção de significado/intensão deverá ser abandonada. No entanto, para muitos filósofos, esta conclusão é radical demais, pois, mesmo sendo uma noção empírica, ainda há razões para permanecermos com ela, embora nunca para justificar afirmações filosóficas. O filósofo Hilary Putnam (1926) apresenta uma semelhante crítica ao radicalismo de Quine, fazendo uma reabilitação da noção de significado. Esta reconstrução da noção de significado é apresentada por Putnam no artigo “The meaning of “meaning” (1975), no qual, ele, semelhantemente à Quine, põe a referida noção em uma base epistemológica diferente dos filósofos clássicos, a saber, em uma base empírica – a noção de significado é tratada cientificamente.

Putnam concorda com Quine ao alegar que os filósofos clássicos apresentaram o conceito de significado sob bases extremamente obscuras, a saber, a noção de significado como entidade abstrata ou como entidade mental, sem dar uma explicação clara dessas entidades, pelo menos do ponto de vista de um empirista. No entanto, Putnam, em momento algum, sugere o abandono desta noção – significado/intensão.

À luz da tese de Putnam, e de Quine também, a noção de significado/intensão encontra-se em pé de igualdade com as teorias científicas. A diferença é que Quine não vê mais utilidade nesta noção, se pretendemos utilizá-la para fundamentar afirmações filosóficas, e Putnam ainda encontra razão para mantê-la na tarefa de esclarecimento das teorias científicas, mas nunca de afirmações filosóficas. Neste instante, alguém poderá apresentar uma objeção à Putnam com a seguinte pergunta: Como a noção de significado pode servir de fundamento, ou melhor, de critério para fundamentação de teorias científicas se encontra-se no mesmo nível que elas? A resposta de Putnam é que seu uso da expressão “fundamentação” não diz respeito a uma fundamentação última e sim apenas um critério de análise das teorias científicas. Fundamentação, segundo Putnam, é um conceito fraco.

Putnam aproxima-se dos filósofos clássicos do significado (Frege, Carnap) ao admitir que as expressões possuem significado, ele admite ser possível a determinação dos significados, mas distancia-se de uma interpretação clássica, especificamente de Frege, ao deixar claro que a intensão não possui o status de uma entidade abstrata. Putnam distancia-se também daqueles que pensavam os significados/intensões como algo dado em nossa mente (mentalismo) e capaz de nos fornecer os elementos necessários e suficientes para a determinação da referência, ou seja, ele alega que não há nada em nossas mentes capaz de nos habilitar à determinação da referência. Em outras palavras, pelo menos com relação à grande parte dos termos da linguagem natural, especialmente os termos de tipo natural⁴⁴, não podemos dizer que há significados/intensões no sentido clássico desta palavra, ou seja, no sentido em que o significado é entendido como algo completamente acessível a qualquer falante competente e que traz consigo os elementos necessários e suficientes para a determinação da referência, sem qualquer margem de erro.

Segundo Putnam, a determinação da referência dos termos de uma linguagem é parte do processo de construção do conhecimento e, como tal, este processo está sujeito a equívocos, mas isto não quer dizer que os significados não existem ou sejam indeterminados. Não quer dizer também que a referência seja indeterminada. Assim, o significado/intensão de termos do tipo natural como “água”, “ouro”, “tigre”, não pode ser dado em definições lingüísticas as quais descrevem um estereótipo capaz de estabelecer as condições necessárias e suficientes para algo cair na extensão de um dado termo (conjunto de todos os elementos para os quais o termo é verdadeiro), pois o significado/intensão de um termo do tipo natural só poderá ser determinado pelo estudo científico empírico e nunca por análise lingüística. Ou

⁴⁴ Ver, Lycan, Willian G. *“Philosophy of language: a contemporary introduction”*, pg.66: ...“termos do tipo natural são nomes comuns que se referem à substâncias naturais ou organismos como “ouro”, “água”, “molybdenum”, “tigre” e “aardvark”. Tais expressões não são termos singulares, uma vez que eles não se aplicam a apenas uma coisa. Mas Kripke e Putnam argumentam que eles são mais como nomes do que como adjetivos.”

seja, aprendemos o significado/intensão de “água”, por exemplo, quando, por meio de estudos científicos descobrimos a estrutura química dessa substância que afirmamos ser água. No entanto, este significado poderá ser revisável se futuras investigações empíricas mostrarem ser necessário, mas esta reavaliação revela um erro da ciência e não uma mudança no significado/extensão de “água”.

Em *The Meaning of “Meaning”*, Putnam assume a postura chamada “realismo interno”, em oposição ao realismo metafísico, diante das questões acerca do conhecimento. Os defensores do realismo metafísico pressupõem um único mundo pronto e acabado, e uma estrutura conceitual capaz de descrevê-lo. Além disso, sustentam a tese de que a verdade é uma noção não epistêmica.

...nesta perspectiva, o mundo consiste numa totalidade permanente de objetos independentes da mente. Existe uma e só uma descrição completa e verdadeira do “modo como o mundo é”. A verdade envolve uma espécie de relação de correspondência entre as palavras ou signos-pensamento e coisas e conjuntos de coisas externas. Chamarei esta perspectiva de “exteriorista”, porque o seu ponto de vista favorito é o ponto do olho de Deus.⁴⁵

A posição e definição de Putnam acerca do realismo metafísico nunca mudou, mas sua definição do “realismo interno”, posteriormente ao artigo *The Meaning of “Meaning”*, sofreu alterações. Putnam, ao adotar o “realismo interno”, supõe um mundo pronto e que existe independentemente da mente, mas *empenha-se em formular a visão do pluralismo ontológico: o mundo é independente da mente, mas constituído de diversas estruturas relativas à aceitáveis “descrições” ou “teorias”.*⁴⁶

⁴⁵ Putnam, Hiralay. *Razão, Verdade e História*, pg 77, 1981.

⁴⁶ Niiniluoto, Ilkka. “*Critical Scientific Realism*”, pg.212,1999

...a teoria semântica tradicional exclui duas contribuições para a determinação da extensão – a contribuição da sociedade e a contribuição do mundo real.⁴⁷

Em seus escritos posteriores a este artigo, especialmente em *Razão, Verdade e História*, Putnam muda esta posição assumindo um novo tipo de realismo interno, segundo o qual, não há um mundo pronto e acabado e sua estrutura é relativa a estruturas conceituais. Nesta Segunda fase em que Putnam aproxima-se do pragmatismo, seu realismo interno supõe três princípios básicos: *De que objetos o mundo é constituído? é uma questão que apenas faz sentido perguntar dentro de uma teoria ou descrição; há mais de uma descrição “verdadeira” do mundo; a verdade é um tipo de aceitabilidade racional idealizada.⁴⁸*

Em sua teoria dos significados, Putnam se coloca como um mediador entre os teóricos do significado, incluindo Frege e Carnap, que tomaram esta noção como muito bem explicada e Quine, com sua teoria de que as noções sob as quais se tenta explicar o conceito de significado são tão obscuras quanto o próprio conceito de significado não havendo, portanto, qualquer razão para mantê-lo. Segundo Putnam, estas são posturas indevidas que parecem simplesmente querer eliminar o problema e não ajudam em nada a esclarecer a noção de significado. Se os significados não existem da forma como nós pensamos não quer dizer que eles simplesmente não existem. Da mesma forma, afirmar que está tudo muito bem explicado é uma inverdade. Assim, Putnam inicia o trabalho de análise da noção de significados assumindo que, em princípio, não há nada claro sobre ela.

3.1. CRÍTICA DE PUTNAM À NOÇÃO CLÁSSICA DE SIGNIFICADO

A forma mais utilizada pelos filósofos que tratam do significado para explicar esta noção é apresentando a distinção entre intensão e extensão. Nela, o

⁴⁷ Putnam, Hilary. *The meaning of Meaning*. Tradução livre. Pg245,1981.

⁴⁸ Niiniluoto, Ilkka. “*Critical Scientific Realism*”, pg.211,1999.

significado de um termo seria aquilo que chamamos de intensão e que se opõe à extensão. A intensão de um termo é formada por diferentes atributos cuja soma é o conceito/significado. A extensão de um termo é a classe das coisas reais às quais o termo se aplica ou a classe das entidades às quais o termo pode ser atribuído com verdade. Segundo esta explicação dos significados, a intensão de um termo determina a sua extensão de forma não problemática. Ou seja, ela estabelece de forma clara e precisa, os critérios para se determinar a extensão de um dado termo.

Segundo os filósofos que fazem esta distinção, o conceito de significado tem relação com a extensão, mas pressupõe algo mais – a intensão/conceito. Esta afirmação é justificada quando se observa termos que têm a mesma extensão mas que possuem diferentes intensões. Por exemplo: “criaturas com rins” e “criaturas com coração”. Estas expressões possuem a mesma extensão, ou seja, dizem respeito ao mesmo conjunto de indivíduos - todas as criaturas com coração são também criaturas com rins – embora possuam significados distintos, ou seja, dizem coisas diferentes acerca dos mesmos indivíduos.

Putnam se mostra insatisfeito com esta suposição e apresenta argumentos contra estas duas noções – extensão e intensão. Assim como Quine, ele apresenta os limites de cada um desses conceitos, ou seja, os pontos sob os quais eles se mostram imprecisos e pouco claros. No entanto, Quine tira consequências muito fortes e radicais, chegando à eliminação da noção de intensão, como consequência de sua análise da teoria do significado, estabelecendo a tese da indeterminação da referência, ou relatividade ontológica, decorrente de sua análise da teoria da referência – a relação entre expressões da linguagem e entidades no mundo. Quine faz uma análise mais abrangente e minuciosa tanto dos conceitos pertencentes à teoria do significado (sinonímia, analiticidade, significação ou posse do significado), como da teoria da referência, que envolve os conceitos de nomeação, denotação, verdade e extensão, análise esta, apresentada no capítulo anterior.

3.1.1 - A crítica à noção de extensão

Em sua crítica à noção de extensão, Putnam argumenta que a determinação, na matemática, dos elementos que pertencem ou não a um dado conjunto é clara porque é estabelecida por definição (a idéia de conjunto definido). No entanto, se tentamos aplicar este procedimento na linguagem natural, ou seja, à determinação dos objetos que irão pertencer à extensão de um termo, já não é possível obtermos um resultado preciso, pelo menos na maioria dos casos. Há termos na linguagem natural para os quais uma certa descrição é claramente falsa ou verdadeira, mas há outros que nos põe em dúvida - são os termos vagos, ou seja, termos para os quais os limites não são claros como, por exemplo, “vermelho” e “calvo”. Assim, a idealização que é feita em torno do conceito de extensão, quando se supõe que há algo como um conjunto de coisas para o qual um dado termo é verdadeiro, ou seja, que podemos delimitar claramente um certo termo da linguagem natural, parece forte demais.

Segundo Putnam, a noção de extensão só pode ser pensada em termos de graus, semelhantemente, à noção de conjunto fuzzy⁴⁹. Um outro motivo pelo qual Putnam questiona o conceito de extensão é que ele depende da noção de verdade que não é clara por si só. Apesar de todas estas dificuldades que se apresentam quando pensamos a noção de conceito/significado como extensão, ela ainda parece ser algo um pouco mais compreensível que a noção de conceito/significado como intensão.

3.1.2 - A crítica à noção de intensão

Segundo Putnam, a maior parte dos filósofos tradicionais pensou os significados como sendo algo mental, ou seja, o significado de um dado termo

⁴⁹ Segundo a noção clássica de conjunto, em um conjunto A, por exemplo, um elemento ou pertence ou não pertence a ele. Segundo a noção de conjunto fuzzy, existem graus de pertencimento de um elemento a um dado conjunto. Nele, a relação entre os elementos e conjunto, ao invés de ser algo semelhante à uma função 0 ou 1. Assim, a relação de pertencer é algo semelhante a uma função que está neste intervalo entre 0 e 1, na qual, há elementos que se aproximam mais do 1 e elementos que se aproximam mais do 0.

é um conceito, o conteúdo de um pensamento - eles representam um ato mental. Portanto, os significados são entidades mentais. O ponto de partida desses filósofos é a noção de que o pensamento é pré-linguístico. Assim, o significado da palavra “gato”, por exemplo, é a idéia em minha mente que ela representa.

*A doutrina central de Berkeley sobre a linguagem é que se eu restringir meus pensamentos às minhas próprias idéias, destituídas de palavras, não irei errar com facilidade.*⁵⁰

Estes filósofos não tiveram, no entanto, a preocupação em justificar de que forma o estado mental de um indivíduo A é semelhante ao estado mental de um indivíduo B ao proferir uma dada expressão.

Ainda segundo a interpretação de Putnam, Frege e Carnap rebelaram-se contra esta concepção de significado, intitulando-a de psicologismo, alegando que os significados são públicos e, portanto, que o mesmo significado poderá ser captado por diferentes falantes de uma língua, em distintas ocasiões. Putnam interpreta Frege e Carnap como identificando significados com entidades abstratas ou entidades Platônicas. No entanto, ele argumenta que há um pressuposto comum a todos estes filósofos (filósofos tradicionais, Frege, Carnap), a saber, a suposição de que para apreendermos a intensão/significado de uma expressão é necessário estar em um certo *estado psicológico*. Sob esta afirmação captar estas entidades abstratas de Frege era um *ato psicológico individual*, tanto quanto captar as intensões entendidas como entidades mentais. Assim, a grosso modo, podemos dizer que captar a intensão da palavra “gato”, por exemplo, seja qual for a natureza desta intensão, é estar no estado mental de pensar aquela coisa com quatro patas, que mia, de hábitos noturnos, e que sobe em telhados e muros.

⁵⁰ Hacking, Ian. Por que a linguagem interessa à filosofia. Pg.49, 1999.

Uma outra suposição dos filósofos tradicionais compartilhada ou, ao menos, não questionada por Frege e Carnap, foi a de que dois termos não podem diferir em extensão e ter a mesma intensão.

Assim, a teoria semântica clássica fundamenta-se em duas suposições não esclarecidas e, segundo Putnam, equivocadas. São elas:

(1) a suposição de que conhecer o significado/intensão de um termo requer um certo estado psicológico - um estado de memória e disposições psicológicas.

Isto significa que nós apresentamos um certo estado psicológico no momento em que estamos conhecendo o significado de um termo, mas, uma vez que apreendemos este significado ele está determinado. Putnam deixa claro que a teoria clássica nunca pensou que conhecer o significado de um termo pudesse ser um contínuo estado de consciência. Por exemplo: que afirmar que um indivíduo conhece o significado de cavalo, por exemplo, é dizer que ele está continuamente pensando em cavalo.

(2) e a suposição de que o significado de um termo, a intensão, determina a sua extensão. Ou seja, igualdade de intensão determina igualdade de extensão. É ponto pacífico entre os teóricos clássicos, de que o caminho inverso não pode ser feito – dois termos não podem diferir em extensão e ter a mesma intensão. No entanto, nunca foi dado um argumento para tal.

... ela reflete a tradição de filósofos antigos e medievais os quais assumiram que o conceito correspondente a um termo era uma conjunção de predicados e, portanto, o conceito correspondente a um termo deveria sempre prover as condições necessárias e suficientes para cair na extensão do termo.⁵¹

Em resumo, os filósofos que defendiam a idéia de que há uma esfera intermediária entre a linguagem e o mundo, que seria a intensão, se dividiam

entre aqueles que pensavam esta intensão como sendo algo mental (solipsismo de Descartes/psicologismo) e aqueles que a concebiam como entidade abstrata (Frege, Carnap). No entanto, nenhum deles fazia oposição à afirmação de que o ato de captar estas entidades abstratas era um ato psicológico individual. Ou seja, captar a intensão de um termo era uma questão de estar num certo estado psicológico/ mental. E, no que diz respeito à segunda suposição, os filósofos tradicionais não aceitavam a idéia de que poderia haver extensões diferentes para a mesma intensão porque acreditavam que o conceito correspondente a um termo era uma conjunção de predicados. Por exemplo, o conceito correspondente ao termo “cachorro” é a conjunção dos predicados: ter quatro patas, latir, abanar o rabo. Assim, a intensão de um termo é aquela ferramenta que nos permite determinar a extensão. Ela nos fornece os critérios para que algo faça parte da extensão de um dado termo. Desse modo, pode haver predicados diferentes que se aplicam à mesma extensão como, por exemplo, “bípede despenado” e “animal racional”. No entanto, não pode haver duas coisas diferentes no mundo (com extensões distintas) e que apresentem exatamente o mesmo conjunto de características, exatamente o mesmo conjunto de propriedades (a mesma intensão). Esse conjunto de propriedades, a intensão/conceito, é o que nos possibilita apontar, determinar, clara e precisamente, a extensão. Em outras palavras, o que acabamos de apresentar foi o princípio de Leibniz da *identidade dos indiscerníveis* – duas coisas que têm todas as propriedades em comum são a mesma coisa e, portanto, não podem apontar para extensões diferentes (se x e y têm todas as propriedades em comum, então, $x=y$). Este princípio foi aceito por muito tempo de forma inquestionável.

3.1.3 – A interpretação da Teoria Clássica das Intensões

A questão que se coloca neste momento, após a indicação das suposições da teoria clássica dos significados que serão refutadas por Putnam é, em

⁵¹ Putnam, Hilary. *The Meaning of “Meaning”*. Pg.218.

primeiro lugar, acerca do que se compreende tradicionalmente por “estado psicológico”. Para mostrar que o conceito clássico de significado apoia-se em uma falsa teoria, é necessário esclarecer o que os referidos teóricos entendiam por estado psicológico. Este conceito é central uma vez que é compartilhado por todos – filósofos tradicionais, Frege e Carnap.

Segundo Putnam, ao pressupor que conhecer o significado de um termo é uma questão de estar num certo estado psicológico, os filósofos tradicionais se referiam a estados psicológicos no sentido de Descartes (1596-1650) – a suposição de um solipsismo metodológico. Isto significa que nenhum estado psicológico pressupõe a existência de qualquer coisa além do sujeito ao qual foi atribuído aquele estado psicológico. O fato de pensarmos nas coisas, nos seus significados, não implica necessariamente que elas existam. Assim, conhecer o significado de água não pressupõe a existência de água, uma vez que podemos conhecê-lo sem, sequer, ter visto água. A consequência desta noção de estado psicológico é que o mundo das idéias determina o mundo das coisas sensíveis. Este é o sentido de estado psicológico que está em questão na suposição (1) e acerca do qual iremos sempre nos referir a partir de agora.

Dado este esclarecimento, a interpretação de Putnam à teoria tradicional dos significados (intensão /extensão) é a que segue: se temos um termo A e um termo B cujas extensões são diferentes, então, eles devem diferir em intensão. Além disso, conhecer o significado de A e conhecer o significado de B são estados psicológicos diferentes (no sentido de Descartes). São diferentes porque conhecer o significado de A não é apenas captar a intensão de A, seja lá o que isso for, mas também saber que a referida intensão pertence ao termo A – associar a intensão captada ao termo. Note que estamos falando aqui de estado psicológico no sentido de “*saber que a intensão I é a intensão/significado de A*”. Uma vez que este estado psicológico é concebido como não necessitando da pressuposição de que você esteja vendo A ou já tenha visto A, diferentemente da postura Quineana, é imprescindível que, pelo menos, o indivíduo que apresenta um dado estado psicológico, no sentido já

apresentado, faça a ligação da intensão ao termo. Assim, mesmo que os termos A e B tenham a mesma intensão e a mesma extensão, conhecer o significado de “A” é um estado psicológico diferente de conhecer o significado de “B”, uma vez que são termos diferentes. Por exemplo: sejam dois termos com a mesma intensão “gato” e “cat”, segundo a suposição (2) da teoria clássica, ambos possuem a mesma extensão. No entanto, conhecer o significado de “gato” é estar em um estado psicológico (que não pressupõe a existência de gato, ou seja, que o indivíduo que apresenta o estado psicológico esteja vendo um gato) no qual associa a intensão captada ao termo “gato”. Diferentemente, conhecer o significado de “cat” implica que o indivíduo esteja num estado psicológico tal que associe a intensão captada ao termo “cat”. Note que apesar de serem dois estados psicológicos bem distintos, o estado psicológico determina a extensão dos termos do mesmo modo como a intensão o faz. Assim, segundo a teoria clássica, não pode haver dois termos “gato” e “cat”, por exemplo, tais que conhecer o significado de “gato” seja o mesmo estado psicológico que conhecer o significado de “cat”. Se os termos são distintos o estado psicológico de conhecê-los também é distinto.

Em outras palavras, saber que I é o significado/intensão de “A” e saber que I é o significado/intensão de “A1”, são estados psicológicos diferentes. Ainda seguindo o mesmo raciocínio, não pode haver dois mundos logicamente possíveis M1 e M2, tais que, em ambos, indivíduo B tenha um mesmo estado psicológico em relação a tudo, mas pensa, por exemplo, no mundo M1 o significado de “A” como tendo a intensão I1, e, no mundo M2, o significado de “A1” como tendo a intensão I2.

Em resumo, a interpretação de Putnam do pensamento clássico acerca das intensões é:

Pela suposição (1) o estado psicológico determina a intensão, uma vez que o estado psíquico ou estado psicológico de conhecer o significado de uma expressão consiste em fazer a relação do termo à sua intensão.

Pela suposição (2) a intensão determina a extensão, ou seja, apresenta as condições necessárias e suficientes para algo ser parte da extensão de um dado termo.

Segundo Putnam, se esta interpretação é aceitável para Frege e Carnap, toda a discussão sobre os significados como entidades mentais ou entidades Platônicas torna-se inútil. Sejam os significados entidades Platônicas ou entidades mentais, o fundamental é que captar estas entidades é um estado psicológico. Além disso, pensar o significado como estado psicológico não leva ao subjetivismo, uma vez que, estados psicológicos tem manifestação pública, ou seja, diferentes pessoas em distintas épocas podem ter o mesmo tipo de estado psicológico.

Dada sua interpretação da teoria clássica dos significados, Putnam apresenta sua tese a qual contradiz os dois argumentos apresentados pelos filósofos tradicionais. A idéia básica é que o estado psicológico não determina a extensão de um termo. Para justificar sua tese, Putnam faz uso de um exemplo artificial que falseia as duas suposições aceitas pelos teóricos da tradicional distinção intensão/extensão – o exemplo da Terra Gêmea. Putnam alega que as teorias mágicas da referência são falsas tanto no que diz respeito às representações mentais como no que se refere às representações físicas.

3.2 - A TESE DE PUTNAM

*É possível, para dois falantes, ter exatamente o mesmo estado psicológico (no sentido de Descartes) mesmo que a extensão do termo A no idioleto de um seja diferente da extensão do termo A no idioleto de outro. Extensão não é determinada pelo estado psicológico.*⁵²

O exemplo artificial criado por Putnam é o que segue: Suponha-se que exista um outro planeta, exatamente igual à Terra, chamado Terra Gêmea. As pessoas neste planeta também falam português e há apenas pequenas

⁵² Putnam, Hilary, "Mind, language and reality", art."The meaning of meaning", pg.222, trad.livre, Cambridge University press, 1975.

diferenças na linguagem que serão justificadas como sendo referentes a certas peculiaridades da Terra Gêmea. Por exemplo: o líquido que na Terra chamamos de “água”, na Terra Gêmea, não é H_2O , e sim um líquido com uma fórmula química muito complicada. Para facilitar, essa fórmula será conhecida como xyz.

O líquido xyz tem o sabor da água, mata a sede como água, enfim, é aparentemente, indistinguível da água. Na Terra Gêmea, também encontramos xyz nos lagos, rios, mares. Chove xyz.

Se os terráqueos nunca foram à Terra Gêmea, nunca fizeram um teste com o que eles chamam de “água”, então, o que poderão supor é que “água” tem a mesma intensão e extensão, na Terra e na Terra Gêmea. No momento em que os terráqueos descobrem a fórmula daquilo que os gêmeanos chamam de água, esta suposição será corrigida, ou seja, eles passarão a afirmar que na Terra Gêmea a palavra “água” significa xyz. Neste caso, não há problemas em determinar a extensão do termo – o termo “água” na Terra é a totalidade de substância na Terra constituída de moléculas de H_2O , enquanto que, na Terra Gêmea é a totalidade de substância na T.G. constituída de moléculas de xyz.

Em seguida, Putnam apresenta um outro exemplo no qual há um problema epistemológico: o caso, no ano de 1750, em que ainda não há recursos científicos para se descobrir a estrutura química da água. Neste caso, dois indivíduos A e B, idênticos em tudo, sendo A da Terra e B da T.Gêmea, teriam o mesmo estado psicológico, embora a palavra “água” apresente extensões diferentes. Ou seja, tanto para A quanto para B, água era aquilo que eles bebiam, que estava nos lagos, rios, no copo, nos mares, e tinha o mesmo sabor e isso é tudo. No entanto, em 1950, se descobre que a extensão do termo “água” na Terra era H_2O e, na T.Gêmea xyz, quer A e B tivessem conhecimento ou não. Com isso Putnam mostra que o significado/intensão e a extensão do termo “água” não é função do estado psicológico do falante por si só. O que Putnam tenta provar com este exemplo é que a significação é uma noção, em grande parte, epistemológica.

Na terminologia de Putnam, intensão é uma noção que se encontra no mesmo status dos conceitos científicos e está sujeita à reformulações. Assim, segundo Putnam, poderá haver situações nas quais indivíduos que apresentam o mesmo estado psicológico (estado de conhecer o significado de um termo A, ou seja, ligar_a “intensão” ao termo) apontem para extensões distintas em virtude da falibilidade da noção de “intensão”. Partindo do conceito de Putnam de intensão/significado, o fato de dois indivíduos possuírem o mesmo estado psicológico, com relação a conhecer o significado de um dado termo, não garante que eles tenham a mesma compreensão do termo. Assim, partindo dessa concepção, as suposições da teoria clássica, de fato, não funcionam e isso poderá ser demonstrado com inúmeros exemplos. No entanto, pelo conceito de intensão/significado suposto pelos teóricos clássicos, isso não ocorreria – dois indivíduos com o mesmo estado psicológico teriam, necessariamente, a mesma compreensão/intensão de um dado termo. Não haveria como se enganar uma vez que a intensão já está previamente e para sempre determinada, mesmo que seja, segundo as palavras do próprio Putnam, magicamente.

O problema da teoria clássica não é que seu conceito de intensão não tem uma explicação clara. Como o próprio Putnam afirma ele é um conceito mágico, infundado. Como Quine argumentou muito bem, eles não têm fundamentação empírica.

Segundo Putnam, há, numa dada comunidade lingüística, o uso comum dos termos, que é o utilizado pela maioria dos falantes da língua, caracterizado pelo conhecimento do estereótipo estabelecido pela comunidade lingüística como o “estereótipo padrão” de um dado termo. No entanto, este uso não é o que Putnam chama de “intensão de um termo”. A intensão tem um status científico, ou seja, ela é estabelecida por uma pequena parte dos falantes da língua, e é caracterizada pelo conhecimento científico da estrutura interna daquilo ao qual o termo se refere. O que faz algo ser uma amostra de água

não é o estereótipo do senso comum, mas sua composição química, que é H₂O – em todos os mundos possíveis água é H₂O.

Segundo Putnam, captar o significado de um termo é um processo de conhecimento e como tal está sujeito a erros. Assim, se em 1950 a ciência descobre que o termo “água”, usado na Terra, significava H₂O, e aquilo que se chamava água na T. Gêmea era xyz, então, o que podemos deduzir disso é que aquilo que os terráqueos chamavam de água sempre foi, na Terra, H₂O, e o que os gêmeanos chamavam de água sempre foi, na T.Gêmea, xyz, e não, que o significado de água mudou nestes anos – em 1750 era algo desconhecido da ciência, e, em 1950, passou a ser, respectivamente, H₂O e xyz. Afinal, o que determina isso é o mundo atual.

*...poderá ser argumentado que a composição química da água e as características genéticas dos tigres tenha sido uma importante descoberta empírica; então seguramente é possível que água não seja H₂O, e que existam mundos possíveis nos quais água não é H₂O. Mas Kripke e Putnam respondem que a alegada “possibilidade” aqui é apenas uma questão de ignorância científica, não uma genuína possibilidade metafísica; uma vez que alguém descobre a essência científica de um tipo natural, ele descobriu a sua natureza metafísica que será a mesma em todos os mundos possíveis nos quais se manifestar. O que muda de um mundo para outro são os elementos que formam o estereótipo do senso comum.*⁵³

Por outro lado, no ano 2002, um cientista poderia descobrir que o que nós terráqueos chamamos de água é xyz. Isto não significa que o significado do termo “água” mudou, mas sim, que houve uma falha na apreensão deste significado. Seguindo o mesmo raciocínio, se na Terra, água é H₂O, e numa exploração à Terra Gêmea descobrimos que o que eles chamam de água é xyz, não vamos inferir daí que o significado do termo “água” mudou, mas sim, que, aquilo que os gêmeanos chamam de água não é água. Segundo Putnam, *os significados não estão na cabeça.*

⁵³ Lycan, Willian.G. “*Philosophy of Language – a contemporary introduction*”, tradução livre, pg.66.

Um segundo exemplo que comprova a tese de que o estado psicológico não determina a extensão de um termo, apresenta a situação em que parte da comunidade lingüística tem conhecimento da estrutura interna de um certo elemento. Ou seja, ela é capaz de reconhecer se aquilo que se afirma ser a extensão de um dado termo, é, de fato, a extensão do termo. Putnam volta ao exemplo da Terra Gêmea onde, agora, a substância Molybdenum é usual e o alumínio é raro. Na T.Gêmea aquilo que, na Terra, chama-se alumínio, os gemeneanos chamam de Molybdenum; e aquilo que os terráqueos chamam de moybdenum, os gemeneanos chamam alumínio. Assim, um terráqueo na T.Gêmea não irá desconfiar que os potes de alumínio gemeneanos não são feitos de alumínio terráqueo, até porque, os gemeanos dizem que são feitos de alumínio gemeneano. No entanto, um metalúrgico da Terra pode descobrir que o uso da palavra “alumínio”, na T.Gêmea, significa Molybdenum, após um estudo da estrutura interna. Novamente, o que observamos é que o estado psicológico do falante não determina a extensão ou significado da palavra.

Em resumo, duas pessoas podem ter exatamente o mesmo estado psicológico, e ainda assim não estar referindo-se à mesma coisa. Isto significa que, ter o mesmo estado psicológico, segundo Putnam, não garante a determinação da extensão.

Os casos apresentados por Putnam provam que o estado psicológico dos indivíduos falantes não fixa a extensão de um termo. Mas então, o que pode desempenhar este papel? Os termos indexicais e a divisão social do trabalho lingüístico fazem parte da explicação de Putnam sobre a determinação da extensão de um termo – determinação esta em um sentido fraco, ou seja, sempre sujeita à revisões.

3.3 EXPLICAÇÃO DA TESE

3.3.1 - A explicação sobre o que fixa a extensão

Putnam afirma que o significado de um termo pode ser explicado através de uma definição ostensiva ou por uma descrição. Ele está aqui referindo-se ao

que chama de termos do tipo natural como, por exemplo, “limão”, “tigre”, “água”. No primeiro caso, apontamos, por exemplo, para a água e dizemos “este líquido é água”. Na segunda explicação, apresenta-se um conjunto de características centrais que formam o estereótipo da coisa correspondente ao termo que caracterizam certa espécie. Estas características são as condições necessárias para algo pertencer a um certo tipo de coisa. No entanto, Putnam destaca que são necessárias num sentido fraco, não analítico. Assim, o estereótipo do termo “água”, por exemplo, será o critério de reconhecimento de água. Alguns desses estereótipos são vagos, ou seja, deixam dúvidas sobre o que poderá pertencer a essa classificação. Outros são bastante precisos.

A explicação de Putnam sobre como fixamos a extensão de um termo é semelhante à na noção de designadores rígidos de Saul Kripke. Segundo Kripke, em uma sentença chamamos um designador de rígido se, nesta sentença, ele refere-se ao mesmo indivíduo em todo mundo possível no qual o designador designa. Ou seja, em qualquer mundo possível ele designa o mesmo indivíduo. Putnam estende esta noção aos termos indexicais, como “este”, “eu”, “isto”, “esta” etc. e para os nomes de substância como, por exemplo “água”, argumentando que ao apresentarmos uma definição ostensiva do tipo “este líquido é água”, o termo indexical “este”, sendo rígido, fixa a extensão do termo. Assim, se afirmamos que X é água, queremos dizer que X está em relação de semelhança líquida com a entidade referida pelo pronome “este” no atual mundo. Ou seja, água é somente aquilo que, no mundo atual, se apontou. Sendo assim, se num outro mundo possível alguém aponta para uma substância e diz que é água, mas esta substância não tem relação de semelhança líquida com aquilo que, no mundo atual, nós afirmamos ser água, então, ela não é água.

A pressuposição empírica para que se afirme que uma dada substância é água é que ela tenha uma relação de semelhança líquida (tenha a mesma microestrutura) com a água que vemos nos rios, nos lagos, na chuva, e que bebemos. É desse modo que age a maior parte dos membros de uma

comunidade lingüística. O que se conhece são as características superficiais da água. Não é obrigado que todos os indivíduos que usam o termo “água” saibam que a microestrutura da água é H_2O e, muito menos, que todos sejam capazes de fazer experimentos para reconhecê-la. Nossa forma de reconhecer água não é uma especificação analítica do que é ser água. Na maioria das vezes, o uso do termo “água” é feito levando em conta apenas as características superficiais – chamada definição operacional.

Através da chamada hipótese sócio – lingüística, Putnam explica que há uma divisão do trabalho lingüístico. Nós não poderíamos usar uma palavra como “ouro” se não houvesse alguém em nossa comunidade lingüística capaz de reconhecer ouro. No entanto, nem todas as pessoas que usam, compram, comercializam ouro são capazes de reconhecer sua microestrutura. Elas o conhecem por suas características superficiais, seu estereótipo. O importante é que, em caso de dúvida, facilmente se possa consultar alguém capaz de reconhecer a microestrutura do ouro. O conhecimento necessário para esse reconhecimento pertence a toda a comunidade lingüística, embora não seja possuído por cada indivíduo particularmente. Assim, a divisão do trabalho lingüístico se dá da seguinte forma: há um pequeno grupo de indivíduos capaz de reconhecer, sempre que necessário, a microestrutura de uma substância, por exemplo, e que fixa a extensão do termo, e há um grande grupo de indivíduos, diria, a maior parte, que utiliza o termo sem estar habilitado a reconhecer a microestrutura da substância, e que utiliza como critério de reconhecimento as características superficiais/estereótipo da substância.

Assim, se voltamos ao exemplo da Terra Gêmea, aquilo que os gêmeanos chamam de água, mesmo satisfazendo a definição operacional, ou seja, sendo aquela substância que se encontra na chuva, nos rios, lagos, que os gêmeanos bebem; mesmo que o estado psicológico/intensão seja o mesmo, ela não é água porque não tem relação de semelhança líquida com aquilo que, no mundo atual, chamamos água – sua microestrutura é diferente (xyz, e não, H_2O).

Com isso, Putnam confirma o argumento de que a teoria clássica fundamenta-se em uma suposição falsa – de que conhecer o significado de um termo é estar num certo estado psicológico e de que a intensão fixa a extensão. Pois, numa comunidade lingüística qualquer, onde um termo está sujeito à divisão do trabalho lingüístico, o falante normal que adquire o termo não adquire qualquer critério que fixe a extensão. Seu estado psicológico individual não fixa a extensão. *“É apenas o estado sociolingüístico da comunidade como um todo que fixa a extensão”*⁵⁴.

Em resumo, o significado de termos do tipo natural como “água”, “tigre”, “ouro” não é dado em uma definição que especifica as condições necessárias e suficientes para algo satisfazer a um termo. Ou seja, a extensão não é fixada por um conceito que o falante tem em sua mente. Introduzimos um termo como “água” batizando um paradigma – um exemplo típico. Ou seja, elegemos uma situação que podemos tomar como um bom exemplo de água. A partir daí, nós associamos ao termo “água” o que quer que se apresente semelhante a este paradigma. A essência de um termo do tipo natural pode não ser um conceito expressável em uma definição lingüística. Ela não é descoberta por uma análise lingüística, mas sim, por estudos científicos. Apreendemos a essência da água quando descobrimos sua fórmula química. No entanto, em futuras pesquisas esta fórmula pode ser revisada. Enfim, a extensão é determinada socialmente e indexicalmente - *“ela depende a atual natureza das coisas particulares que servem como paradigma e essa atual natureza não é completamente conhecida pelo falante”*⁵⁵. Veja citação abaixo.

Há anos estudei o comportamento de palavras relativas a espécies naturais, por exemplo, “ouro”, e cheguei à conclusão de que a extensão do termo não é determinada simplesmente por uma “bateria de regras semânticas”, ou outras normas institucionalizadas. As normas podem determinar que certos objetos são exemplos

⁵⁴ Putnam, Hilary, “Mind, language and reality”, art. “The meaning of meaning”, pg.229, trad.livre, Cambridge University press, 1975

paradigmáticos de ouro; mas não determinam a extensão completa do termo, nem é impossível que mesmo um exemplo paradigmático revele não ser realmente ouro, o que não aconteceria se as normas simplesmente definissem o que é ser ouro.

Estamos preparados para considerar que algo pertence a uma espécie, mesmo que os nossos testes atuais não sejam suficientes para mostrar que esse algo é um membro da espécie, se ele mostrar sempre ter a mesma natureza essencial que(ou, mais vagamente, for “suficientemente semelhante” a) os exemplos paradigmáticos (ou a grande maioria deles). O que seja a natureza essencial, ou o que se considere como semelhança suficiente, depende quer da espécie natural quer do contexto (chá gelado pode ser “água” num contexto mas não noutro); mas para ouro o que conta é a composição última, uma vez que esta tem sido pensada desde os gregos da antiguidade como determinante do comportamento legítimo da substância.”⁵⁶

3.3.2 - A explicação da definição operacional/ estereótipos

Ordinariamente, entende-se a palavra “estereótipo” como uma idéia convencional do que algo aparenta ou de como age ou de como é. Na teoria clássica dos conceitos, o critério de aplicação de um conceito é dado pelo estereótipo – é o que nos diz se algo é verdadeiro ou não para um dado conceito. Segundo essa visão, alguém que conhece o significado da palavra “tigre”, por exemplo, é obrigado a saber que tigres estereotipados são listrados. Ou seja, há um estereótipo de tigre que toda a comunidade lingüística deve compartilhar, uma vez que adquiriu a palavra “tigre” – um estereótipo obrigatório.

Putnam não aceita essa concepção e argumenta que o fato de uma característica estar incluída no estereótipo associado a uma certa palavra, por exemplo, listras, no caso do estereótipo de tigre, não significa que seja uma verdade analítica que todos os tigres têm listras, nem que a maior parte dos tigres devem ser listrados, nem que todos os tigres normais tenham listras, nem que alguns tigres devem ter listras. Tigres sem listras não são entidades

⁵⁵ Putnam, Hilary, “Mind, language and reality”, art. “The meaning of meaning”, pg.245, trad.livre, Cambridge University press, 1975

logicamente contraditórias – se tigres perdem as listras eles não deixam de ser tigres.

Então, alguém pode objetar a essa posição de Putnam perguntando que sentido há, para uma comunidade lingüística, ter estereótipos se a informação contida neles não é necessariamente correta?

Ora, Putnam entende que a maior parte dos estereótipos captura características apresentadas por membros paradigmáticos da classe em questão, ou seja, membros que são eleitos como bons exemplos da classe. Mas, mesmo os erros nos estereótipos, mesmo apresentando características que falham, essas falhas acabam contribuindo, dando alguma luz para a comunicação. Por exemplo: O estereótipo de ouro, por exemplo, contém a característica amarelo. O ouro que vemos em jóias é amarelo. Neste contexto de uso comum da palavra “ouro”, um uso não muito preciso, é importante esta característica para que as pessoas reconheçam ouro. No entanto, quimicamente o ouro puro é próximo de branco. O fato é que há casos em que o estereótipo facilita nosso trabalho com as palavras e há casos em que dificulta. Isto mostra apenas que não somos seres infalíveis. Tudo o que temos são estes estereótipos e o nosso conhecimento sobre o mundo. Os estereótipos, mesmo nem sempre podendo corresponder em todas as suas características ao que é observado no mundo, nos ajudam, na maioria das vezes, a utilizar os termos da linguagem. Nosso conhecimento do mundo nos possibilita conhecer a estrutura interna das substâncias e coisas e, assim, fixar sua extensão. Embora ambos possam falhar, seguimos confiando neles até que um novo elemento nos faça refutá-los.

⁵⁶ Putnam, Hilary, “*Razão, verdade e história*”, trad. Antonio Duarte, pg 139, Pub.Dom Quixote, Lisboa, 1992.

3.4 – A CRÍTICA DE PUTNAM A QUINE

A noção de analiticidade sempre está presente nas discussões de Quine a respeito dos significados porque, em última instância, o objetivo de Quine não era propriamente fazer uma crítica direta aos significados, e sim, analisar o programa de traçado pelo empiristas lógicos de crítica à metafísica. Neste programa, a suposição a respeito da distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos é bastante relevante. No entanto, como vimos anteriormente, as noções que poderiam fundamentar o conceito de analiticidade, a saber, a noção de significado e de sinonímia, são todas desprovidas de fundamento. Assim, ao falar sobre a leitura de Hilary Putnam a respeito do pensamento de Quine, não há como evitar discussões acerca da noção de analiticidade.

3.4.1 - A interpretação de Putnam sobre o argumento de Quine contra a analiticidade

A noção de que existem sentenças analíticas e sintéticas, sendo as analíticas, sentenças necessárias e, portanto, não revisáveis, foi o alvo das críticas de Quine no artigo “Os dois dogmas do empirismo”, uma crítica que, segundo Putnam, foi radical demais. Putnam argumenta que algumas limitadas classes de sentenças analíticas podem ser salvas - mesmo que se consiga por abaixo a distinção analítico-sintético, ainda assim, a noção de significado não está totalmente perdida. Assim, Putnam tenta recolocar a noção de significado. No entanto, os argumentos de Quine também ferem a tese de Putnam que trabalha, em sua crítica a Quine, no esforço de combatê-los um a um.

Segundo Putnam, o argumento central de Quine contra a noção de analiticidade, é que nenhuma significação comportamental pode ser vinculada a ela. Segundo Quine, há dois candidatos a indicadores comportamentais de que existem sentenças analíticas e, ambos, são insatisfatórios. São eles: o comportamento de considerar analíticas aquelas sentenças que são imunes à

revisão; e o comportamento de falantes treinados de uma dada língua em considerarem certas sentenças como analíticas.

No primeiro caso, o comportamento que justificaria a existência de sentenças analíticas, seria o fato dos membros de uma comunidade, no caso uma comunidade científica, considerarem como sentença analítica aquelas que são imunes a revisão. No entanto, Quine afirma que este não é um bom critério para se estabelecer a analiticidade de uma sentença uma vez que esta característica não é exclusiva desse tipo de sentença. Há sentenças, que são claramente consideradas não analíticas, mas que possuem imunidade comportamental máxima à revisão. Por exemplo: sentenças que expressam as leis fundamentais da física – a lei da conservação de energia. No entanto, Quine destaca que esta imunidade à revisão não significa imunidade absoluta, mas sim, um elevado grau de imunidade. Não se concebe, na ciência contemporânea, algo como uma sentença ou uma teoria com absoluto grau de imunidade à revisão. Portanto, se alguém pretende identificar analiticidade com imunidade à revisão, terá que alterar esta noção em dois pontos fundamentais:

a) A analiticidade deverá tornar-se uma questão de grau

b) Não deverá existir tal coisa como uma sentença absolutamente analítica.

No segundo caso, que seria considerar como analíticas aquelas sentenças às quais os falantes treinados de uma comunidade (comunidade científica) chamam de analíticas, uma forma em que essa afirmação poderá aparecer é apresentada pelos lógicos ao afirmarem que uma sentença analítica pode ser obtida da lógica pelo acréscimo de definições. No entanto, Quine logo lança a questão sobre qual o critério de sinonímia utilizado. Desse modo, Quine argumenta que não há critérios que possam justificar a noção de sinonímia. Se dizemos que duas palavras P1 e P2 são sinônimas se e somente se o bicondicional (x) (x está na extensão de P1 \equiv x está na extensão de P2) é analítico, estamos apenas repetindo o que já foi dito. Um outro critério seria dizer que duas palavras P1 e P2 são analíticas se e somente se informantes treinados chamam-nas de sinônimas. Neste caso, estamos voltando a

definição de partida – o segundo índice comportamental de analiticidade. Uma outra tentativa, seria afirmar que duas palavras P1 e P2 são sinônimas se e somente se, ambas, são intercambiáveis *salva veritate*, em todos os contextos de uma classe adequada. No entanto, Quine também mostra que esta solução nos leva a percorrer em círculo. Assim, Quine conclui que este segundo índice também é insatisfatório em apresentar um fundamento para as sentenças analíticas, uma vez que não há fundamentos que possam justificar a afirmação de que uma dada sentença é analítica. Assim, a analiticidade é ou centralidade concebida erroneamente ou não é nada.

A solução de Quine está no argumento de que o significado de uma sentença não pode ser posto de uma vez por todas e que o estabelecimento do significado de uma sentença implica em adotar uma certa teoria. Assim, a mudança de significado e a mudança de teoria não podem ser claramente separados.

3.4.2 - O argumento de Putnam contra Quine

A crítica de Putnam à Quine diz respeito ao seu radicalismo ao alegar que não há critérios para se traçar limites claros entre sentenças analíticas e sintéticas e, portanto, não podemos contar com uma tal distinção para fundamentar o que quer que seja. Putnam afirma que Quine está completamente equivocado ao recusar tal distinção. Segundo Putnam, há sentenças analíticas, todos nós sabemos disso e podemos apresentar exemplos - um exemplo clássico é a sentença “Todos os solteiros são não casados”. No entanto, até Putnam, nenhum filósofo apresentou argumentos claros para explicar as sentenças analíticas e esta é a pretensão de Putnam no artigo “The analytic and the synthetic” (1962). Neste artigo, Putnam usa a palavra “analítico” em um sentido fraco e não no sentido em que Quine a utilizava ao apresentar seu argumento contra a noção de analiticidade. Ao afirmar que não há como fazer uma delimitação clara entre sentenças analíticas e sintéticas, Quine se refere à analiticidade como uma característica

de sentenças que são, absolutamente, e, para sempre, verdadeiras em função dos significados. Pressupor que tais sentenças existam significa supor uma linguagem na qual os significados são estabelecidos de uma vez por todas. Este é o sentido de analítico rejeitado por Quine. Diferentemente de Quine, Putnam apresenta o seu argumento em favor da preservação de algumas sentenças analíticas, mas já pressupondo um outro conceito de sentenças analíticas, um conceito de outra natureza, a saber, como sentenças que estão menos sujeitas à revisão.

Eu estou convencido de que há uma distinção entre analítico-sintético a qual nós podemos corretamente (se não fundamentalmente) traçar, e estou inclinado a concordar com aqueles que citam exemplos e aqueles que enfatizam a implausibilidade, a enorme implausibilidade, da tese de Quine – a tese de que a distinção a qual parece existir, de fato, não existe de forma alguma.⁵⁷

Apesar de defender a distinção analítico-sintético, Putnam, em concordância com Quine, critica o abuso de muitos filósofos no uso desta distinção para justificar argumentos filosóficos, fundados na crença de que há uma sinonímia e uma analiticidade de natureza mais profunda e que só pode ser descoberta pelo filósofo e nunca por um cientista empírico (lexicógrafo ou um lingüista).

Na sua argumentação em favor das sentenças analíticas, Putnam alega que existem algumas sentenças básicas que são pouco suscetíveis à dúvidas ou mudanças, embora não seja impossível que um dia elas possam vir a ser eliminadas por nós. Estas sentenças tem um grau de importância tão elevado, no sistema conceitual, que abandoná-las poderia significar uma mudança em todo o sistema – estas sentenças são chamadas por Putnam de analíticas.

Segundo Putnam, dizer que a propriedade ser listrado é parte do significado de tigre não implica que a sentença “tigres são listrados” é analítica. Pode ocorrer uma mutação e todos os tigres, na verdade, serem albinos. Isto não

⁵⁷ Putnam, Hilary. *The analytic and the syntetic*. Tradução livre, pg.34, 1975.

significa que deixaram de ser tigres. O importante, no caso do estabelecimento de um dado significado, é que todos os indivíduos de uma comunidade tenham um estereótipo de tigres o qual inclua listras, por exemplo, e que todos tenham conhecimento disso – que os estereótipos coincidem. Isto não pressupõe que este estereótipo esteja absolutamente correto ou que permaneça para sempre correto. O fato de que todos os falantes de uma linguagem têm no estereótipo de tigre, por exemplo, a propriedade ser listrado, não dá à sentença “tigres são listrados” o caráter de analiticidade – necessária e não revisável. Ou seja, o argumento de Quine contra identificar analiticidade com alto grau de imunidade à revisão não é um argumento que inviabilize a noção de significado apresentada por Putnam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minhas considerações finais não têm o caráter de uma conclusão mas apenas de uma explicitação dos aspectos que considero relevantes na discussão apresentada e suas implicações mais diretas na filosofia. Dentre os aspectos importantes destaco a concepção de linguagem como arte social, o holismo semântico e a relatividade ontológica.

Uma significativa contribuição de Quine foi ter levado às últimas conseqüências a idéia da “natureza pública da linguagem”. O argumento de Quine contra a noção clássica de linguagem e sentido purificou o empirismo dos dois dogmas (a distinção entre enunciados analíticos e sintéticos e o reducionismo), que sustentavam o projeto do círculo de Viena de demarcação da fronteira entre ciência natural e metafísica. Esta concepção de linguagem, associada à postura naturalista de Quine, provocou no empirismo do século XX uma orientação rumo ao pragmatismo.

No artigo *Os cinco marcos do empirismo* (1981), Quine identifica cinco avanços significativos no empirismo pós-Hume, a saber, a mudança de atenção das idéias para as palavras; a passagem dos termos para as frases, ou seja, a suposição de que o veículo do sentido não é a palavra, mas a frase; a mudança de atenção das frases para sistemas de frases, ou seja, a idéia de que numa teoria científica, mesmo uma frase completa, é um texto curto demais para servir de veículo independente do sentido empírico sendo assim mais razoável considerar como veículo de significação empírica apenas um corpo razoavelmente abrangente de teoria científica e nunca uma frase isolada; o abandono da distinção analítico-sintético; e finalmente, a passagem para o naturalismo: o abandono do objetivo de uma filosofia primeira. É na quarta e Quinta mudança que o empirismo tende ao pragmatismo, mudanças estas, provocadas pela crítica de Quine à noção clássica de sentido e sua concepção social de linguagem e sentido. A rejeição de conceitos intensionais como sentido, proposição, modalidade, deixou como alternativa na tentativa de

solucionar algumas questões, que antes eram pensadas com base nessas noções, a tentativa de dar soluções pragmáticas.

No que diz respeito à epistemologia, uma contribuição da teoria semântica de Quine refere-se à idéia de falsificação defendida por Karl Popper. Popper defende a tese de que existem enunciados singulares ou enunciados básicos que servem como critério de falsificação de teorias. Segundo Popper, uma teoria é falseada quando se descobre um fato que a desmente, ou melhor, quando se pode deduzir da teoria um enunciado singular preditivo que não a verifica.

Uma teoria será chamada de “empírica” ou “falseável” sempre que, sem ambigüidade, dividir a classe de todos os possíveis enunciados básicos nas seguintes duas subclasses não vazias: primeiro, a classe de todos os enunciados básicos com os quais é incompatível (ou que rejeita, ou proíbe): - a essa classe chamamos dos falseadores potenciais da teoria; e segundo, a classe de enunciados básicos que ela não contradiz (ou que ela permite).⁵⁸

Popper argumenta que enunciados singulares tem o poder de falsificar uma teoria. No entanto, Quine mostra, com sua teoria semântica holista, a ingenuidade da tese de Popper, uma vez que, mesmo os enunciados mais próximos da evidência sensível não podem ser considerados enunciados desprovidos de teoria, enunciados puramente observacionais. Estes enunciados também são carregados de teoria e quando confrontados com uma teoria, na verdade, o que se faz é confrontar uma série de outros enunciados que estão implicitamente inseridos naquele enunciado. O que se confronta não é uma teoria e um enunciado singular e sim toda as teorias pressupostas na linguagem. A teoria dos significados Quine nos mostra que os significados só podem ser determinados com relação a um corpo teórico como um todo e nunca de forma isolada, ou seja, o sentido das expressões lingüísticas depende da totalidade da linguagem a que pertence e, portanto, nossas

⁵⁸ Popper, Karl. *A lógica da Pesquisa Científica*, pg.90, Ed.Cultrix, São Paulo, 1934.

afirmações sobre o mundo externo enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente mas como um corpo teórico.

Assim, partindo dessa noção holística de significado apresentada por Quine, não existe um enunciado que isoladamente terá o poder de refutar uma teoria de forma absoluta. O que se confronta é um sistema teórico como um todo que inclui a teoria a ser refutada e todos os enunciados compatíveis e incompatíveis com ela. Quine concordaria com Popper no que diz respeito à afirmação de que nunca podemos verificar uma teoria, mas discorda do argumento de que enunciados singulares podem falsificar uma teoria.

*...uma teoria que inferiu o categórico de observação “Todos os cisnes são brancos” ou “Todos os corvos são pretos”, pode ou não ser refutada pela descoberta de um exemplar excêntrico, dependendo da nossa própria decisão com respeito ao vago stimulus meaning da palavra. Em ambos os exemplos os usos verbais adotados de fato, os quais admitem cisnes pretos e corvos loiros, são aqueles que tornam possível a terminologia na teoria como um todo. É claramente verdade, além disso, que há continuamente razões não apenas para refutação das hipóteses como para sustentá-las. Isso, no entanto, é uma questão de debater logicamente ou probabilisticamente com outras crenças já adotadas. É aqui que a tecnologia da probabilidade e estatística matemática são consideradas. Algumas daquelas crenças de base podem ser observacionais, mas elas se sustentam apenas acompanhadas de outras que são teóricas.*⁵⁹

No que diz respeito à ontologia, uma contribuição de Quine foi a introdução de uma noção de ontologia bastante particular e nova, que é apresentada quando Quine trata o problema da inescrutabilidade da referência ou relatividade ontológica. No artigo *Falando de Objetos*, Quine ocupa-se com o problema de como adquirimos o mecanismo de referência. Ele faz a distinção entre termos que não possuem referência dividida (termos de massa) e termos que têm referência dividida, sendo esses últimos os de maior interesse para Quine e os mais difíceis de se explicar. As dificuldades que se apresentam

⁵⁹ Quine, Willard V.º *Pursuit of Truth*.,pg.13.

quando tentamos dominar esses termos de referência dividida são usadas por Quine para mostrar o quão complicado é entender a noção de referência e para nos fazer perceber a indeterminação da referência. Assim, Quine deixa claro que não apenas a noção de sentido é problemática e difícil de ser elucidada mas também a noção de referência.

No processo de tentativa em dominar os termos de referência dividida, ser ostensivo não basta porque a referência é inescrutável. Assim, para tornar a referência um pouco mais “escrutável” é preciso recorrer a um mecanismo de tradução por tentativa, no qual o aprendiz da linguagem estabelece hipóteses de tradução e observa a compatibilidade de suas hipóteses com o que está sendo observado. No entanto, uma vez decidido pela escolha de uma dada hipótese, este falante nunca poderá ter certeza absoluta de que sua escolha corresponde exatamente ao que o falante – professor pretendia se referir no processo de ostensão. Com efeito, essa inescrutabilidade da referência dá margem à possibilidade de traduções alternativas, sendo ambas, perfeitamente compatíveis com as observações. O problema da referência deixa de ser tratado como uma relação biunívoca entre um dado termo e o suposto objeto a que se refere, para ser tratada como uma relação entre um corpo teórico como um todo (uma linguagem) e um corpo de observações compatíveis com ele. Assim, dado que podemos ter a possibilidade de confeccionar dois distintos manuais de tradução, incompatíveis entre si, mas compatíveis com as observações, podemos constatar que a ontologia é sempre relativa a uma teoria, a uma linguagem.

Nossa aceitação de uma ontologia é, creio eu, semelhante em princípio a nossa aceitação de uma teoria científica, digamos, de um sistema de física: adotamos, ao menos na medida em que somos razoáveis, o esquema conceitual mais simples no qual os fragmentos desordenados da experiência bruta podem ser acomodados e organizados. Nossa ontologia fica determinada uma vez fixado o esquema conceitual global destinada a acomodar a ciência no sentido mais amplo; e as considerações que determinam uma construção razoável de qualquer parte desse esquema conceitual, por exemplo, da parte

*física ou da biológica, não são diferentes em espécie das considerações que determinam uma construção razoável do todo. Tanto quanto a adoção de qualquer sistema de teoria científica pode ser dita uma questão de linguagem, o mesmo – mas não mais- pode ser dito da adoção de uma ontologia.*⁶⁰

É bastante inovador o uso que Quine faz da expressão “ontologia”. A noção de ontologia de Quine é que não existe uma ontologia absoluta, a ontologia é sempre relativa a uma teoria. Ele está relacionada à noção de compromisso. Ontologia para Quine diz respeito ao compromisso de usar o verbo ser e seus sinônimos em determinado sentido.

Com seu gavagai, Quine derrubou muralha erguida durante anos e anos de construção filosófica, até então nunca tocada, e sob a qual se ergueram pensadores como Leibniz, Kant, Frege, e os membros do Circulo de Viena, deixando no lugar apenas as ruínas para aqueles mais persistentes como Putnam juntarem os pedaços e tentarem a reconstrução. A importância de um filósofo se mostra quando seus escritos passam a ser citados com muita frequência, mesmo que as menções sejam em forma de críticas. A filosofia de Quine teve esse poder de provocar uma onda de debates que tem o caráter não só de críticas ao trabalho de Quine mas também de pensar alguns problemas filosóficos sob uma nova perspectiva.

⁶⁰ Quine, Willard.V.º From a Logical Point of View, pg.16.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) ARISTÓTELES. Barnes, Jonathan. *The Complete Works of Aristotle*, Princeton University Press, 1995.

- 2) AYER, A. J. *El Positivismo Lógico*. Trad. L.Aldama, U.Frisch. C.N.Molina, F.M.Torner, R.Ruiz Harrel, Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1965.

- 3) BARKER, F.Stephen. *Filosofia da Matemática*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

- 4) BOB, Hale and Crispin, Wright. *A companion to the Philosophy of Language*. Blackwell, 1997.

- 5) BOOLOS, George. *Meaning and method – Essays In Honor of Hilary Putnam*. United States of America: Cambridge University Press, 1990.

- 6) BURKHARDT, Hans.Smith,Barry. *Handbook of Metaphysics and Ontology*. Vol.1 e 2. Munich: Ed.Philosophia, 1991.

- 7) CARNAP, Rudolf. *Meaning and Necessity*. 2ª ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

- 8) _____. *Testabilidade e Significado*. Traduções de Luiz João Baraúna, Pablo Rubén Mariconda. Em “Os pensadores”. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

- 9) FREGE, Gottlob. “Sentido e referência” em *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix. Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

- 10) FREGE, Gottlob. "Conceito e objeto" em *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix. Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- 11) HACKING, Ian. *Por que a linguagem interessa à filosofia?*. Tradução Maria Elisa Marchini Sayeg. São Paulo: UNESP/CAMBRIDGE, 1999.
- 12) LYCAN, William G. *Philosophy of language: a contemporary introduction*. London and New York: Ed. Routledge, 2000.
- 13) NIINILUOTO, Ilkka. *Critical Scientific Realism*. New York: Oxford University Press, 1999.
- 14) PASCAL, Georges. "O pensamento de kant". Tradução Raimundo Vier. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- 15) QUINE, W. V. *Falando de Objetos*. Em, *Os pensadores*, tradução Balthazar Barbosa Filho, 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- 16) QUINE, W.V. *O alcance e a linguagem da ciência em Filosofia e linguagem*. 1ª ed. Organização e apresentação João Sàágua. Portugal: Ed.Asa, 1995.
- 17) QUINE, W.V. *As coisas e seu lugar nas teorias em Filosofia e linguagem*. 1ª ed. Organização e apresentação João Sàágua. Portugal: Ed.Asa, 1995.
- 18) QUINE, W.V. *A relatividade Ontológica em Filosofia e linguagem*. 1ª ed. Organização e apresentação João Sàágua. Portugal: Ed.Asa, 1995.
- 19) QUINE, W.V. *Two Dogmas of Empiricism em From a Logical Point of View*. 2ª ed. Cambridge, Massachusetts and London , England: Harvard University Press, 1996.

20) QUINE, W.V. *The problem of meaning in linguistic em From a Logical Point of View*. 2ª ed. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1996.

21) QUINE, W.V. *Notes on Theory of Reference em From a Logical Point of View*. 2ª ed. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1996.

22) QUINE, W.V. *From Stimulus to Science*. 3ª ed. Cambridge, Massachusetts e London, England: Harvard University Press, 1999.

23) QUINE, W.V. *Empirical Content em Theories and Things*. 6ª ed. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1994.

24) QUINE, W.V. *The use and Its Place in Meaning em Theories and Things*. 6ª ed. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1994.

25) QUINE, W.V. *Five Milestones of Empiricism em Theories and Things*. 6ª ed. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1994.

26) QUINE, W.V. *The roots of reference*. United States of America: Open court la salle, Illinois, 1990.

27) QUINE, W.V. *Pursuit of Truth*. 3ª ed. Cambridge, Massachusetts e London, England: Harvard University Press, 1996.

28) QUINE, W.V. *Word and Object*. 22ª ed. Cambridge, Massachusetts: The Mit Press, 1997.

- 29) PUTNAM, Hilary. *Razão, Verdade e História*. Tradução Antonio Duarte. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- 30) PUTNAM, Hilary. *The meaning of "meaning" em Mind Language and Reality*. United States of America: Cambridge University Press, 1997.
- 31) PUTNAM, Hilary. *The analytic and the syntetic em Mind Language and Reality*. United States of America: Cambridge University Press, 1997.
- 32) VIDAL, Vera. *Paradigmas Filosóficos da Atualidade*, artigo *Contribuições do Sistema Filosófico de Quine para as Investigações da Filosofia Analítica*. Org. Maria Cecília Carvalho, 1 edição, São Paulo. Ed. Papirus
- 33) WOLFGANG, Carl. *Frege - A Platonist or Neo-Kantian?*. Em *Building on Frege- New Essays on Sense, Content, and Concept*. Ed. By Albert Newen, Ulrich Nortmann, Rainer Stuhlmann- Laeisz. Satnford, California: CSLI Publication, 2001.